

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

GILVÂNIA DE OLIVEIRA SILVA DE VASCONCELOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES DE
PESCADORES E PESCADORAS NO INTERIOR DE PERNAMBUCO**

**RECIFE – PERNAMBUCO
2009**

GILVÂNIA DE OLIVEIRA SILVA DE VASCONCELOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES DE
PESCADORES E PESCADORAS NO INTERIOR DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada como exigência final do Curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a orientação da Professora Doutora Irenilda de Souza Lima, na área de concentração de Extensão Rural para o Desenvolvimento Local.

**RECIFE – PERNAMBUCO
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

V331p Vasconcelos, Gilvânia de Oliveira Silva de
As políticas públicas e o desenvolvimento das
comunidades de pescadores e pescadoras no interior de Per-
nambuco / Gilvânia de Oliveira Silva de Vasconcelos. --
2009.
109 f. : il.

Orientadora : Irenilda de Souza Lima
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvi-
mento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Departamento de Educação.
Inclui anexo, apêndice e bibliografia.

CDD 639

1. Extensão pesqueira
2. Desenvolvimento
3. Política públicas
4. Comunidades tradicionais
5. Pernambuco (BR)
 - I. Lima, Irenilda de Souza
 - II. Título

GILVÂNIA DA OLIVEIRA SILVA DE VASCONCELOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES DE
PESCADORES E PESCADORAS NO INTERIOR DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada como exigência final do Curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a orientação da Professora Doutora Irenilda de Souza Lima, na área de concentração de Extensão Rural para o Desenvolvimento Local.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: _____
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Irenilda de Souza Lima

Membros: _____
Prof. Dr. Paulo de Jesus - UFRPE

Prof. Dr. Jorge Luiz Schirmer de Mattos - UFRPE

Pesquisadora Dr.^a Eliane de Carvalho Noya – IPA

Recife, _____ de Abril de 2009.

Dedico este trabalho à meus pais, Rita e Aurino, pelo esforço e apoio sempre, e ao meu companheiro Jefferson e a minha filha Ana Rosa, pela compreensão às horas de ausência para concluir este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Professora **Irenilda de Souza Lima**, grande amiga e orientadora, sempre paciente e compreensiva, ajudou-me na construção deste trabalho, com reflexões e ensinamentos altamente construtivos e pertinentes. Nunca vou esquecer seu modo de ser, educadora e humana. Sempre com palavras estimuladoras de incentivo e confiança durante a construção desse trabalho.

A todos os pescadores agricultores e pescadoras agricultoras pelas entrevistas concedidas e informações gentilmente prestadas.

Aos informantes das organizações governamentais federais (CONAB, CODEVASF, SEAP, BNB, Projeto Dom Helder), estaduais (Programa de Peixamento, aos engenheiros de pescas do IPA e PRORURAL), não governamentais (SERTA de Ibimirim e Centro Josué de Castro).

Aos Professores do Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, pelos ensinamentos ali ministrados.

Aos colegas do POSMEX, pela solidariedade e espírito de companheirismo em todos os momentos do curso.

Em especial aos colegas **Ana Paula Gomes, João Amorim, Ana Cláudia Ramos, Giovana Mesquita, Felipe Peres e Flávio Valdez**, pelos valiosos momentos de reflexão e sensibilidade as causas sociais.

A Professora Margarida Michael pelas contribuições na revisão textual, e Adelma Nobre pela elaboração do “abstract”.

Por fim, o meu agradecimento especial a minha mãe **Rita de Oliveira**, pela força, coragem, incentivo, confiança e ter cuidado de minha pequena **Ana Rosa** durante esta etapa. **Muito obrigada!**

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES DE PESCADORES E PESCADORAS NO INTERIOR DE PERNAMBUCO

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto das políticas públicas para o setor da pesca em Pernambuco no período de 2003 a 2007. Como objetivos específicos optamos por investigar a ocorrência de políticas públicas em comunidades pesqueiras de águas interiores; identificar a relação existente entre as atividades de pesca e de agricultura em algumas comunidades ribeirinhas do interior de Pernambuco e mais precisamente nos municípios de Catende; Cumaru; Ibimirim, Petrolândia e Jatobá, focalizando nesta comparação a trajetória destas comunidades no tocante a de que forma se tornaram praticante da atividade da pesca. Também de que forma co-existem as duas atividades de pesca e de agricultura. No percurso metodológico esta pesquisa se caracteriza como um caráter exploratório. Utilizamos a pesquisa bibliográfica, informações da internet, visitas as organizações governamentais federais, estaduais e não governamentais para conhecer os objetivos de cada uma e analisar os documentos relativos aos seus projetos e programas destinado aos públicos pesquisados. No momento seguinte visitamos as comunidades, realizamos observação direta, conversas informais onde utilizamos o caderno de campo para registrar as vivências nas comunidades e por fim, aplicamos entrevistas semiestruturadas. A pesquisa detectou que as políticas públicas estavam traduzidas em 26 projetos pensados e ou executados no período de 2003 a 2007 para as comunidades cujos sujeitos vivem da pesca de águas interiores. Porém, em sua grande maioria, ainda sem sustentabilidade social e econômica, foram projetos com tempos predeterminados de começo, meio e fim. Quanto aos sujeitos que vivem da pesca, caracterizamos de pescadores agricultores artesanais, porque a atividade da pesca é para alguns a fonte de renda e também alimentar, associando em períodos de chuva, o desenvolvimento da agricultura de autoconsumo. Assim, concluímos que no período de pesquisado, houve um avanço e grandes conquistas das políticas públicas no setor e para os pescadores artesanais de uma forma geral quando comparado com períodos anteriores ao escolhido para esta pesquisa. Porém, as políticas públicas para os diversos sistemas produtivos dos agricultores familiares e de pescadores também são necessárias e ainda deficientes, sobretudo quando se trata da atividade da pesca de águas interiores.

Palavras Chaves: Pesca, Desenvolvimento, Políticas Públicas, Comunidades Tradicionais.

THE PUBLIC POLITICS AND DEVELOPMENT OF THE COMMUNITIES OF FISHERMEN AND FISHERWOMAN IN THE COUNTRYSIDE OF THE STATE OF PERNAMBUCO, BRAZIL

ABSTRACT

This study has the objective to analyze the impact of public policies for the fishing sector in the State of Pernambuco, Brazil, from 2003 to 2007. We decided to investigate with specific objectives the occurrence of public policies in countryside water fishing communities; to identify the existing relation between fishing activities and agriculture in some river communities of Pernambuco countryside, and more specifically in the Municipalities of Catende, Cumaru, Ibimirim, Petrolândia and Jatobá, focusing in this comparison the route of those communities and how they started to practice the fishing activity. Also, the co-existence way of both activities fishing and agriculture. This is an exploratory research in its methodological route, bibliography, internet information, visits to Federal Government, State and Non-Governmental Organizations to know each of their objectives and analyze the documents related to their projects and programs to the researched public. Afterwards we visited communities, we did direct observations, informal chats where we used the Field notebook to record experience in communities, and finally, semi-structured interviews. The researched detected that public policies were in 26 thought or done projects from 2003 to 2007 for the communities which make their living by fishing in countryside Waters. But, its majority is still without social or economical sustainability, the projects were with predetermined time, beginning, middle and ending. Those who live on fishing, we characterized them as craft farmer fishermen, because fishing activity is for some of them a source of income and also feeding, linked to periods of rain, the development of selfconsumer agriculture. So, we came to a conclusion that, in the researched period, there was an advance and great achievements from public policies in the sector for craft fishermen in general, when compared with previous periods before the one chosen for this research. But, public policies for the several productive systems of family and fisherman agriculture are also necessary and yet defective, especially when it is the activity of fishing in countryside waters.

Key Words: Fishing, Development, Public Policies, Traditional Communities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados
ACAR – Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural
ADAGRO – Agência de Defesa Agropecuário
ADL – Agente de Desenvolvimento Local
ATEPA – Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CECANE – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CJC – Centro Josué de Castro
CODEPE – Conselho de Desenvolvimento da Pesca
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
COPESCA – Conselho do Pólo Pesqueiro do Agreste
DAP – Declaração de Aptidão do Pronaf
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DPA – Departamento de Pesca e Aquicultura
EUA – Estados Unidos da América
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FUNTEPE – Fundo de Terras de Pernambuco
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
NAF – Núcleo da Agricultura Familiar
ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PDH – Programa Dom Helder
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNDPA – Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora
PROMATA – Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAGER – Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda
PRORURAL - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
RGP – Registro Geral da Pesca
SARA – Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária
SEAP/PR – Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República
SECAD – Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade
SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão
SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa
SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
UNITEC – Unidade de Tecnologia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – OS PESCADORES NA HISTÓRIA DO BRASIL	21
1. Reconstruindo um pouco a história da pesca	21
1.1. A gestão pesqueira nacional e as primeiras políticas públicas	25
1.2. Conhecendo os sujeitos que vivem da pesca	27
1.2.1. Pescadores agricultores	28
1.2.2. Pescadores artesanais	30
1.3. Comunidades tradicionais	31
CAPÍTULO II – POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO E PESCA	34
1. O Desenvolvimento	34
2. Desenvolvimento local sustentável	37
3. Política pública e desenvolvimento da pesca	39
4. Políticas públicas no Brasil para os pescadores e aquicultores	43
CAPÍTULO III – SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA	45
1. Políticas públicas desenvolvidas pela SEAP	45
1.1. Seguro defeso	45
1.2. Pescando letras: hipóteses e análises	46
1.3. Incentivo ao consumo do pescado	48
1.4. Registro geral da pesca	50
1.5. Linhas de crédito	51
1.6. Assistência técnica e extensão pesqueira	52
CAPÍTULO IV – OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DAS ÁGUAS INTERIORES DE PERNAMBUCO	57
1. As ações governamentais e não governamentais	57
2. Políticas públicas federais em atuação em Pernambuco	57
2.1. Banco do Nordeste do Brasil - BNB	58
2.2. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	59
2.3. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	59
2.3.1. Compra da agricultura familiar com doação espontânea	60
2.3.2. <i>Kit</i> feira do peixe	60
2.4. Projeto Dom Helder	61
2.5. Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca - SEAP	61
3. Políticas públicas do governo de Pernambuco	63
3.1. Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA	63
3.2. Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA	64
3.3. Programa de Apoio ao pequeno Produtor Rural - PRORURAL	65
4. Políticas públicas desenvolvidas pelas organizações não governamentais	66
4.1. Serviço de Tecnologia Alternativa - SERTA	66
4.2. Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro	67
CAPÍTULO V – REALIDADE DAS COMUNIDADES PESQUEIRA EM ÁGUAS INTERIORES	68
1. Descrição das comunidades pesqueiras no interior de Pernambuco	68
1.1. Catende	68
1.2. Cumaru	70

1.3. Ibimirim	71
1.4. Petrolândia	72
1.5. Jatobá	73
CAPÍTULO VI – PERFIL DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA PESCA NO INTERIOR DE PERNAMBUCO	75
1. Caracterizando a realidade e os sujeitos que vivem da pesca de águas interiores	75
CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES	101
ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

Quando o assunto é a realidade rural, percebemos logo que se trata de um tema bastante complexo, pois envolve diferentes contextos, principalmente quando queremos compreender a relação do Estado com as sociedades rurais ou até mesmo com os sujeitos do meio rural. Essa relação pode acontecer por meio das políticas públicas direcionadas para esse setor. Também não é simples compreendermos o contexto histórico-social da população rural na sua multiplicidade e diversidade de públicos, que fazem desse universo o lugar de viver e de produzir. Entre os grupos encontrados no mundo rural, destacamos os agricultores e os pescadores.

É pertinente resgatarmos, mesmo que sinteticamente, alguns aspectos da história evolutiva do homem e de seus meios de produção ao longo do tempo. No início da história da civilização, o homem era nômade e dependia exclusivamente da natureza por meio da pesca, da caça e da coleta de frutos. Somente posteriormente, com a escassez dos recursos naturais, os grupos sociais começaram a se preocupar com a domesticação das plantas e dos animais, ou seja, com o manejo, ocorrendo o desenvolvimento, respectivamente, da agricultura e da pecuária (FON, 2004).

O processo da colonização do Brasil inicia-se em 1530, a partir das doações de propriedades (capitanias hereditárias), no sistema conhecido como sesmaria, em que os sesmeiros, ou “donos da terra,” tinham a responsabilidade por torná-las produtivas, caso contrário seriam tomadas e doadas a quem realmente nelas produzisse (MEDEIROS, 2005). E torná-las produtivas significava produzir para o mercado externo, nunca na perspectiva de pensar a produção para o consumo da família e/ou capitania hereditária, na busca do desenvolvimento local.

Afirma Freyre (2004) que o desenvolvimento rural do Brasil sempre foi pensado sob o ponto de vista do agronegócio exportador, a produção agrícola sempre teve forte dependência do mercado externo e dos recursos naturais locais, como a água. Esse recurso da natureza foi e é primordial para o desenvolvimento das atividades produtivas e domésticas básicas, tanto no passado para a casa grande, como no presente, no meio rural. Tal reconhecimento feito por Gilberto Freyre nos interessa muito pela importância da água no objeto deste estudo. É importante na compreensão sobre a prática da pesca e sobre a relação da agricultura com a pesca.

Em Ribeiro (1995), Silva (2004) e Furtado (2007), vimos que, na história da colonização do Brasil, as primeiras civilizações encontradas foram as dos povos indígenas, que já conviviam naturalmente da agricultura, da caça e da pesca. Esses nativos foram cruelmente massacrados e praticamente extintos diante da dimensão populacional que eram e que são agora. Já Prado Junior (2006) afirma que os indígenas brasileiros foram extintos porque não se submeteram com facilidade ao trabalho escravo, foram constantemente resistentes e, em consequência, um número considerável deles foi morto e outros migraram para o interior do país.

Ainda segundo Prado Junior (2006), os europeus não tiveram sucesso, pois, na tentativa da escravidão indígena, sofrendo muitos prejuízos com os índios, porque muitos resistiam ao estilo de trabalho forçado que eram obrigados a exercer e a uma rotina muito diferente daquela de sua cultura. Os índios antes tinham uma cultura e um ritmo de trabalho suficientes para satisfazer suas necessidades. Com a chegada dos colonizadores, eles foram forçados a trabalhar exaustivamente em serviços a que não estavam acostumados. Outro agravante que contribuiu para a diminuição da força de trabalho indígena foram as doenças até então desconhecidas por aquele povo.

Assim, os portugueses resolveram utilizar o trabalho dos negros africanos. Do ponto de vista econômico e produtivo, era mais viável, porque os negros eram trazidos, capturados das colônias africanas, e aqui comercializados como mercadoria. Para muitos comerciantes e traficantes, esses negros eram vistos como investimento econômico, principalmente quando se compravam jovens negras com filhos, ou que poderiam dar à luz inúmeros escravos. Vale ressaltar que esse período da escravatura não foi pacífico. Dentre os negros, sempre havia alguns rebeldes, que contestavam, resistiam e fugiam para os diversos quilombos¹ que surgiram em todo o país.

Assim como a agricultura feita ao redor da casa grande, a pesca sempre foi uma atividade para o autoconsumo no período do Brasil Colônia. Porém, não foi dado muito prestígio à atividade da pesca. Segundo Silva (1988) e Ramalho (2006), muitos dos senhores utilizavam os escravos tanto na agricultura como na pesca. Alguns eram treinados, outros já tinham habilidades de pescadores, devido a sua nação africana estar próxima do litoral, o que favorecia a combinação das atividades de pesca e da agricultura. Contudo, existiam escravos que trabalhavam exclusivamente na pesca, enquanto outros na cultura da cana-de-açúcar. Segundo Silva (1988), no período da escravatura, existiam três modalidades de pescadores: os

¹ Locais onde os negros fugidos das senzalas eram acolhidos, uma comunidade de negros.

escravos dos engenhos (dividiam o tempo entre o trabalho com a cana-de-açúcar e as pescarias), os escravos-pescadores (dedicavam-se especificamente à pesca), os pescadores livres (indígenas, negros forros ou mulatos).

Para Graziano da Silva (1990), a agricultura de autoconsumo era inicialmente desenvolvida pelos escravos nos seus “tempos livres” – domingos, feriados, ou depois de terminada a jornada de trabalho na lavoura. Após a abolição da escravatura, em 1888, os negros livres, como não tinham dinheiro para comprar terras, nem qualificação para trabalhar nos diversos segmentos da indústria que se implantavam aqui, continuavam vivendo nas fazendas. Os trabalhadores livres pagavam uma renda ao proprietário, o que poderia ser por meio da produção conseguida com a utilização das suas terras. Na condição de homens livres, mas sem dinheiro para comprar terras, muitos ainda viviam à sombra dos grandes proprietários, na condição de continuarem o trabalho de servos em troca de moradia e de terra para cultivo e sustento familiar.

Para Diegues (1983), o desenvolvimento do modelo capitalista nas atividades agrícolas e pesqueiras, aliada às suas respectivas políticas públicas, provocou muitas mudanças na vida desses camponeses, (agricultor pescador), seja na concepção de produção (consumo x comercialização), seja nas relações sociais de trabalho (mutirão x venda da força de trabalho). Ainda o mesmo autor conjuntamente com Maldonado (1986), Graziano da Silva (1990) e Ribeiro (1995), descrevem as categorias de trabalhadores criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo nas atividades da pesca e da agricultura.

Uma reflexão que chama a atenção é a que traz a ideia de pescadores agricultores. Maldonado (1986), ao descrever os camponeses e a sua relação com a pesca e com a agricultura familiar, apresenta as seguintes categorias de trabalhadores: Pescadores Agricultores, grupos de trabalho que se forma dentro da unidade familiar, na qual se associa a atividade da pesca com a agricultura, o que garante os gêneros agrícolas de subsistência na estação chuvosa ou em épocas pouco propícias à pesca. Já os Pescadores artesanais são grupos de trabalho formados por referenciais de parentesco, sem vínculo empregatício. Esse tipo de pescador volta-se para o mercado, sem perder, contudo, o caráter alternativo da produção, que pode destinar-se tanto ao consumo doméstico como à comercialização. Tal característica apresenta-se culturalmente forte ao analisada como identidade de grupo.

Essa estratégia de combinar diversas atividades produtivas caracteriza-se também na concepção de comunidades tradicionais. Diegues (1998) concebe que algumas comunidades se reproduzem explorando uma multiplicidade de *habitats*: florestas, estuários, mangues e

áreas agrícolas. Essas explorações são ajustadas ao calendário propício e sustentável no ecossistema.

As atividades da pesca e da agricultura como estratégias de sobrevivência dos camponeses necessitam de políticas públicas traduzidas principalmente pela assistência técnica como ação pública, e por práticas educativas adequadas para que essas atividades, com o passar dos anos, não venham a trazer prejuízos ambientais, mas possam constituir-se como sistemas produtivos sustentáveis, sem causar danos ao meio ambiente e à sobrevivência das espécies do planeta.

Por conta disso, há uma grande necessidade de políticas públicas direcionadas para a emancipação dos sujeitos do campo, bem como possa promover o desenvolvimento na perspectiva local e sustentável de sua comunidade. A contemplação das políticas públicas para o desenvolvimento seria possível com estratégias conjuntas no sentido de melhorar a qualidade de vida e garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. Saber mais sobre a atuação pública nesse segmento pode trazer-nos uma melhor compreensão a respeito da relação do estado como promotor do desenvolvimento da pesca.

Uma política pública importante e responsável para auxiliar no desenvolvimento dos sujeitos do campo é o serviço de assistência técnica e extensão rural. Atualmente, com uma proposta de base dialogada, educativa, construtivista, que respeita, valoriza e considera a cultura peculiar dos grupos sociais atendidos. Na antiga proposta, a concepção era bem diferente. Quando chegou ao Brasil foi no final da década de 1940, no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, com uma proposta de melhoria de vida da população rural, apoiada na modernização da agricultura. Foi implantada inicialmente pelos importantes centros de pesquisas e universidades que desenvolviam trabalhos para serem implantados no meio rural. Em 1948, cria-se a Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural (ACAR), em nível estadual, e somente em 1956 é criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), órgão oficial do governo federal e responsável por planejar e promover o desenvolvimento do meio rural por meio da distribuição de créditos e acompanhamento dos projetos produtivos (PADILHA, 1981; FONSECA, 1985; PIRES, 2003; BRASIL, 2004).

Porém, foi no final dos anos 1960, que surge uma política de extensão específica para pescadores, ou seja, a Extensão Pesqueira surgiu com a ideia de promover o desenvolvimento social e econômico do setor pesqueiro, na prática isso não ocorreu. Durante esses quase 50 anos após o surgimento oficial da Extensão Pesqueira no Brasil, pouco resultado se constatou com as intervenções das políticas públicas nesse setor (CALLOU, 1994). A extinção da

Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) pelo governo, em 1989, contribuiu para o atraso desse setor durante os anos que se passaram. E somente depois de mais de uma década sem o serviço de Extensão Pesqueira é que foi criada a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), em 2003.

Sabemos que, historicamente, a pesca artesanal foi tratada como uma atividade de pouco interesse econômico e quase sempre sem estratégias ou políticas definidas para o seu desenvolvimento. Embora algumas políticas contemplassem a estruturação da atividade, na prática, o que se observou foi a inacessibilidade ou o desconhecimento das mesmas pelos pescadores mais carentes. Situação mais crítica acontece no interior do Estado, primordialmente no meio rural, onde predomina a informalidade, a sazonalidade da atividade agrícola e a pesca em virtude das deficiências hídricas nos períodos de seca.

Segundo Ramalho (2006), no Estado de Pernambuco, o espaço da pesca artesanal é um local de conflitos e de constantes disputas sociais. É uma situação precária, com alto índice de analfabetismo e baixa renda familiar. Quando se trata de comunidades que pescam e de comunidades que estão localizadas próximas a áreas inundadas, ainda é mais precária a situação? É razoável acreditar que somente com a organização social seria possível mudar esse quadro da realidade? Enquanto classe organizada é que esse segmento conseguirá intervir e avançar na conquista de certas ações governamentais, como promover ou provocar mudanças estruturais, sobretudo no acesso aos benefícios sociais enquanto direito pleno de cidadãos.

Foi a partir dessas constatações e questionamentos que surgiu o nosso interesse em investigar, para conhecer melhor e assim obter mais respostas dessas comunidades, localizadas às margens de barragens construídas pelo Estado, mas também compreender como as políticas públicas os atingem. Para conhecer tais realidades e sujeitos, utilizamos o roteiro de entrevistas semiestruturadas, ferramenta importante que ajudou a descobrir se a trajetória dessas comunidades (remanescentes de barragens) condicionou as estratégias de aquisição de outra atividade como forma de luta e de sobrevivência, assim como o lugar e a condição da comunidade determinaram a utilização de outras atividades econômicas.

O meio rural pesqueiro ainda é um setor pouco conhecido, muito menos os sujeitos trabalhadores das águas interiores, pescador e/ou agricultor. Por conta dessa constatação é que surgiram algumas perguntas da pesquisa. Os sujeitos que trabalham com a pesca no interior do Estado têm acesso as políticas públicas disponíveis? O que leva uma comunidade a desenvolver essa dupla atividade? Que atividade começou primeira, ou será o lugar e as

condições concretas que determinaram a dupla identidade? Partimos do pressuposto de que são categorias que separadamente pertencem a grupos distintos: agricultores e pescadores, com identidade cultural socialmente estabelecida. Ao mesmo tempo, essas categorias se encontram no âmbito do agrário. Estariam justificadas na pluriatividade dos sistemas de produção da agricultura familiar? Também aparecem juntas nas perspectivas das políticas públicas: ora conjuntamente, ora separada. É o caso da política pública de assistência técnica e extensão rural (BRASIL, 2004), que estabelece como objetivos o fortalecimento da agricultura familiar em todo o território nacional e inclui nessa política as populações de produtores familiares tradicionais, dentre os quais estão os agricultores e os pescadores.

A importância desse trabalho reside igualmente no fato de que, no caso da extensão pesqueira, até o momento têm sido escassos os estudos sobre as políticas públicas governamentais e as atividades desenvolvidas em comunidades de pescadores de águas interiores em Pernambuco.

Especificamente no interior de Pernambuco, somente a partir dos anos 2000, surgem alguns pesquisadores interessados em conhecer melhor a pesca em águas interiores. Destaca-se Soares (2004) que fez uma avaliação do Projeto Parceiros da Terra na comunidade de pescadores artesanais de Campos Novos, município de Cumaru, agreste pernambucano, quando pôde observar as dificuldades e a desassistência em que vive esse pescador-agricultor. Neste trabalho, podemos conhecer melhor esse sujeito. Sua trajetória e história pode trazer-nos subsídios para uma melhor compreensão e um apoio ao desenvolvimento local nas atividades de assistência técnica e extensão pesqueira. Outra pesquisa foi realizada por Cruz (2005) que, em seu trabalho, fez uma caracterização e uma avaliação da pesca artesanal no Sertão do Estado de Pernambuco com as comunidades ribeirinhas dos mananciais hídricos. A autora aponta a existência de práticas direcionadas para a pesca profissional e não apenas de subsistência, mas conjuntamente, e por isso confundem-se os pescadores e os agricultores, que desenvolvem tanto a atividade agrícola quanto a pesca, principalmente para complementar a renda e o abastecimento familiar. Outra contribuição se deve a Carvalho (2007), que analisou os projetos de extensão pesqueira da SEAP entre 2003-2006, no Estado de Pernambuco.

Como objetivo principal desta pesquisa, pretendemos analisar o impacto das políticas públicas no setor da pesca em águas interiores para o desenvolvimento local durante o período de 2003 a 2007, em Pernambuco. E como objetivos específicos:

- Investigar a ação de políticas públicas em comunidades pesqueiras de águas interiores;

- Identificar a relação existente entre a atividade pesqueira e a agricultura em algumas comunidades ribeirinhas do interior de Pernambuco (Catende; Cumaru; Ibimirim, Petrolândia e Jatobá), focalizando a trajetória dessas comunidades.

Como estratégia metodológica de construção deste trabalho, ele teve início com uma pesquisa bibliográfica sobre as atividades de pescadores e agricultores. Buscamos igualmente na internet, identificar as comunidades de pescadores artesanais de águas interiores em Pernambuco que tiveram acesso às principais políticas públicas. Nessas buscas, conseguimos identificar as políticas públicas disponíveis em nível nacional, a partir da página oficial da SEAP, conhecendo os programas e instituições neles envolvidas.

No segundo momento, foi feito o trabalho de campo, quando procuramos identificar as organizações governamentais e não governamentais que desenvolviam ou já tinham desenvolvido alguma atividade com os pescadores. Visitamos a SEAP, que nos informou sobre quais instituições governamentais ou não governamentais foram ou são parceiras na execução das políticas públicas, além de disponibilizar a lista de todas as colônias, associações e cooperativas de pescadores em Pernambuco. Localizamos 13 colônias e 11 associações de pescadores de águas interiores. Foi por meio de conversas informais e aleatoriamente que escolhemos as comunidades de pescadores que fariam parte da pesquisa exploratória. Foram 5 comunidades pesquisadas: 1 na Zona da Mata Sul, 1 no Agreste, 1 no Sertão do Moxotó e 2 no Sertão do Baixo São Francisco.

O questionamento das políticas públicas pela investigação junto às organizações governamentais e não governamentais foram feitas por meio de conversas informais com os respectivos representantes oficiais, que nos forneceram cópias dos projetos, com artigos digitalizados dentro do período em que a pesquisa se propõe (2003 a 2007) investigar as políticas públicas direcionadas para as comunidades de pescadores.

Segundo Gil (2006, p. 41), “a pesquisa exploratória tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito”. A análise qualitativa, presa pelo universo de significados, aspirações, intuições, exploração e o subjetivo, trata de fenômenos que não podem ser resumidos na operacionalização de variáveis quantitativas (DESLANDES, 1994).

Utilizamos como ferramentas metodológicas: o caderno de campo, com a finalidade de fazer registros do que foi observado, além de caracterizar o tempo de vivência nas comunidades pesquisadas, nele constam as observações diretas, feitas durante os momentos vivenciados com os sujeitos, assim como o caderno de entrevistas, com a transcrição das entrevistas semiestruturadas (Apêndice A).

Para Deslandes (1994), a entrevista enquanto técnica é um procedimento indicado para o trabalho de campo, pois é por meio dela que o pesquisador busca obter informações da realidade pesquisada. E May (2004) afirma que o processo de pesquisa requer o trabalho empírico e a coleta de dados (entrevistas ou outras formas de registros) que nos ajudam a organizar as ideias e as teorias, para então entender ou explicar as nossas observações.

Para Lopes (1990), os paradigmas científicos e a reflexão epistemológica desenvolvem-se na prática da pesquisa, encarregando-se de renovar continuamente uma série de operações que asseguram a cientificidade dessa prática. E o objeto é construído ao longo de um processo de objetivação, que é a progressão da formação, da estruturação e do recorte dos fatos até os procedimentos de coleta dos dados.

Durante o trabalho de campo, foram feitas 18 entrevistas sendo 11 com pescadores e 7 com pescadoras nas comunidades visitadas. De acordo com Richardson (1999), recomendamos o uso de entrevistas semiestruturadas para uma pesquisa qualitativa.

Quanto à estrutura do trabalho, está organizado em seis capítulos: No Capítulo 1, Pescadores na história do Brasil, falamos um pouco de alguns aspectos da história na atividade da pesca, desde os primórdios da civilização humana, passando pela história do Brasil e chegando aos dias atuais. No Capítulo 2, Políticas Públicas, Desenvolvimento e Pesca, fizemos um breve apanhado das diversas concepções de desenvolvimento e políticas públicas de uma forma geral. Depois vamos adentrar-nos nesses temas compreendidos sob o ponto de vista da pesca e aquicultura. Para o Capítulo 3, Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), trouxemos a apresentação e a discussão das políticas públicas defendidas por esse órgão e direcionadas para a pesca artesanal. Já o Capítulo 4, sob título Impactos das Políticas Públicas das águas interiores de Pernambuco, apresentamos o resultado da pesquisa de campo. Encontramos 26 projetos desenvolvidos entre o período de 2003 a 2007, e suas respectivas organizações nos níveis governamental federal e estadual ou não governamental. O Capítulo 5, Realidade das comunidades pesqueiras de águas interiores, caracterizamos os cinco municípios visitados em Pernambuco, contando um pouco de sua história e de sua relação com a pesca. No Capítulo 6, Perfil dos sujeitos envolvidos na pesca no interior de Pernambuco, foi apresentada a discussão teórica e empírica com os sujeitos que vivem da pesca. Por fim, a conclusão

CAPÍTULO I

OS PESCADORES NA HISTÓRIA DO BRASIL

1. Reconstruindo um pouco da história da pesca

No início da história da civilização, o homem era nômade e dependia exclusivamente da natureza por meio da pesca, da caça e da coleta de frutos. Com o passar dos anos, os recursos naturais foram se exaurindo. Com os grupos sempre em crescimento, surgiu a necessidade de se fixarem numa localidade. Conjuntamente à domesticação das plantas e dos animais, ocorreu o desenvolvimento, respectivamente, da agricultura e a pecuária (FON, 2004).

A história da pesca, segundo Diegues, teve seu início nos primórdios da civilização, após a exploração dos rios Tigre, Eufrates e Nilo, no IV milênio antes de Cristo. Essa atividade milenar é o fruto de acúmulo de informações construídas pelas observações empíricas e transmitidas de geração a geração.

O mar é considerado uma entidade viva por inúmeras populações marítimas que mantêm com ele um contato estreito e dele tiram sua subsistência. Essas populações humanas têm uma percepção complexa do meio marinho e seus fenômenos naturais. De um lado, há um vasto conhecimento empírico adquirido pela observação continuada dos fenômenos físicos e biológicos a ser explorados pela chamada etnociência marítima. De outro lado as explicações para tais fenômenos também passam pela representação simbólica e pelo imaginário dos povos do mar (DIEGUES, 2003, p.1).

Essas observações nada mais são do que, uma referência à cultura desse grupo, é muito peculiar às populações que vivem da atividade da pesca (seja ela marinha ou continental). Foi construído ancestralmente o conhecimento dos recursos naturais que estão à sua volta, tem como todo o contexto social, por parte das gerações, a respeito do mar e da vida decorrente dele.

O trabalho desenvolvido pelo PNDPA² (IBAMA, 199-?) foram feitas observações sobre a relação do homem com os peixes, o que demonstra como é antiga a história de nossa

² Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora: tem como objetivo transformar as atividades, desse tipo de pesca em instrumento de desenvolvimento econômico, social e de conservação ambiental. Atualmente, está sob a responsabilidade do IBAMA.

civilização. Sem ainda terem desenvolvido as formas tradicionais do cultivo da terra e da criação de animais, as sociedades primitivas praticamente dependiam da pesca como fonte de alimentos.

Na Pré-história o homem já desenvolvia a pesca com a coleta de moluscos para compor sua alimentação. Apetrechos como anzol e redes vieram depois, já no fim desse período. Antes do Império Romano, a pesca era praticada apenas em lagos e por escravos. Durante o Império, o homem já se lança ao mar em busca de boas pescarias. Com o Cristianismo, o peixe transforma-se em alimento nobre, o que favorece o aumento do seu consumo, o desenvolvimento da pesca marinha e a técnica de conservação de carnes e peixes. Na Idade Média, o peixe se transforma em moeda de troca, inclusive no pagamento da renda de terras, que poderia ser feito com peixes ou óleo de peixe (IBAMA, 199-?).

Conhecendo um pouco da história do Brasil, foi em 1530 que se inicia o processo de colonização. D. João III decide conceder cartas de doações de propriedades (capitanias hereditárias), num sistema semelhante ao de Portugal, conhecido como sesmaria. Segundo Medeiros (2005), o sistema de sesmarias constava de doações de terras aqueles que se dispusessem a torná-las produtivas, caso contrário, seriam tomadas e doadas a quem realmente as fizessem produzir. Porém, não foi o que aconteceu.

A maioria dos sesmeiros donos de engenhos não produziam nada e conseguiam, em virtude do *status* econômico, outras concessões de terras através de doações, heranças. Isto ao lado da inexistência de fiscalização desembocou na criação dos latifúndios (MEDEIROS, 2005, p. 38).

A autora coloca claramente como se deu o início dos latifúndios no Brasil, e que “por trás da implantação do sistema sesmarial estava um empreendimento da burguesia comercial”, ou seja, desde o início a preocupação foi quanto à produção agrícola para exportação, produtos de valor no mercado internacional. Para Graziano da Silva (1990), todas as atividades produtivas da colônia giravam em torno da agricultura e do comércio. O latifúndio escravista produzia para exportar, e o produto mudava de acordo com os interesses da metrópole (açúcar, café, borracha e outros).

Contudo, o Brasil foi privilegiado com uma geografia generosa de grandes rios e afluentes, o que favorece a associação da agricultura com a pesca, de modo que, mesmo antes do descobrimento, a pesca já estabelecida entre os indígenas. Quando os portugueses aqui atracaram, encontraram tribos nativas que detinham métodos próprios para a construção de canoas e utensílios para a captura de peixes (SILVA, 2004).

Conforme Ribeiro (1995) e Silva (2004), observa-se a influência da pesca no aspecto socioeconômico do país, visto que várias cidades litorâneas se formaram a partir de núcleo de pescadores, no decorrer dos distintos ciclos de nossa história (plantações de cana-de-açúcar e café, mineração e extrativismo), tradição esta que persiste até hoje na Amazônia, onde a localização das comunidades não corresponde à rua, ou ao bairro, mas aos afluentes dos rios.

A pesca é uma das atividades mais antigas do Brasil, fazendo-se presente desde o período colonial, segundo Abdallah e Castello (2003), Diegues (1999) e Silva (2004).

A colonização portuguesa no Nordeste, especificamente em Pernambuco, começou precisamente na costa, com a cultura da cana-de-açúcar. Embora a produção do açúcar não fosse a única atividade econômica da região nos séculos XVI e XVII, pois, desde então, plantava-se tabaco e mandioca em grande escala, criava-se gado, etc. aquela atividade foi elemento impulsionador do dinamismo econômico, social e cultural observado no Nordeste Colonial (SILVA, 2004, p. 16).

Contudo, ao contrário do que se pensa atualmente, não foi a mão de obra escrava africana que produziu toda essa riqueza inicial. Segundos Ramalho (2006) os indígenas, sobretudo os tupinambás, foram os primeiros trabalhadores dos engenhos. Cabia-lhes não apenas plantar a cana-de-açúcar, mas também construir engenhos e casas, produzir alimentos (sobretudo provenientes da caça, pesca e de uma pequena agricultura, que produzia principalmente a mandioca).

Muitos dos cativos transportados à Bahia e a Pernambuco tornaram-se pedreiros, marceneiros, carpinteiros, pescadores, etc. Na pequena pesca marítima litorânea, muitos senhores utilizavam os escravos, que eram treinados para esse fim (LANNA, 1995 apud RAMALHO, 2006). Esses escravos, originados de regiões litorâneas, contavam com sua habilidade de pescadores. É que, muitas das nações africanas detinham estruturas econômicas e sociais que combinavam as atividades da pesca, pastoreio, agricultura e artesanato.

Do ponto de vista da pesca, Silva (1988) aponta que a economia escravista colonial apresentou três formas básicas de atividades:

Uma primeira forma era a exercida pelos próprios escravos, após suas jornadas de trabalho. Uma segunda forma de atividade era a dos escravos que pescavam e participavam do comércio do peixe, sob a exploração de seus senhores. A terceira forma era a dos pescadores livres, sobretudo indígenas, que vendiam seu peixe, como os escravos, nos mercados de peixe ou diretamente aos engenhos. Mas todas essas formas corroboravam a exploração da mão de obra escrava, no contexto da produção açucareira, através da obtenção de um dos alimentos básicos do escravo – o pescado (SILVA, 1988, p. 45).

Essas informações são claras e confirmam a utilização dos escravos no período colonial, envolvidos no trabalho do plantio da cana, mas também, ou às vezes, exclusivamente na atividade da pesca. Porém, nessa segunda atividade não o subtraía à sua situação de exploração e submissão presente nessa fase da história do Brasil.

Em sua obra *A voz do Mar (...)*, Callou (1994) traz algumas descrições da história cultural que herdamos dos indígenas e portugueses. Como cultura indígena, deixou sua marca a canoa feita de um único tronco escavado, encontrada praticamente em toda a costa brasileira. Há no Nordeste outra embarcação bastante comum, a jangada, feita com árvores adequadas à sua fabricação. Sob a influência portuguesa, ficou o espinhel, as redes e a preparação do pescado salgado e seco em toda a costa.

É válido lembrar que a pesca, de modo geral, se tornou, ao longo do tempo, uma atividade marginal e/ou um apêndice dentro da economia açucareira, segundo o perfil dos indivíduos que se mantiveram no trabalho e do papel que o setor pesqueiro exerceu, subordinadamente, conforme Ramalho (2006). Porém, para Freyre (2004), especificamente no Nordeste da cana-de-açúcar, os rios e suas águas sempre foram as principais rotas da hegemonia latifundiária.

No litoral brasileiro, pela sua diversidade e complexidade ambiental e sociocultural, alguns autores apresentam inúmeras culturas ligadas à pesca, tais como Silva (2004) e Diegues (1999): o *jangadeiro* no Nordeste, o *caiçara* entre o Rio de Janeiro e São Paulo e o *açoriano* em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os dois últimos tipos de pescadores desenvolviam paralelamente a atividade agrícola, e eram conhecidos como pescador e agricultor, enquanto o primeiro dependia exclusivamente da pesca.

No início do século XIX, boa parte dos pescadores pernambucanos eram conhecidos por jangadeiros, como os descreve Ramalho:

(...) não pescavam em alto mar, mais por meio de jangadas e currais.³ Esses currais eram colocados entre a praia e os arrecifes, pelo (ou com autorização dos) proprietários de terras que se apropriavam dos espaços até os arrecifes. E os pescadores arrendavam esses espaços para trabalhar e onde levantavam seus mucambos, o preço era variado conforme a melhor ou pior localização (RAMALHO, 2006 p. 28).

³ Como morões cravados no fundo, tecidos com varas, atados com cipós e compostos de 3 divisões: O 1º conhecido de sala, dando entrada e saída franca ao peixe; 2º chamado de chiqueiro do meio, mais apertado, porém ainda pode entrar e sair o peixe; o 3º conhecido de chiqueiro de matar, construído de maneira a não permitir a saída do peixe. Além desses compartimentos, havia mais a espia, que é como uma caniçada, ou espaldão, muitas com os mesmos morões e varas, a qual espia serve de encaminhar o peixe para o curral (FREYRE, 1968 *apud* RAMALHO, 2006)

Essa situação foi motivo de revolta por parte dos pescadores, que se negavam a pagar a renda dos currais. Para Silva (1988) e Ramalho (2006) foi uma das primeiras revolta de pescadores. Já no início do século XX, mas precisamente em 1919, inicia-se a organização dos pescadores em colônias. Por influência da Missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919 a 1924), como descreve Callou:

Inicia-se pelo Estado do Pará a Missão do Cruzador “José Bonifácio”. Essa estratégia cederia lugar ao saneamento do litoral, à organização de colônias de pesca e à educação básica das comunidades litorâneas. Só a partir daí pretendia alcançar os objetivos mais amplos de industrialização do setor pesqueiro e de suprimento da Armada com efetivos e reservas naquele nível de qualificação desejado (CALLOU, 1994, p.77-78).

Esse programa da Missão do Cruzador “José Bonifácio” fazia parte de uma estratégia maior que era a nacionalização, modernização (via industrialização) da pesca e defesa da costa brasileira. Várias estratégias, como as citadas por Callou, foram utilizadas.

Após a formação dessas colônias, os pescadores eram obrigados a pertencer à mais próxima de sua localidade, passavam a ser considerados reserva da Marinha e seus barcos e aparelhos de pesca eram registrados. As colônias eram conhecidas na Marinha pela letra “Z” como matrícula das embarcações da pesca. Embora a colônia tivesse um presidente, secretário e tesoureiro, a autoridade naval nomeava um capataz como representante fiscal da execução dos regulamentos (CALLOU, 1994).

1.1. A gestão pesqueira nacional e as primeiras políticas públicas

Nos meados do século XX são desenvolvidas políticas públicas e criados órgãos públicos direcionados para o desenvolvimento da atividade pesqueira. Em 1910, foi criada a Inspeção de Pesca, cuja atuação se limitou ao levantamento das espécies marinhas, sendo extinta em 1918. Em 1923, criou-se o Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral, organismo que teve grande importância notadamente na organização e defesa da pesca artesanal (BRASIL, 2005b).

Na mesma obra, ainda descreve que no início dos anos 1930, em substituição ao Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral, foi criada a Divisão de Caça e Pesca. Ela marca o começo de um período qualificado como etapa de “tecnificação do setor”, já caracterizado pelo processo cumulativo de capital. Promoveu melhorias e capacitações de mão de obra, com

a implantação da Escola de Pesca de Tamandaré, em Pernambuco, que em última instância, teria como objetivo aumentar a produtividade do trabalhador e a produção pesqueira.

Em 1961, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CODEPE), que buscava dar uma orientação única à política de desenvolvimento pesqueiro. No ano seguinte, 1962, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), autarquia que centralizou todas as funções políticas e econômicas da Divisão de Caça e Pesca, Caixa de Crédito da Pesca e CODEPE. Estava voltada para a atividade pesqueira sob duas vertentes desenvolvimentistas: estabelecer regulamentações e conceder incentivos à produção (ABDALLAH e CASTELLO, 2003). Foram quase trinta anos de existência até sua extinção em 1989. Suas atribuições foram transferidas para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Até a década de 1960, a atividade pesqueira era exclusivamente artesanal e para o consumo interno. Já em 1967, com o Decreto Lei 221,⁴ começam a atuar os incentivos fiscais, desenvolvendo-se a pesca industrial voltada para o mercado externo. Houve fortes investimentos na indústria, captura, administração e comercialização direcionadas para a pesca industrial.

Nesse mesmo período, também se instaura a modernização da agricultura, com a política pública de extensão rural voltada para desmoralizar a agricultura familiar. Para Lima e Roux (2008), a extensão rural soube utilizar muito bem os recursos de comunicação, mas infelizmente não atingiu o pequeno agricultor, porque não foi proposta com tal finalidade. Assim, não havia condições de implementá-la entre a grande maioria dos pequenos e médios agricultores. Foi eficiente para os grandes produtores que a seguiram à risca e continuam até hoje alimentando as estatísticas de bons êxitos nas exportações.

Em maio de 1998, com a nova reestruturação organizacional da Presidência da República e dos Ministérios, foi transferida a competência relacionada com o apoio da produção e o fomento da atividade pesqueira para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), permanecendo no Ministério do Meio Ambiente e IBAMA as responsabilidades relacionadas com a política de preservação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2005b).

⁴ Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, foi criado para normatizar e estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos que estejam subexplorados ou inexplorados, bem como supervisionar, coordenar e orientar as atividades referentes às infraestruturas de apoio à produção e circulação do pescado e das estações e postos de aquicultura e manter, em articulação com o Distrito Federal, Estados e Municípios, programas racionais de exploração da aquicultura em águas públicas e privadas.

Por fim, em 1º de janeiro de 2003, o Governo editou a Medida Provisória 103, hoje Lei 10.683, pela qual foi criada a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP), ligada à Presidência da República. A SEAP/PR tem *status* de Ministério e atribuições para formular a política de fomento e desenvolvimento para a aquicultura e pesca no Brasil, permanecendo a gestão compartilhada do uso dos recursos pesqueiros com o Ministério do Meio Ambiente.

Recentemente, foi editada a Medida Provisória nº 437, de 29 de julho de 2008, que transforma a SEAP em Ministério da Pesca e Aquicultura.

Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, 9.650, de 27 de maio 1998, 9.984, de 17 de julho de 2000, e 10.683, de 28 de maio de 2003, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura, cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências (BRASIL, 2008a, p. 1)

Atualmente, o projeto ainda tramita pela burocracia do governo federal, enquanto os pescadores esperam com essa mudança, venha melhorar o setor pesqueiro e sobretudo a vida dos pescadores e pescadoras artesanais.

1.2. Conhecendo os sujeitos sociais que vivem da pesca

Até meados do século XX, o número de estudos e publicações sobre as comunidades de pescadores eram bastante reduzidos. Segundo Diegues (1999), alguns autores e seus trabalhos (nas áreas de antropologia, sociologia e geografia) foram determinantes para a descrição do modo de vida e das técnicas de pesca.

A partir do final da década de 60 e meados da de 70. Alguns trabalhos de sociólogos e antropólogos ganharam densidade metodológica e teórica, enfocando sobretudo, a questão das mudanças sociais entre os pescadores litorâneos (DIEGUES, 1999, p. 364).

Isso quer dizer que, a partir desse período, se inicia uma aproximação das ciências sociais para explicar os fenômenos sociais, históricos e culturais que dizem respeito às populações ligadas às áreas litorâneas envolvidas com as atividades da pesca. Foi a partir

dessa aproximação com as ciências sociais que tiveram início a discussão a respeito do sujeito pescador e das complexidades em classificar o sujeito pescador agricultor.

A atividade e a sociedade que vivem da pesca podem ser consideradas de camponesas? Essa pergunta produz inúmeras divergências entre os intelectuais que escrevem sobre tais categorias (pescadores agricultores). O trabalho de Adams (2000) dialoga com vários autores a respeito desse impasse. Ainda aponta que “é muito difícil classificar o pescador agricultor como um agricultor que pesca, ou um pescador que planta, pois a tradição do trabalho agrícola e o trabalho da pesca são na mesma intensidade e regularidade”. Já para Beck (1989), o que caracteriza as comunidades de pescador agricultor é a relação entre a pesca em pequena escala (ou artesanal) e a agricultura em pequena escala (ou familiar, camponesa), o que fica sintetizado na dupla identidade autoatribuída: pescadores e agricultores.

Maldonado (1986) chama atenção para uma definição da Organização Internacional do Trabalho a fim de definir o pescador.

(...) trabalhadores que se dedicam à captura de pescado e exercem as funções de membros das tripulações de barcos pesqueiros, executando diversas tarefas de pesca de altura - no caso dos pescadores marítimos - ou tarefas específicas da pesca de água doce e águas costeiras. Ainda fazem parte dessa definição os coletores de esponjas e pérola, algas e sargaços, moluscos e crustáceos, os ostricultores, beleeiros e caçadores de focas (MALDONADO, 1986, p. 11).

Na frequente comparação entre os povos marítimos e os povos agrários, tratando de enquadrar os pescadores como “camponeses e com características de bases marítimas”, ou ainda, identificando-os como “produtores que se diferenciam dos agricultores, porque pescam”, Maldonado (1986) descreve duas categorias: os pescadores agricultores e os pescadores artesanais.

1.2.1. Pescadores agricultores

Provavelmente, há uma ampla ocorrência dessa dupla atividade no litoral brasileiro, a exploração da terra e a do mar, por parte dos pescadores, o que é conhecido como pluralismo econômico ou pluriatividades da agricultura familiar. Esses grupos de trabalhadores formam-

se dentro da unidade familiar, não ocorrendo assalariamento nem excedente de produção. A associação da pesca com a agricultura garante gêneros de subsistência na estação chuvosa ou em épocas pouco propícias à pesca.

Em algumas comunidades, a agricultura é serviço de mulheres e crianças: Na maior parte dos grupos pesqueiros que também praticam a agricultura, tais atividades tendem a ser atribuídas às mulheres e, em alguns casos, às crianças, pois são os não pescadores das comunidades. Isso não é universal. Há sociedades marítimas em que os homens participam tanto da pesca quanto da agricultura. Já o artesanato ocorre nos grupos de pescadores como alternativa de rendimento. Não é exceção entre os pescadores agricultores que podem articular: pesca, agricultura e artesanato.

Na comunidade de pescadores, assim como em outras há, uma clara divisão do trabalho entre homens, mulheres e crianças. Sobre o trabalho feminino escreve Maldonado.

Tradicionalmente as mulheres têm sido excluídas da pesca de alto, sendo largamente conhecidos os mitos existentes sobre a sua presença nas embarcações e até mesmo o perigo do seu contato com o instrumental de trabalho dos homens. Em alguns grupos tal contato só é considerado perigoso e, conseqüentemente, proibido, em determinados momentos da vida feminina, como a menstruação ou o puerpério. Em outros grupos a mulher nunca entra nos botes nem deve, em qualquer hipótese, tocar nas redes, arpões, anzóis, espinhéis, etc., sob pena de atrair reveses e prejuízos à atividade masculina no mar (MALDONADO, 1986, p. 19).

Essa divisão social do trabalho é uma realidade histórica. Infelizmente, ainda é comum encontrarmos certos preconceitos contra as mulheres que tentam exercer alguma atividade que historicamente sempre foi masculina, principalmente nas áreas rurais, seja ela atividade agrícola, seja a pesca.

Essa falta de reconhecimento também se reflete nas políticas públicas, quando não reconhecem ou se colocam inúmeros obstáculos no sentido de garantir os direitos sociais às mulheres pescadoras e marisqueiras, tais como o seguro-defeso e a aposentadoria.

Um reconhecimento histórico e importante consta na PNATER, em que se reconhece o pescador dentro da categoria da agricultura familiar, além de inúmeras outras categorias sociais rurais, que há anos atrás eram vistas de forma pejorativa. Hoje os pescadores artesanais, os aquicultores, os ribeirinhos estão enquadrados na categoria de agricultura familiar e deve-se levar em consideração a “pluralidade e as diversidades sociais, econômicas, ambientais, éticas e culturais (BRASIL, 2004, p. 4).”

Mais do que focalizar a atividade agrícola, entendida como pura e simplesmente um setor econômico, o que se deve privilegiar é a própria família que vive das diversas atividades

econômicas no meio rural, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e reprodução social, apreendendo-se a riqueza explicativa do conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar. Numa perspectiva interdisciplinar, busca-se verificar como tal noção contribui para a compreensão dos processos sociais, culturais e econômicos que ocorrem no meio rural brasileiro (CARNEIRO, 2003).

Em seu trabalho, Soares (2001) adverte que foi na ECO-92 que os governantes começaram a reconhecer o aspecto multifuncional da agricultura como estratégia para garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental).

Contudo, compreende-se que a noção de multifuncionalidade amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura familiar, que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens econômicos, tornando-se responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade e outros) e do patrimônio natural, bem como pela qualidade e segurança alimentar.

1.2.2. Pescadores artesanais

A pesca artesanal caracteriza-se pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção. Ultimamente, porém, esses pescadores vêm se modernizado bastante, produzindo com grupos de trabalho formados por referenciais de parentesco, sem vínculo empregatício. Esse tipo de pescador volta-se também para o mercado, podendo destinar-se o que ele produz tanto ao consumo doméstico como à comercialização (MALDONADO, 1986).

Os pescadores artesanais são também chamados de autônomos. Possuem contatos mais diretos com o mercado e as fontes de financiamento, armadores e cooperativas de pesca. Todavia, dependem também de intermediários para comercializar seu produto, tanto devido à precibilidade do mesmo como à falta de infraestrutura para a sua conservação e de meios para transportá-los para os mercados mais distantes. Outro pesquisador da pesca, Ramalho define a pesca artesanal:

Todos aqueles pescadores que trabalham na beira de rios e estuários na coleta manual de marisco, sururus, caranguejos, ostras, utilizando para captura as mãos, pés e, no máximo, instrumentos como foices, facão, físgas e outros, ou os que trabalham embarcados (dentro dos barcos), fazendo uso de rede e outras armadilhas para pescar, em mar e estuário, independente da técnica de captura que emprega (RAMALHO, 2006, p. 24).

A pesca artesanal geralmente usa barco ou redes, independentemente de o pescador possuí-los ou não, fruto do atrelamento ao sistema de parceria ou à subordinação dos atravessadores, já que parte de sua produção está direcionada para o mercado, o que não exclui o consumo doméstico (MALDONADO, 1986; RAMALHO, 2006).

Com relação a essa distinção, se pescador ou agricultor, Ramalho ainda faz a seguinte comentário.

Sendo parte da classe subalterna os pescadores se assemelham a outros setores populares (camponeses, operário, escravos); todavia, as pessoas que se ocuparam do trabalho pesqueiro sempre possuíram um modo de vida distinto dos demais grupos, especificamente em decorrência da sua própria atividade, que é completamente influenciada pelo meio natural, existência de cardumes e, principalmente, a presença das marés, fazendo com que os pescadores determinem seus horários e duração de trabalho durante o dia em função do ciclo natural das águas e do conhecimento que detêm sobre a natureza (RAMALHO, 2006. p. 28-9).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Diegues (1998) destaca que esse entendimento de pescador agricultor se faz na compreensão teórica das culturas e populações tradicionais, em que todas as culturas e seus sujeitos sociais têm suas particularidades, mas também compartilham de padrões de comportamento transmitidos socialmente e de modos de produção mercantil.

1.3. Comunidades tradicionais

Dentro de uma perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total (DIEGUES, 1998).

Outra característica dessas comunidades são as relações de compadrio, que facilitam o acesso a zonas de produção, seja ela pesca, seja agricultura, constituindo também a base da solidariedade grupal.

As características geográficas da região, formada por terrenos aptos para a agricultura, são elementos importantes para as atividades econômicas que os sujeitos das comunidades

tradicionais podem exercer. Assim, em algumas comunidades a atividade da pesca pode ter vindo acrescentar-se à da agricultura ou vice-versa (DIEGUES, 1983).

Em Diegues (1995) que possa existir a possibilidade da passagem do pescador por categorias: de pescador agricultor para pescador artesanal, quando ele perde suas terras devido à especulação imobiliária nas regiões litorâneas. Porém, vale ressaltar que esse processo não é linear, mas conflituoso.

Contudo, acreditamos que, no meio rural, especificamente na pesca em águas interiores, talvez se aponte para a existência conjunta das duas categorias: pescadores agricultores e pescadores artesanais, devido ao meio físico propício que permite desenvolver essa dupla atividade, pesca e agricultura.

Acreditamos que o pescador artesanal e o pescador agricultor podem enquadrar-se na categoria do campesinato. Compreendemos que é nessa visão holística que se reconhece a diversidade dos povos, a inter-relação das atividades agropecuárias com a pesca ou a aquicultura e outras atividades não agrícolas, assim exista a necessidade para a manutenção da família.

Sobre o campesinato, Wanderley (1996) concebe com muita propriedade que um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho, é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido às gerações futuras, de modo a garantir suas condições de sobrevivência. Em geral, as atividades são múltiplas, diversificadas, complexas, complementares, temporárias e intermitentes, utilizadas pelas famílias como estratégias de sobrevivência e reprodução social.

O camponês tem como uma de suas características desenvolver a multifuncionalidade, ou seja, implantar e acompanhar diversas produções: agrícola, pecuária, pesca, artesanal, turismo rural e outras concepções, ou seja, as funções ambientais e sociais de interesse público associado a produção (SABOURIN, 2003). Definir-se como camponês é sobretudo uma questão política e ideológica (LIMA & FIGUEIREDO 2006), porque ser camponês, para a agricultura industrial, pode ter sentido pejorativo (ignorante, sujo, pobre, agricultor preguiçoso), mas para o agricultor - sujeito crítico e politizado, que resiste durante anos à dominação do latifúndio, é um grande orgulho sentir que, mesmo diante de todas as dificuldades (falta de crédito, falta de infraestrutura para o desenvolvimento da atividade e o escoamento da produção, discriminação, sem condições de dar uma melhor educação aos filhos e outras) que o sistema lhe impõe, mesmo assim, consegue produzir a partir da união da força de trabalho familiar.

Mas falar de campesinato (pescador agricultor e pescador artesanal) e de comunidades tradicionais na contemporaneidade não é tarefa fácil, nem se pode fazê-lo com base num “tipo ideal”. Novamente Diegues nos ajuda nessa compreensão:

As culturas tradicionais não são estáticas, estão em constante mudança seja por fatores endógenos ou exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridos dentro de um modo de produção que denominamos de pequena produção mercantil. A assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente mudança radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos (DIEGUES, 1998, p. 93).

Tal explicação fica clara exatamente para se compreender que entre os pescadores agricultores e os pescadores artesanais existem características comuns que fazem deles comunidades tradicionais.

Ainda fazendo a leitura de comunidade tradicional e da cultura popular, Canclini interpreta essa passagem como sendo uma reconversão da cultura:

(...) porque surge o desejo de reverter um patrimônio (conjunto de técnicas e saberes) para re-inseri-lo em novas condições de produção e mercado. Um exemplo dessa situação é quando os campenses “adaptam seus saberes para trabalhar e consumir nas cidades e seus artesanatos para interessar a compradores urbanos (CANCLINI, 1996, p. 3).

Talvez seja a partir dessa reconversão cultural que possamos compreender as mudanças pelas quais as comunidades tradicionais vêm passando na atualidade, e, ao mesmo tempo, compreendemos como isso complementa a leitura da pluriatividade da agricultura familiar e a reconversão espontânea ou não do pescador agricultor. E “tais estratégias usualmente desenvolvem-se mediante a combinação de rendas agrícolas e extra-agrícolas, através de atividades realizadas dentro e fora das próprias explorações” (ANJOS, 2003, p. 14).

Nesse capítulo fizemos uma breve trajetória para compreendermos a atividade da pesca até a atualidade, passando por sua importância econômica e social, além de identificarmos a evolução das políticas públicas direcionadas e os sujeitos que sobrevivem da e com a pesca.

CAPITULO II POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO E PESCA

1. O desenvolvimento

Segundo Veiga (2005), até o final do século XX se pensava que desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico. Mas não. São duas propostas diferentes. Enquanto a primeira é o resultado do acesso das populações pobres à educação, saúde e bens culturais, a última está presa na medição das riquezas materiais e do nível de industrialização como os únicos critérios mensuráveis do país.

O mesmo autor ainda lembra que precisamos entender o desenvolvimento como algo para a *liberdade*: “(...) reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade no combate às absurdas privações, destituições e opressões existentes em um mundo marcado por um grau de opulência” (VEIGAS, 2005, p. 33). O desenvolvimento que reflete a liberdade consiste em que a maioria da sociedade (enorme população de excluídos) tenha acesso aos bens sociais, emprego, saúde, educação, lazer, habitação e saneamento. Somente acessando esses serviços é que o cidadão vai poder, considerar-se um sujeito livre.

Por isso, o desenvolvimento como ação para a liberdade deve remover a privação: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços e intolerância ou interferência de Estados repressivos (VEIGA, 2005 p. 34).

São essas privações que deixam o mundo e as pessoas acreditarem que isso é natural e não existe outra saída, submetendo-se a aceitá-las passivamente. Mas, Jesus (2007), em sua vasta pesquisa sobre a conceituação de desenvolvimento, depara-se com uma infinidade de autores, que chegam à seguinte conclusão: “é uma tarefa difícil em função da complexidade dos elementos: mudança social, evolução, progresso, modernidade”. Já Furtado faz uma crítica à difusão da ideia de desenvolvimento como ela é vista pelas nações capitalistas, como um paradigma a ser atingido por todos os outros países.

(...) a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais países ricos – é simplesmente irrealizável. Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da

coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentra-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1996 p. 88-89).

Outro estudioso do desenvolvimento, Wolfe (1976, p. 19), é mais direto em suas colocações: “os países de altas rendas puderam ‘desenvolver-se’, em grande parte, devido à sua capacidade de explorar e dominar os outros, o que ainda hoje se dá, sob diferentes aspectos”. Mas isso é camuflado pelos manuais dos organismos internacionais que ainda insistem nas receitas prontas a serem seguidas pelos países pobres. Tal realidade ainda é muito comum, sobretudo no meio rural, pois essas comunidades sem perspectivas de melhoria de vida são mais susceptíveis e passivas na aceitação desses projetos prontos.

Voltando ao esquema analítico proposto por Veiga (2005), a adjetivação do desenvolvimento oferece, de fato, grandes dificuldades para conceituá-lo: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento territorial. Sachs (2005) complementa dizendo que o desenvolvimento precisa ser socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo. Para reforçar essa ideia, Jesus (2007, p. 24) afirma que o “desenvolvimento precisa ser visualizado no tripé da sustentabilidade”, como já afirmou Sachs anteriormente.

Porém, não devemos esquecer que desenvolvimento é também participação, poder, soberania, decisão, mudança de realidade e compromisso social. Por isso, Demo coloca que é inimaginável resolver o problema da pobreza sem a participação do pobre. “Pode-se até distribuir benefícios e minorar compensatoriamente a fome, mas agrava a pobreza política, porque recria o esmoler, ou seja, aquele que troca a comida pelo cabresto” (DEMO, 1996, p. 10).

A política social assistencialista, contribui para que o pobre continue a esperar todas as soluções da parte do governo. Demo (1996, p. 11) ainda acrescenta que, “para o Estado, esta desmobilização é fundamental como estratégia de legitimação. Para a população é a depredação persistente de sua cidadania”. O “homem político é aquele que tem consciência histórica. Não aceita ser objeto. É ator, não expectador” (DEMO, 1996, p. 17). Portanto, é politicamente pobre o cidadão que somente reclama, mas não se organiza para reagir, não se associa para reivindicar, não se congrega para influir, ou melhor, sempre acomodado e esperando que o governo ajude, mande auxílio.

A participação de que falamos hoje, com planejamento participativo para o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade, é bem diferente daquele de alguns anos atrás, quando se concebia que desenvolvimento era sinônimo de crescimento.

Durante muitos anos, os economistas defendiam a ideia de que para haver desenvolvimento era preciso primeiro fazer o crescimento econômico para depois haver a distribuição, o desenvolvimento social.

Essa teoria logo foi rechaçada, pois, como se explicaria ser um país altamente industrializado, com alto rendimento *per capita* e apresente um IDH⁵ baixo, relativamente a outros países que não apresentavam crescimento econômico, sem desempenho alto do rendimento *per capita*.

Ninguém duvida de que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não são a mesma coisa (VEIGA, 2005, p. 56).

Portanto, o desenvolvimento é tão importante quanto o crescimento econômico. Mas não devemos esquecer que o Estado ainda continua responsável tanto pelo desenvolvimento como pelo crescimento econômico do país, mesmo que ele se apresenta como um aliado do circuito moderno da economia (globalização e neoliberalismo) nos países subdesenvolvidos. Ora abertamente, ora de modo mais discreto, isso leva invariavelmente ao agravamento da dependência externa do país e faz a população sofrer as cargas fiscais, sem dar a contrapartida de uma melhoria na situação de emprego ou de aumento de bem-estar. Atua hoje como muitos globalizantes chamam de Estado Mínimo, oferecendo mais vantagens às multinacionais do que a sua população (SANTOS, 2004).

No processo de desenvolvimento, existem duas modalidades importantes para se compreender o êxito: o capital humano e o capital social. “O primeiro refere-se à qualidade dos recursos humanos (educação, saúde, nutrição), e o segundo os elementos qualitativos (valores, cultura, redes sociais) (KLIKSBERG, 1998, p. 23).” Os capitais humanos e sociais são dois elementos que vêm dando subsídio para o sucesso e para alavancar o desenvolvimento.

Para Franco (200-?), o capital humano e o capital social são determinantes para se atingir o desenvolvimento, o que, conseqüentemente, elevará a renda e o crescimento econômico. O autor ainda afirma que “todo desenvolvimento é desenvolvimento social, é mudança social”. Portanto, é preciso dar oportunidade às pessoas venham a se desenvolver

⁵ IDH: Índice de Desenvolvimento Humano, utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde 1990.

como capital humano e capital social, e poderem então resolver seus problemas e melhorar sua qualidade de vida.

Então, é a partir do capital humano (educação) e do capital social (mobilização e redes sociais) que os cidadãos e as cidadãs se organizam para reivindicar políticas públicas que são de direito e que venham melhorar suas vidas.

2. Desenvolvimento local sustentável

Desde 1987, o relatório de Brundtland propõe uma definição para o conceito de desenvolvimento sustentável, que compreende satisfazer às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Então, a partir dessa definição é que outros pesquisadores definem desenvolvimento:

Desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local (JESUS, 2007, p. 25).

A expressão desenvolvimento sustentável aparece na primeira definição e desenvolvimento local aparece na segunda. Não é possível compreender ambos como coisas distintas. Apontam a preocupação com o presente e o futuro. Somente cuidando do local no presente é que podemos deixá-lo para o futuro.

Para Möller e Irmão, existe uma força unificadora entre ambas as definições de desenvolvimento sustentável e local:

Parece abrir a possibilidade de fornecer uma arma simbólica para formular estratégias para controlar as forças destrutivas do capitalismo contemporâneo em relação as forças ao meio ambiente e à coesão social. Abre espaços para o planejamento global e nacional e para um papel mais expressivo do Estado na economia, na sociedade e no meio ambiente (MÖLLER & IRMÃO, 2006, p. 5).

Está implícito que a preocupação com as condições sociais das pessoas, da comunidade, com a solidariedade e com o meio ambiente, pode gerar recursos estratégicos para se almejar o desenvolvimento local sustentável. Para Jara (1998, p. 52), “o

desenvolvimento sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais”.

Já Pires (2003) ressalta que a essência do desenvolvimento local é a conscientização dos cidadãos como coautores e corresponsáveis pelo destino da sua comunidade, mas alerta que isso não significa eximir o Estado das suas responsabilidades para com a sociedade, na aplicação e exiguidades das políticas públicas necessárias. Vem reforçar a importância da participação crítica e consciente para a construção coletiva do bem-estar social.

Com base nesses teóricos, fica perceptível que as comunidades precisam rever sua participação na construção das políticas públicas. Não é mais permissível que os projetos venham de forma verticalizada, em que muitas vezes as propostas estão fora da realidade local e descontextualizadas dos anseios da comunidade. A sociedade brasileira, de uma forma geral, precisa compreender que fazer política, gestão de bens públicos em prol dos cidadãos, é mais que interesses particulares e partidários. E o desenvolvimento local é fruto dessa política que visa ao bem comum e, sobretudo, a participação maciça dos beneficiários quanto à escolha do que deve ser feito, como fazer e como gerir tais programas governamentais que venha garantir o bem-estar da comunidade.

É lamentável que, na atualidade muitos políticos e gestores públicos ainda concebem o desenvolvimento com visões específicas e separadas para os aspectos: econômico, social, político e outros. Numa citação de 1976, mas ainda bem atualizada, Wolfe afirma que é um equívoco considerá-los como tipos diversos de desenvolvimento. E define desenvolvimento como sendo o processo de crescimento e de mudanças das sociedades humanas, em que contam todos os aspectos já citados acima, além de considerar como ferramenta importante para que aconteça tal mudança a aspiração e a participação da sociedade.

Falar sobre o tipo de desenvolvimento local sugerido nas políticas públicas, compreende um processo que mobiliza pessoas e instituições ao buscar a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local (JESUS, 2003, 2007).

Portanto, o desenvolvimento precisa ser visto como uma articulação dos vários setores governamentais, não governamentais e sociedade civil organizada em busca de alternativas para a melhora da qualidade de vida, nos aspectos financeiro, ambiental, social, político. Segundo Tenório (2007, p. 89), “do ponto de vista de uma dimensão mais ampliada, o desenvolvimento local é resultado de mudanças estruturais.”

3. Política pública e desenvolvimento da pesca

Escrever sobre política pública é tão complexo como o próprio tema. Buscaremos aqui dialogar com alguns autores sobre política pública e identificar como os pescadores agricultores podem acessar algumas delas.

Primeiro, é preciso compreender o que é política no campo semântico. Oliviere faz uma breve reflexão sobre a origem do termo:

É derivação grega a palavra “política”, que em seu sentido original significava “Politikos” que esta relacionada à cidade, entre os séculos VIII e VI A.C. Surgiram na Grécia as “polis”, cidades-estado, estas eram quase como os países atuais, inicialmente a palavra fazia referência a tudo o que é urbano, civil, público, então passou a designar-se política como a arte ou ciência do governo, na atualidade representa as atividades praticas relacionadas ao exercício do poder do estado (OLIVIERE, 2007. p.1).

O autor faz uma análise evolutiva da palavra política, e finaliza afirmando que nada mais é que a “arte de governar”. Isso significa que está a serviço de todos os cidadãos e cidadãs de uma sociedade, independentemente se do meio urbano ou do rural. Por isso, pensar em política pública é compreender que existe uma administração a serviço do povo.

A complexidade ocorre porque a gestão das políticas públicas envolve muitos componentes que se comunicam e interagem de maneiras diferentes, de forma explícita ou por interesses particulares não explícito de imediato. O processo é dinâmico, porque ocorre dentro de uma estrutura que exige continuadas fontes de recursos e motivação por parte dos governantes, mas também dos cidadãos envolvidos. As contribuições distintas decorrem dos canais de representação, dos diferentes grupos de interesses, dos diferentes pontos de vista. As diretrizes são de caráter geral, ao invés de instruções detalhadas, como linhas de ação a serem seguidas.

Segundo Kliksberg (1998), a discussão sobre a função do Estado na área social é uma verdadeira polêmica no contexto social globalizado em que vivemos. Há muitos anos o Estado era o responsável pelos serviços básicos da sociedade, mesmo quando se mostrava uma máquina com sérias deficiências. Durante as décadas de 1920 a 1960, também conhecidas como período fordista, o governo tinha sob seu controle a produção e o consumo, principalmente os estoques da produção agrícola nacional. O papel do Estado era desenvolver o crescimento econômico. Como bem coloca Bonanno, a ação do Estado Nação no período

fordista, havia um cuidado com a agricultura, sobretudo no controle dos estoques agrícolas e seu preço no mercado:

Os bens agrícolas eram os exemplos mais típicos da intervenção do fordismo e do estado nação. Os estados nações ao redor do mundo intervinham para regular a produção e os preços dos bens com uma série de justificativas e medidas sociais (BONANNO, 2007, p. 5).

O período fordista foi derrotado com o surgimento da crise interna do Estado Nação devido ao elevado custo da intervenção social e o surgimento dos primeiros sinais da globalização. Foi no final da década de 1970 que houve uma forte crítica ao fordismo e ao Estado (Estado gordo, máximo, aquele que tem o controle dos serviços sociais básicos), ou seja, era o Estado que se responsabilizava por todos os serviços sociais (educação, saúde, habitação, emprego), não deixando espaço para que esses serviços pudessem ser oferecidos pelo mercado competitivo, por isso se tornava um problema para o mercado. Houve uma destruição das fronteiras sociais e espaciais, descentralização da produção, dispersão global (BONANNO, 1999). O mesmo autor (2007) faz ainda um breve comentário sobre a globalização, que nada mais é que “uma proposta política de modernização liderada pelo EUA”.

Na contemporaneidade brasileira e devido à avalanche da globalização a partir dos anos 1990, foi transformado em “Estado mínimo” e suas atribuições nos serviços básicos foram quase todas entregues ao mercado, ou seja, foram suprimidas muitas de suas funções.

Na obra de Kliksberg (1998) está colocada a necessidade e a importância da intervenção pública como ferramenta para o desenvolvimento. A intervenção do Estado é legítima, principalmente para haver equidade social e distribuição da renda produzida. Se os serviços essenciais ao povo foram deixados por conta do mercado, ele os tratará como mais uma mercadoria de valor comercial, quando tais serviços estão na Constituição Federal do Brasil como direito do povo e dever do Estado.

O Estado, como a instituição maior da sociedade, deve intervir em prol do bem-estar da sociedade. Afinal de contas, o governo democrático deve estar a serviço do povo.

Um Estado inteligente na área social não é um Estado mínimo, nem ausente, nem de ações pontuais de base assistencial, mas um Estado com uma “política de Estado”, não de partidos, e sim de educação, saúde, nutrição, cultura, orientado para superar as graves iniquidades, capaz de impulsionar a harmonia entre o econômico e o social, promotor da sociedade civil, com um papel sinergizante permanente (KLIKSBERG, 1998, p. 48).

Para o governante do Estado Nação, principalmente em um regime democrático, fica subentendido que existe uma política pública, sobretudo social, que precisa ser garantida para a população. Falar de Estado mínimo supõe que não existe interesse político social pelo bem-estar da sociedade, mas apenas interesses econômicos, já que os serviços públicos são mais uma mercadoria.

As políticas públicas são pensadas e executadas por um ínfimo grupo da área econômica, e é esse que dita as decisões. Assim, dificilmente nessas decisões existe a participação dos reais interessados e beneficiários. Outro agravante é a setorialização, a fragmentação dos serviços. A respeito disso, Kliksberg (1998, p. 59-60) aponta a “necessidade da interinstitucionalização entre as diversas áreas sociais, numa perspectiva de cooperação ativa”.

Ainda segundo Kliksberg (1998), uma das principais “oportunidades” de transformação positiva do Estado social nos países em desenvolvimento está na descentralização dos serviços sociais para as regiões e municípios, porém com um aspecto crítico, que é o financiamento. Nos últimos anos, tornou-se comum o governo federal deslocar para os municípios algumas de suas responsabilidades nas políticas públicas, principalmente a educação fundamental e a saúde, (por meio do programa saúde da família), que na prática, quando funciona, é com bastante limitação.

Acreditamos que o Estado deve ser o convocador para a formação das meta-redes, que integrem, juntamente com os órgãos públicos da área social, as regiões e os municípios, as ONGs, as fundações empresariais privadas, os movimentos sindicais, as organizações sociais e religiosas, as Universidades, as organizações de vizinhos, os outros atores da sociedade civil e as comunidades pobres organizadas. Essas meta-redes, estariam apoiadas mutuamente, aproveitando e maximizando o melhor que cada um dos atores tem para contribuir e, ao mesmo tempo, superar as fraquezas que apresentam (KLIKSBERG, 1998).

As políticas públicas são geradas e decididas no contexto nacional, a partir de uma correlação de forças entre diferentes segmentos sociais (ou classes), com determinação de forças políticas aliadas à classe dominante (BONETI, 2007). Essa situação de disputa já é clara entre a pesca industrial e a pesca artesanal, e agora mais recentemente entre a pesca artesanal e a aquicultura, em algumas áreas do interior de Pernambuco da seguinte forma: quando se concebe um volume considerável de recursos financeiros ou em forma de projetos para o apoio à difusão da piscicultura, transformando o pescador em criador de peixe, enquanto o pescador artesanal, em sua atividade extrativista, já reconhece a decadência dos recursos naturais e a deficiência na promoção de uma política que venha ajudá-lo a continuar

na atividade da pesca como sempre a fez, sem precisar migrar para outras regiões ou atividades.

Ainda o mesmo autor coloca que as implicações da concepção etnocêntrica sobre a elaboração e a operacionalização das políticas públicas são muitas, em especial a adoção do princípio da homogeneidade.

A ação intervencionista das instituições públicas decorrente das políticas públicas parte do pressuposto de que há uma homogeneidade entre as pessoas, e/ou o objetivo desta ação é o da homogeneização, não tratando os grupos sociais considerados “diferentes” como tais, mas na perspectiva de igualá-los (BONETI, 2007, p. 23).

Essa ação homogeneizadora, concebida de forma errônea pelas políticas públicas, pode muitas vezes, não ajudar no desenvolvimento das comunidades beneficiadas, mas desestruturá-las cada vez mais. Pois essas comunidades, na sede pela oportunidade, muitas vezes se envolvem sem analisar melhor as consequências futuras de certos projetos que lhes são oferecidos.

Assim como na indústria a força que impulsiona o desenvolvimento não nasce de mesmo corpo (comunidade, por exemplo), mas de uma força externa, é o mesmo que dizer que existe um centro no qual as ideias ditas científicas se encontram e dele nascem e impõem um padrão homogêneo ao qual devem adaptar-se as singularidades. Isso significa acreditar que comunidades ou pessoas que utilizam modelos singulares de produção da vida material e/ou social jamais podem desenvolver-se socialmente a partir das suas próprias experiências, mas dependem do impulso da força de ideias e de tecnologias de comunidades externas. Essa é a razão pela qual as políticas públicas se caracterizam como sendo antidiferencialistas e homogênea (BONETI, 2007).

O mesmo autor conceitua como políticas públicas as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, seja para fazer investimentos, seja para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.

4. Políticas públicas no Brasil para pescadores e aquicultores

No âmbito das políticas públicas para o setor pesqueiro, foi lançado o Plano de Desenvolvimento Sustentável (2008-2011): “Mais pesca e aquicultura”, que tem como objetivos recuperar estoques pesqueiros na costa brasileira e nas águas interiores, desenvolver a pesca oceânica e o grande potencial da aquicultura brasileira em águas da União e em estabelecimentos rurais. Para isso, prevê investimentos importantes, focados na superação dos entraves para o desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro (BRASIL, 2008b).

Estruturar a cadeia produtiva pesqueira é o grande desafio para garantir o aumento e a regularidade de oferta, a qualidade e a renda aos pescadores, e com um preço acessível aos consumidores.

Dentre as políticas públicas federais específicas para os pescadores, aparecem sob as formas de Benefício: Seguro Defeso, Pescando letras, Incentivo ao consumo do pescado (Feira do Peixe, Semana do Peixe, Pescado na Alimentação Escolar), Registro geral da pesca, Linhas de créditos, seja na modalidade de fomento, seja na de investimento (PRONAF), Serviço de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira, dentre outras.

Com relação aos benefícios fiscais, desde 1967 o governo vem ajudando os pescadores da seguinte forma: deduções no imposto de renda a pessoas jurídicas que fizessem investimentos na atividade pesqueira (1967 a 1989) e posteriormente a isenção do imposto de importação e quaisquer outras taxas federais de certos equipamentos utilizados na atividade pesqueira (ligados às atividades relacionadas com a captura, comercialização, transporte e industrialização do pescado). A partir de 1988, houve a concessão de benefício fiscal mediante a isenção fiscal na aquisição do óleo diesel, que é um insumo de grande importância na atividade de captura (em torno de 40% dos custos) (SOUSA e ABDALLAH, 200-?).

E a pesca artesanal, em que foi beneficiada? Segundo Pereira e Apel, historicamente, dentro das políticas públicas direcionadas a pescadores e aquicultores, sempre foi vista como fornecedora de mão de obra barata e rotativa para a pesca empresarial. Porém, é essa categoria de pescadores que contém os principais protagonistas da garantia da segurança alimentar da nação.

Apesar do descaso com que os pescadores artesanais têm sido tratados pelas políticas governamentais – seja no incentivo a produção, seja na melhoria de suas condições de vida, trabalho e habitação – a pesca artesanal ainda se impõe como um importante segmento social na produção e no abastecimento do mercado interno e

como atividade fundamental de grande parcela de brasileiros (PEREIRA e APEL, 1996, p. 51).

Isso reflete o grau de importância dos pescadores artesanais quanto à ocupação, geração de renda e produção de alimentos para as classes menos favorecida da população brasileira, que, mesmo com muitas dificuldades, sobrevivem.

Ainda os mesmo autores, afirmam que, em 1988, os dados do IBGE apontavam o Nordeste como destaque, com 85,2% de pescadores artesanais e sua produção destinada ao abastecimento do mercado interno, enquanto a pesca empresarial/industrial era destinada à exportação. Tal realidade parece ainda existir no setor pesqueiro do nordeste.

Segundo o jornalista Máximo (2008), da Agência Brasil, publicado em 24 de junho de 2008, no Plano Safra de 2008-2009 está prevista para a pesca industrial 1 bilhão de reais, enquanto para a pesca artesanal, apenas 500 milhões de reais. Essas informações só vêm reforçar o quanto a pesca artesanal ainda não é prioridade para o governo federal.

Nesse capítulo, fizemos um apanhado teórico sobre a concepção de desenvolvimento local sustentável e está atrelado também ao comprometimento do governo em suas políticas públicas direcionadas aos cidadãos, nesse caso, aos pescadores e pescadoras de águas interiores.

CAPITULO III

SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA (SEAP/PR)

1. Políticas públicas desenvolvidas pela SEAP.

A SEAP consiste numa secretaria com *status* de ministério. Foi criada em 2003, como resposta à pressão social e reivindicatória dos pescadores e pescadoras para a reestruturação de políticas públicas, a partir de um órgão público criado especificamente para atender os pescadores e pescadoras como sujeitos do processo de construção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Dentre suas atribuições, estão os seguintes serviços: deliberar, divulgar e aprovar projetos, por meio de edital público, para que terceiros possam executar. Acreditamos que essa limitação de não ser a própria executora existe por ainda não possuir um quadro técnico suficiente para desenvolver todas as suas atribuições.

Dentre as políticas públicas deliberadas pela SEAP e em parceria com outros órgãos federais e estaduais, apresentaremos em seguida as políticas mapeadas que chegam com mais frequência aos pescadores e pescadoras: o Seguro - defeso; o Pescando letras; o Incentivo ao consumo do pescado que se desdobra em feira do peixe, semana do peixe, pescado na alimentação escolar; o Registro geral da pesca; as Linhas de créditos e a Assistência técnica e extensão pesqueira, no caso ainda em estudo.

1.1. Seguro – defeso

O seguro defeso é uma modalidade de auxílio financeiro⁶ que o pescador recebe durante o período em que fica impossibilitado de exercer suas atividades pesqueiras, período também conhecido como “defeso”. Foi uma resposta governamental, uma estratégia pensada devido à redução dos estoques pesqueiros e ao conseqüente decréscimo da produção, assim como contribui, durante o período da reprodução dos peixes, para aumentar os estoques pesqueiros.

⁶ O valor financeiro recebido pelo pescador é um salário mínimo durante os quatro meses (novembro a fevereiro) em que fica impossibilitado de pescar.

Apesar de a legislação ter sido aprovada em 1991 (Lei n.º 8 287 de 20/12/1991), os pescadores somente começaram a beneficiar-se desse programa a partir de 1998, com a Resolução n.º 195, de 23/09 (BRASIL, 200-?a).

Em Pernambuco duas regiões são beneficiadas com essa política pública: o litoral, para os pescadores de lagosta, no interior do estado no período da piracema, que vai de novembro a fevereiro. Para ser liberado o recurso, o presidente da colônia precisa preencher um formulário reconhecendo o pescador ou pescadora e enviá-lo para o Ministério do Trabalho. Esse fica responsável por liberar o recurso financeiro durante os quatro meses do benefício.

Mesmo na pescaria em águas interiores, nem todos os sujeitos são beneficiados por essa política, como é o caso do aquicultores de Catende e os pescadores de Cumaru. Os demais, Ibimirm, Petrolândia e Jatobá, localizados no sertão, declaram que recebem, mesmo que o recurso sempre chegue com certo atraso. Tal situação reforça ainda mais o envolvimento desses pescadores agricultores em outras atividades econômicas para suprir a renda familiar. Vale ressaltar, porém, que mesmo nesse período do defeso (novembro a fevereiro), quando os pescadores estão proibidos de pescar para comercializar, é permitida a pescaria quando for para o consumo familiar, limitando-se até 5kg.

1.2. Pescando letras: hipóteses e análises

A dificuldade de acesso à alfabetização e à qualificação profissional é um dos grandes impedimentos para o desenvolvimento do setor. A educação básica deve ser vista como um requisito mínimo e um direito de todos os trabalhadores. A formação profissional de nível médio também é uma demanda urgente para o desenvolvimento das atividades da pesca e da aquicultura. Nessa perspectiva está o pescando letras, projeto de alfabetização dos pescadores, bem como a ampliação dos cursos de aquicultura e pesca nas escolas técnicas.

A educação de jovens e adultos ganhou importância estratégica no atual governo, uma vez que a educação é um direito de todos em qualquer momento da vida. Nesse sentido, visando promover a inclusão social dos pescadores e pescadoras profissionais e dos aquicultores e aquicultoras familiares, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República inscreveu em seu Projeto Político o Programa Pescando Letras, um compromisso que se integra ao esforço nacional de ampliação do direito de acesso à

alfabetização promovida pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Programa Brasil Alfabetizado.

Na pesquisa documental, observamos que a proposta pedagógica do Programa Pescando Letras considera a experiência sociocultural desses sujeitos, procurando problematizar as suas condições de vida e refletir sobre os saberes acumulados por eles ao longo de sua existência. A realidade socioeconômica e o desejo que impulsionam o ingresso ou o reingresso em uma sala de aula são elementos agregadores nessa proposta que não se limita apenas à alfabetização.

Percebemos que essa proposta nos faz lembrar Paulo Freire (1977), ao afirmar que educação é problematizar, contextualizar a realidade do educando como ferramenta importante para que o mesmo sinta mais facilidade em compreender e apreender o conhecimento. Para esse processo, é indispensável o ato comunicativo, o acordo entre os sujeitos, pois a expressão verbal de um dos sujeitos deve ser percebida dentro de um quadro significativo comum a outro sujeito. A comunicação eficaz só se realiza quando há uma compreensão mútua entre os camponeses e os técnicos.

Mas, para que o Programa, tivesse êxito, foi preciso a cooperação mútua com o MEC, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado. A SEAP/PR busca articular parcerias de base nacional, estadual e municipal, bem como com organismos internacionais que contribuam para a obtenção de meios financeiros, técnicos, tecnológicos, materiais e operacionais, tais como: pessoal, instalações e equipamentos necessários para o alcance dos objetivos do Programa Pescando Letras (BRASIL, 200-?d).

A realização desse programa necessita de parceiros, tais como: as Prefeituras, as Secretarias Estaduais de Educação, as entidades de ensino superior (sem fins lucrativos) e as organizações não governamentais (igualmente sem fins lucrativos), que comprovem possuir experiência em projetos de educação de jovens e adultos, em que as turmas poderão ter no mínimo 5 alfabetizando/as e no máximo 25 educando/as (BRASIL, 200-?b).

O modo de vida desses trabalhadores e o tempo que passam em terra firme são elementos que têm peso na concepção de uma aprendizagem da leitura e da escrita que realmente lhes seja significativa. Além disso, sua relação com o meio ambiente, no que diz respeito a diversidade, utilização e preservação, também precisa ser levada em conta nesse momento. Vale acrescentar que, em particular, os aquicultores familiares seguem em suas vidas um ritmo muito próximo ao dos pequenos agricultores familiares.

Por isso, Jesus (2005, p. 5) afirma: “não é mais possível pensar em políticas públicas de educação do campo sem pensar no campo, sem pensar nas lutas sociais que ocorrem e

mudam as relações, sem pensar nos sujeitos que vivem ou trabalham no campo”. Portanto, é inadmissível pensar a educação do campo separada de todo um contexto histórico e contemporâneo da população que ali vive.

Existem três modalidades de aulas na política pública Pescando Letras (anexo A), em que o fator que vai decidir quais delas podem ser aplicadas será a realidade de cada comunidade de pescadores e pescadoras. A forma como foram elaboradas está baseada na Resolução CD/FNDE nº 23, de 8 de junho de 2005. Porém, as especificidades de cada local podem indicar outras soluções, desde que se atenham à carga horária estabelecida de 320 horas aula (BRASIL, 200-?d).

Desde 2005, o Programa Pescando Letras acontece de acordo com a realidade local, que indicará a temporalidade das aulas, elas podem variar: aulas diárias, aulas duas vezes por semana, aulas uma vez por semana, ou ainda seguindo-se o calendário lunar. Esse processo de formação dos pescadores e aquicultores precisa ter uma certa flexibilidade, por conta da realidade local (socioeconômica) desses sujeitos em formação.

Essa dinâmica ficou muito clara no depoimento dos pescadores e pescadoras no trabalho de campo. Geralmente, as aulas são à noite e ainda é reduzido o número de pescadores e pescadoras que nelas se envolvem, mesmo havendo uma proposta que contempla o diálogo, a contextualização e a emancipação.

1.3. Incentivo ao consumo do pescado

✓ Feira do Peixe: para tanto, é fornecida equipamentos de infraestrutura para a comercialização em feiras livres e mercados públicos, por parte de pescadores artesanais e aquicultores familiares. Haverá, assim, um fortalecimento das entidades que serão beneficiadas com os módulos de comercialização, tanto na sua organização como na sua capacitação.

Os pescadores são beneficiados com barracas, freezer e outros equipamentos que favorecem a comercialização direta com o consumidor, livrando-se do atravessador (BRASIL, 2005a). São duas modalidades de *Kits*: Modelo I - *Kit* Peixe Vivo, Modelo II – *Kit* Peixe Fresco. Segundo informações dos próprios pescadores e pescadoras, apenas alguns poucos de

Ibimirim e Petrolândia confirmaram a existência desses *kits* e seu favorecimento com a aquisição dos mesmos.

✓ **Semana do Peixe:** Realizada anualmente como forma de estimular o consumo e orientar os consumidores sobre como adquirir um pescado de qualidade. Cada Escritório estadual escolhe uma comunidade e promove palestras e ações de sensibilização para elevar o consumo de peixe.

Segundo a instituição Vivamar Brasil (200-?), o governo federal, por meio da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), promove anualmente a Semana do Peixe. A campanha é realizada em parceria com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS). A intenção é incentivar o consumo regular de pescado, orientando o consumidor sobre espécies, qualidade e compra de peixes, bem como criar condições para o desenvolvimento da cadeia produtiva.

✓ **Pescado na alimentação escolar:** Supõe a capacitação das merendeiras e de conselheiros da alimentação escolar para a manipulação de pescados, bem como de pescadores artesanais e aquicultores familiares. Além de qualificar a refeição oferecida aos estudantes a partir de um alimento que faz parte de seus hábitos alimentares, a capacitação tem ainda a vantagem de dinamizar a economia nas comunidades pesqueiras e aquícolas. Para incentivar a inclusão do peixe nas refeições escolares, os integrantes dos conselhos municipais de alimentação escolar, merendeiras, pescadores e piscicultores receberam orientações sobre as normas estabelecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre a aquisição de alimentos, boas práticas de manejo (incluindo cuidados sanitários no manuseio e conservação do pescado) e economia solidária.

A proposta de inclusão do peixe na dieta dos alunos foi apresentada pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Pernambuco (CECANE/UFPE), no 4º Encontro Nacional de Alimentação Escolar realizado na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, em 2008. Segundo o depoimento da coordenadora do CECANE/UFPE, Sônia Lucena, cedida à Agência Brasil (2008) “o projeto vai enriquecer a alimentação dos estudantes e contribuir para a melhoria das condições do trabalho do pescador artesanal”. Verificamos que essa proposta já é uma realidade nos municípios de Cumaru e Ibimirim.

As próximas três modalidades de políticas públicas que iremos descrever são encontradas com mais evidência, entre os pescadores agricultores do interior de Pernambuco.

1.4. Registro geral da pesca

O recadastramento é uma política pela qual o governo federal quer garantir a identificação do pescador. Esse recebe uma carteira do pescador, que tem valor de identidade. Assim, permiti-lhe ter acesso a outras políticas públicas específicas da categoria (DARDAQUE, 2006).

O Registro Geral da Pesca (RGP) é o instrumento que permite às pessoas físicas e jurídicas o exercício das atividades relacionadas com a pesca e a aquicultura. Inclui-se nele o registro e a permissão de trânsito das embarcações pesqueiras, pescadores profissionais, pescadores amadores/ esportivos, aquicultores, aprendizes de pesca, armadores de pesca, indústrias aquícolas e pesqueiras, bem como empresas de comércio de animais aquáticos vivos.

O Registro precisa ser feito anualmente, como uma tentativa de haver um maior controle dos números de pescadores e pescadoras que serão beneficiados com possíveis políticas públicas e, na contramão, evitar as fraudes dos falsos pescadores – oportunistas em busca de se beneficiar das políticas públicas. Na realidade, porém, encontramos muitos contratempos, sobretudo a burocracia, na confecção dessas carteiras, que chegam a atrasar bastante.

As informações que esse registro concentra são de acesso exclusivo da SEAP, dentro de um sistema nacional, que os funcionários dos escritórios estaduais vão alimentado com as informações necessárias. Mas, qualquer cidadão pode ter acesso a essas informações, desde que a consulta seja feita num dos escritórios. Foi assim que chegamos à informação do total de pescadores e pescadoras que existe no Estado de Pernambuco, que é de 12.429 pescadores e pescadoras com registro (BRASIL, 2009). Vale ressaltar que esse número é dinâmico, para mais ou para menos. Segundo o técnico da SEAP, escritório de Pernambuco, a justificativa está no fato de que a profissão de pescador ainda é muito instável, às vezes o sujeito não tem emprego e vai pescar, mas logo que consegue um serviço larga a atividade. Outro agravante é que ainda existem muitos pescadores que nunca foram registrados, talvez por falta de informação ou organização (por meio da colônia).

1.5. Linhas de crédito

Existe uma articulação e potencialização das linhas de crédito disponíveis no setor, o que envolve as diversas organizações de poder locais, regionais e estaduais e instituições creditícias, deflagrando amplas e democráticas ações de crédito para o desenvolvimento da atividade aquícola e pesqueira.

✓ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

Durante o primeiro mandato do governo de FHC⁷ é que foi implantado o PRONAF como política agrícola nacional, o qual seria uma resposta às fortes pressões sociais das organizações representativas da agricultura familiar.

O acesso ao crédito passa por certa burocracia. Dentre os documentos a serem apresentados pelos pescadores, está a DAP⁸, que pode ser fornecida pelos órgãos competentes federais ou estaduais, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, em seus escritórios regionais e locais, e Federação de Pescadores, por meio de suas colônias filiadas. Os demais documentos são: Carteira de Identidade; CPF ou CIC; RGP (Registro Geral de Pesca) e Contrato de garantia de compra do pescado por uma cooperativa, colônia de pescadores ou empresa de beneficiamento, exceto para o Grupo B do Pronaf (BRASIL, 200-?c).

A grande inovação, com relação ao crédito para a pesca e aquicultura, é a criação do Pronaf Pesca para os pescadores artesanais e os pequenos aquicultores. Tem como objetivo geral “propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria de vida e a ampliação do exercício de cidadania por parte dos pescadores artesanais e aquicultores familiares“ (BRASIL, 200-?c).

Esse programa financia redes e apetrechos, embarcações, motores, infraestrutura de armazenamento (freezer, câmaras frias); infraestrutura de transporte (caminhão, reboque), infraestrutura de comercialização (balanças, caixas térmicas, bancas para as feiras livres).

Dentre os pescadores é muito comum a linha de crédito do Pronaf Grupo “B” - Microcrédito Rural. É a linha de microcrédito criada para a promoção e inclusão das famílias de baixa renda do campo por meio do estímulo às atividades produtivas. O microcrédito tem como público as famílias com renda bruta anual familiar de até R\$ 5 mil, incluindo famílias agricultoras, extrativistas, pescadoras, silvicultoras, quilombolas e indígenas.

⁷ FHC – Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil durante oito anos (1995-2002).

⁸ DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

O microcrédito rural Grupo “B” tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de qualquer atividade, agrícola e não agrícola, geradora de renda no meio rural. É uma política não assistencialista de combate à pobreza, que valoriza, potencializa e estimula a pequena produção e o pequeno negócio no meio rural.

O PRONAF-Aquicultura e Pesca, tem como público-alvo pescadores profissionais artesanais e pequenos aquicultores. Suas finalidades consistem em: investimento e custeio para a aquisição de redes e apetrechos, desde que de acordo com a legislação vigente; embarcações; motores; infraestrutura de armazenamento (freezer, câmaras frias); infraestruturas de transporte (caminhão, reboque); infraestruturas de comercialização (balanças, caixas térmicas, bancas para as feiras livres), aquisição de insumos, alevinos, rações.

1.6. Assistência técnica e extensão pesqueira

As primeiras intervenções do Estado brasileiro nas comunidades de pescadores, ou seja, no setor pesqueiro, foram realizadas por meio da Marinha. Com isso, os pescadores eram vistos como objetos e não como sujeitos do processo de desenvolvimento, como deveria ser. Os efeitos dessas políticas públicas, sustentadas por um modelo verticalizado que usava a comunicação para persuadir os pescadores a aderirem aos seus ensinamentos, só beneficiou uma minoria da população, deixando a maioria à margem dessas políticas (CALLOU, 1994).

O histórico da extensão pesqueira no Brasil, teve início em Santa Catarina, no final da década de 1960, dentro dos moldes do serviço de extensão oficial (Revolução Verde), sempre voltado para a modernização do setor. Sobre esse histórico, Callou e Santos afirmam:

Nos primeiros instantes da extensão pesqueira oficial no Brasil, os projetos eram praticamente executados por extensionistas oriundos de profissões alheias à pesca. Conseqüentemente, estranhos aos problemas que perpassavam na vida das populações pesqueiras do litoral brasileiro. Com o aparecimento dos primeiros engenheiros de pesca no mercado de trabalho, em 1974, como aqueles, pouco conheciam dos aspectos culturais das populações pesqueiras. A visão que vigorava, entre eles, era a de contexto social e tecnológico atrasado. Este deveria ser modificado, isto é, modernizado, apesar da “ignorância” do pescador e da sua visão “fatalista” da realidade (CALLOU E SANTOS, 2003 p. 225).

Esse tipo de serviço de extensão pesqueira, alheio às reais condições socioculturais e históricas das comunidades, durante um certo período foi comandado pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE – 1964 a 1989), cuja visão consistia em implantar estritamente uma alta tecnologia como resposta para a elevação da produção pesqueira. Contudo, em 1989 esse órgão foi extinto e, com ele, o serviço de extensão pesqueira.

É com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) em 2003, que se renovam as esperanças do setor que, desde 1989, estava sem uma política pública tão direcionada e passou a contar com políticas públicas específicas de fomento e desenvolvimento, numa perspectiva sempre pautada pela sustentabilidade e pela inclusão social. Nesse contexto, a extensão pesqueira e aquícola é uma estratégia para que os investimentos públicos sejam viabilizados, não apenas na implantação de projetos qualificados, mas, sobretudo para que tenham perenidade e efetividade os fins pretendidos. Para isso foi elaborado o Plano de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola Nacional (ATEPA), que se propõe regular e estruturar as bases dos processos produtivos, promovendo a participação efetiva do setor e considerando as diversidades culturais, a fim de fortalecer o desenvolvimento sustentável e o empoderamento das comunidades de pescadores artesanais e aquicultores familiares, o que é um desafio no momento atual (BRASIL, 2007).

A Extensão aquícola e pesqueira é oferecida juntamente em parceria da SEAP com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, por meio do termo de uma cooperação técnica (portaria nº 182, de 23 de junho de 2003), no intuito de promover uma ampla e sistemática assistência técnica *in loco* aos produtores e potenciais produtores aquícolas. Essa Secretaria descentralizou recursos para o MDA que seleciona, mediante edital e chamada, entidades públicas e sem fins lucrativos, a fim de executarem por meio de parceria essa ação que visa beneficiar pescadores cadastrados e aquicultores familiares em todo o Brasil por intermédio de capacitação.

Dentre os princípios e diretrizes que orientam a política nacional da ATER, a partir de 2004, recomenda-se a ruptura com o modelo extensionista baseado na teoria da difusão de inovações e nos tradicionais pacotes da Revolução Verde, substituindo-os por novos enfoques metodológicos e outros paradigmas tecnológicos, prezando respeitar as diferentes culturas, agroecossistemas e condições socioeconômicas. Mediante uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo na promoção do desenvolvimento local sustentável.

Em Pernambuco, a ONG Serviços de Tecnologia Alternativa (SERTA), em Ibimirim, sertão do Estado, e o Centro de Pesquisa e Estudos Josué de Castro, na zona da mata, ofertaram o serviço de extensão pesqueira em ambas as regiões. Atualmente, esse serviço é ofertado pelo órgão estadual responsável pelo serviço de extensão rural, o Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA).

As políticas públicas direcionadas para a pesca, pensadas como serviços, dever do governo para com seu povo, precisam constantemente estar próximas dos sujeitos, para que sejam construída *com* eles/elas e não *para*. Somente assim, poderão diminuir os fracassos e o desperdício de verbas públicas.

É importante o envolvimento e o convívio com o mundo dos pescadores, pescadoras artesanais e aquicultores familiares, pois a realidade local faz o homem agir, adaptar-se e tomar decisões. Considerando que “(...) teoria e prática são algo indicotomizável, a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou prática) não é verdadeira (FREIRE, 1977, p.40).” Na visão tecnicista, quanto mais passivo o pescador, mais conhecimento receberá. Assim, os hábitos e os costumes próprios dele são totalmente ignorados, já que o único objetivo é a mudança de seu padrão de vida, passando a agir de modo “ideal” e “moderno”.

As práticas culturais precisam ser decifradas no processo educativo, em que os sujeitos (pescadores e pescadoras) possam questionar: O que queremos manter da sociedade atual e o que queremos transformar? O técnico, seja ele o extensionista, pesquisador, seja o projetista burocrático, precisa compreender que não existe neutralidade. Já dizia Freire: “ou fazemos uma pedagogia do oprimido ou fazemos uma pedagogia contra ele”. Portanto, o que o autor na verdade quer dizer é que o papel do técnico não é apenas aplicar o serviço, mas ele precisa compreender a realidade e procurar formas, alternativas de mudança social da comunidade, mas, para que isso aconteça, precisa também problematizar a realidade com os pescadores e pescadoras, em que esses possam também conscientizar-se de que são partes integrantes desse processo de mudança social.

Ainda na compreensão da extensão pesqueira como um processo de educação para a mudança social, é importante incluir na discussão temas transversais, como a preservação ambiental, a cidadania (sujeitos críticos e participativos), bem como e formas de geração de renda e melhoria das qualidades de vida dessas comunidades. Assim, acrescenta Delgado:

(...), o meio ambiente não vai ser conservado se as comunidades continuarem em condições miseráveis e sem direito às políticas e aos serviços fornecidos pelo Estado. A geração de renda não será sustentável sem preservação ambiental e sem exercício da cidadania por parte das comunidades. E a condição de cidadão não será

plenamente conquistada e usufruída sem consciência ecológica e sem melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras (DELGADO, 2003, p.160).

Essas ideias só vêm reforçar que o desenvolvimento da pesca artesanal e a melhoria de vida desses sujeitos não dependem exclusivamente de investimentos econômicos, mas especialmente de formação, de formá-los sujeitos críticos, no exercício da cidadania, na educação ambiental e na organização quanto classe social. São elementos imprescindíveis para o trabalho do extensionista, complementando assim o objetivo geral da ATEPA:

Promover e apoiar iniciativas de desenvolvimento local sustentável e solidário visando à inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras e aquícolas, adotando os princípios da agroecologia, como eixo orientador das ações (BRASIL, 2007, p. 5).

A extensão rural e pesqueira precisa ser empreendida juntamente com os princípios da educação libertadora, proposta por Paulo Freire. O extensionista comprometido com a mudança precisa ter a capacidade de atuar e refletir sobre a realidade.

É exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis. O verdadeiro compromisso é a solidariedade (FREIRE, 1979, p. 17, 19).

O serviço de extensão precisa ser concebido como uma práxis, um processo dialético e constante de libertação do homem. Não se resume apenas em substituir o conhecimento empírico dos pescadores por suas técnicas. Tal serviço talvez seja o mais importante no meio rural, quando se compreende que a extensão vai muito além do “transferir conhecimento, tecnologia”. O extensionista tem um papel de articulador e mobilizador para as demais políticas públicas que venham subsidiar o desenvolvimento local.

Porém, é preciso considerar que para termos a formação desse extensionista comprometido, é preciso o reconhecimento dos sujeitos do campo e de sua complexa realidade sociocultural. Os centros acadêmicos, responsáveis pela formação de técnicos e técnicas, ainda continuam a formá-los na concepção tecnicista e alheios à diversidade da agricultura familiar que existe no meio rural. Numa reflexão afirma Saretta.

O meio rural brasileiro enfrenta diversos problemas, seja no âmbito das desigualdades sociais, na falta de democratização de acesso a terra, problemas

ambientais decorrentes do modelo de produção adotado, entre tantos outros. Nesse sentido, torna-se obrigação das instituições de ensino superior ligadas à produção agrícola e agropecuária entender as raízes desses problemas e vislumbrar perspectivas que amenizem as causas dos mesmos (SARETTA, 2004, p. 2).

Acreditamos que é importante a reflexão sobre essa diversidade de problemas que existe no campo, e sobretudo que seja contemplada nas diversas disciplinas das ciências agrárias, como estratégia ou tentativa de compreender a realidade. Essa necessidade de reformulação dos currículos das ciências agrárias, para que sejam reconhecidos os sujeitos do campo e a complexidade das ressignificações pode ser conferida nas obras de Callou (2003), Silveira Filho (2006), Ayukawa (2007).

Durante esse capítulo, apresentamos algumas políticas públicas da SEAP, essas ainda de forma teórica e como proposta a ser implantada nas comunidades de pescadores e pescadoras, porém é importante lembrar que nem todas conseguiram atingir de fato os pescadores em sua diversidade local. E ainda, consideramos o serviço de extensão como um dos primordiais, o extensionista como o articulador e co-responsável no sucesso e na acessibilidade das outras políticas pelos pescadores e beneficiários.

CAPITULO IV

OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DAS ÁGUAS INTERIORES DE PERNAMBUCO

1. As ações governamentais e não governamentais

A partir deste capítulo, pretendemos tratar das informações da pesquisa de campo. Discorreremos, pois, sobre a coleta de dados e documentos das instituições governamentais e não governamentais que já tiveram ou têm projetos com pescadores artesanais e aquicultores familiares no interior de Pernambuco.

As informações apresentadas foram disponibilizadas pelos funcionários dos órgãos correspondentes citados abaixo. A cada instituição foi perguntado. “No período entre 2003 e 2007, quais os projetos que foram desenvolvidos com pescadores e pescadoras e em quais comunidades?”

Encontramos 26 projetos já executados e outros em execução no período da análise (2003 a 2007) e estão descritos da seguinte forma: Políticas Públicas Federais – Banco do Nordeste, CODEVASF, CONAB, Projeto Dom Helder, SEAP. Políticas Públicas do Estado de Pernambuco – Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, IPA e PRORURAL. Por fim, as Políticas Públicas desenvolvidas pelas organizações não governamentais – SERTA, Centro de Estudo e Pesquisa Josué de Castro.

Tais políticas públicas foram organizadas e sistematizadas levando em consideração alguns aspectos: projetos, instituição, local, objetivos, público contemplado e local, metodologia utilizada, formas de associativismo e resultados (Apêndice B).

2. Políticas públicas federais em atuação em Pernambuco

Apresentaremos cinco instituições governamentais que foram mapeadas e realizaram ações para o desenvolvimento da pesca, dentre as quais está o Banco do Nordeste, que promove o financiamento de projetos; a CODEVASF, que estimula a piscicultura, sobretudo nas margens do rio São Francisco; a CONAB, em parceria com a SEAP, promove duas ações,

uma é a compra direta do pescado para a alimentação de creches, hospitais e escolas, outra é a promoção da venda direta ao consumidor por meio dos *Kits* para a comercialização do pescado na região ou feira local. O Projeto Dom Helder é a quarta instituição que, em parcerias com ONGs ou cooperativas de serviços técnicos, financia projetos de piscicultura no agreste e sertão. Por fim, a SEAP, a principal e articuladora, com outras instâncias federais, estaduais e sociedade civil organizada, do desenvolvimento da pesca.

2.1. Banco do Nordeste do Brasil - BNB

O BNB é o agente financeiro que atende a agricultores familiares que desenvolvem atividades agropecuárias e não agropecuárias, utilizando basicamente, mão de obra familiar. O programa é composto dos seguintes grupos: “A” e “A/C” na condição de assentado da reforma agrária, e “B” e PRONAF- Comum, de acordo com a renda bruta anual obtida pelo produtor, a qual pode variar de até R\$ 5.000,00 para o Grupo B, e de acima de R\$ 5.000,00 até R\$ 110.000,00 para o PRONAF Comum (BNB, 2008).

Dentro das modalidades PRONAF, os pescadores artesanais podem ser atendidos pelos seguintes grupos: PRONAF B (AGROAMIGO- Micro-crédito); PRONAF COMUM e PRONAF AGROINDÚSTRIA.

Segundo informações oficiais de um funcionário da agência do BNB no Recife, entre 01/01/2002 e 31/12/2007 foram firmados 2.669 financiamentos – contratos no montante de R\$ 5.063.861,42, para os grupos organizados (associações e colônias) de pescadores artesanais em Pernambuco.

Na busca de maiores detalhamentos de quais comunidades, associações ou colônias de pescadores vieram a ser beneficiadas com os diversos Pronafs, tomamos conhecimentos de que, segundo informações do Banco do Nordeste, esse detalhamento não poderia ser declarado, é norma do Banco não expor informações de seus clientes para terceiros. Assim, as informações referentes a essa política se resumirá neste trabalho, aos números gerais de beneficiários atendidos em Pernambuco durante o período de 2002/2003 a 2007.

2.2. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

Outra parceira dos pescadores é a CODEVASF. Empresa Pública, atualmente vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede e foro no Distrito Federal, tem como objetivo promover o desenvolvimento da região utilizando os recursos hídricos e dando ênfase à irrigação como força propulsora (CODEVASF, 2006).

A CODEVASF desempenha, desde sua fundação em 1974, um importante papel no planejamento e no desenvolvimento dos recursos naturais/hidrológicos na bacia hidrográfica do rio São Francisco e, a partir de 2000, na bacia do rio Parnaíba.

Todas as iniciativas da Empresa visam à geração de emprego e renda, à redução dos fluxos migratórios e dos efeitos econômicos e sociais decorrentes de secas e inundações e, ainda, à preservação dos recursos naturais dessas bacias hidrográficas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes das respectivas regiões.

Dentre os diversos programas do governo federal em que a CODEVASF tem contribuído está o Programa 1343 - Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura, que procura desenvolver a aquicultura sustentável, incentivando a piscicultura em tanque rede nas comunidades ribeirinhas, considerando sua diversidade e promovendo o fortalecimento de sua cadeia produtiva, de forma a gerar o aumento da produção, proporcionar a inclusão social e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego (CODESVAF, 2006).

2.3. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Este órgão desempenha uma papel muito importante no desenvolvimento e no escoamento das produções agrícola, pecuária e pesqueira. A CONAB tem como missão: "Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento" (CONAB, 2004).

É um dos órgãos públicos que operacionalizam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tarefa que vem desenvolvendo desde 2003. Os participantes do Programa são pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, que recebem como doação os alimentos adquiridos, e os agricultores familiares que se enquadram no PRONAF, como os

assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra acampados, famílias atingidas por barragens, povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, os agroextrativistas, as comunidades indígenas, pescadores artesanais, piscicultores, dentre outros que têm sua produção e que têm nesse órgão a garantia de compra certa dos produtos agrícola, pecuário e pesqueiro.

Segundo a CONAB (2004) os objetivos imediatos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é: Garantir a remuneração da produção; Estimular a ocupação do espaço rural; Distribuir renda; Combater à fome; Incentivar a cultura alimentar regional; Incentivar a preservação do meio ambiente. Para cumprir esses objetivos, a CONAB participa de duas políticas públicas direcionadas para pescadores e piscicultores: A Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, e o *Kit* Feira do Peixe.

2.3.1. Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação

Sua finalidade é o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares/pescadores, organizados em associações e/ou cooperativas, que entregam sua produção diretamente à instituição beneficiada.⁹

2.3.2. *Kit* Feira do Peixe

Segundo informações de funcionários oficiais da CONAB em Pernambuco, a instituição, também em parceria com a SEAP, ajuda como facilitadora na liberação dos equipamentos do Programa Feira do Peixe - *Kit* Feira do Peixe composto de *Kit* Peixe Fresco e *Kit* Peixe Vivo.

⁹ A compra é feita pela Conab até o limite de R\$ 3.500,00 por família/ano civil, de acordo com o Decreto 6.447, de 07/05/2008, e tem como beneficiários: os beneficiários fornecedores: agricultores familiares enquadrados nos grupos A ao D do Pronaf, definidos de acordo com a Portaria MDA nº 111, de 20/11/2003, inclusive povos e comunidades tradicionais, definidos no Decreto nº 6.040, de 07/02/2007. Os beneficiários deverão estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações); e os beneficiários consumidores: instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Os pescadores são beneficiados com barraca, freezer e outros equipamentos, de modo a favorecer a comercialização direta ao consumidor, livrando-se do atravessador (BRASIL, 2005a). São duas modalidades de *Kits*, podem ser consultadas diretamente na página eletrônica da CONAB.

2.4. Projeto Dom Helder

O PDH¹⁰ é um acordo de empréstimo entre o Governo Brasileiro/Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário (FIDA). É uma experiência exitosa porque, além de desenvolver ações estruturantes que fortalecem a Reforma Agrária e a Agricultura Familiar no semiárido nordestino, investe efetivamente na articulação e na organização dos espaços de participação social.

O compromisso do Projeto Dom Helder é ensinar e aprender fazendo. Aprender a construir pluralidade na diversidade. Romper com a verticalização do planejamento e do monitoramento, estimulando a participação ativa, o trabalho com tranquilidade e qualidade, investindo na complementaridade e no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos (PDH, 2005).

Em Pernambuco, encontramos sete projetos de piscicultura em tanque rede desenvolvidos no sertão. São projetos executados por ONGs regionais (CHAPADA – 3 projetos, DIACONIA – 1 projeto, e CASA DA MULHER DO NORDESTE – 1 projeto) e Cooperativas de Serviços Técnicos (COOPAGEL – 2 projetos). São desenvolvidas assim ações produtivas em comunidades organizadas em Associações.

2.5. Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca - SEAP

A Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) foi criada pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003, por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

¹⁰ PDH – Projeto Dom Helder. desenvolve ação em seis estados do Nordeste: Território do Sertão Central (CE); Território do Sertão do Cariri (PB); Território do Sertão do Pajeú e do Araripe (PE); Território do Sertão São João do Piauí (PI); Território do Sertão do Apodi (RN) ; Território do Sertão Sergipano (SE).

Sua missão é formular, coordenar e implementar políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção da pesca e da aquicultura nacional de forma sustentável, sob as perspectivas econômica, social e ambiental. Porém, necessita de parcerias com instituições governamentais e não governamentais.

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) tem como objetivo revisar e aprofundar as políticas em andamento para os setores da pesca costeira, continental e oceânica e para a aquicultura e, ao mesmo tempo, formular políticas que permitam a inclusão social das comunidades pesqueiras, desenvolvendo a pesca artesanal, familiar e de micro e pequenos armadores, bem como a micro e a pequena aquicultura, de maneira a solucionar, dentre outros problemas, aqueles relacionados com a fome, o analfabetismo e a distribuição e comercialização do pescado, por meio de parcerias público-privadas.

Segundo Carvalho (2007), a função da SEAP é fomentar a realização das políticas públicas, em parcerias SEAP e outras instituições governamentais e não governamentais, direcionadas para assistência aos pescadores. Por meio de edital, divulga e aprova projetos. Assim, em Pernambuco, foram implantados, em 2006, projetos para a assistência técnica com a duração de um ano nas seguintes instituições: ONG SERTA, em Ibimirim, para atender a uma demanda de 125 famílias; IPA, em Águas Belas, para atender a 60 famílias, e, em Serra Talhada a uma demanda de 200 famílias.

A assistência técnica parece que ainda não é uma prioridade na lista das políticas públicas, sobretudo para os pescadores. O IPA realizou um concurso público para extensionistas, em 2006, e dentre os profissionais contratados apenas 12 eram Engenheiros de Pesca. Atualmente apenas atuam 11 desses profissionais, número insuficiente para atender a mais de 12.000 pescadores e pescadoras, segundo a SEAP (BRASIL, 2009), isso sem considerar o número de associações de piscicultores que começaram a surgir com os incentivos concedidos pelo governo, assim como os pescadores que vivem isoladamente e ainda desconhecem os seus direitos.

Na esfera da educação, em 2003, foi criado pelo governo federal o Programa Pescando Letras, já descrito, para atender a jovens e adultos pescadores e piscicultores não alfabetizados. Em 2004, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidades (SECAD), o Programa Pescando Letras foi implantado no Programa Brasil Alfabetizado (CARVALHO, 2007, BRASIL, 200-?d).

Diante desses aspectos o Programa Pescando Letras em Pernambuco se desenvolve através de uma articulação entre SEAP/PE e Secretaria de Educação de Pernambuco, em parcerias com nove prefeituras municipais (CARVALHO, 2007, p. 49).

Outro programa implantado em Pernambuco foi o Projeto Maré – Telecentro da pesca. Em todo o Brasil, a SEAP/PR tinha em 2004, como meta, a implantação de vinte Telecentros em comunidades pesqueiras artesanais. Segundo Carvalho (2007), em 2006, em Pernambuco, foi contemplada com um Telecentro a Colônia de Pescadores Z-13, do município de Jatobá, convênio acordado entre a SEAP/PE, Colônia Z-13 e a Prefeitura de Jatobá.

Em 2005 foi lançado o Programa Feira do Peixe (BRASIL, 2005a, CONAB, 2004), na qual os pescadores escolhem entre o *Kit* Peixe Vivo e o *Kit* Peixe Fresco. Em Pernambuco foram beneficiadas as seguintes organizações, segundo Carvalho:

A Colônia de Pescadores Z-16 do município de Ibimirim, 15 associados com Kit Vivo e um Kit Fresco; Colônia de Pescadores Z-19 do município de Santa Maria da Boa Vista, 27 associados com um Kit Vivo e um Kit Fresco; Associação dos Pescadores da Barragem de Tapacurá, do município de Moreno, 15 associados com um Kit Vivo e um Kit Fresco (CARVALHO, 2007, p. 55).

Atualmente ainda é comum encontrar esse *kit* nas feiras locais dos municípios citados e de outros mais, segundo informações de funcionários da CONAB. Outros municípios já foram beneficiados.

3. Políticas públicas do governo de Pernambuco

Na investigação sobre as ações do governo do Estado de Pernambuco, encontramos duas secretarias mais envolvidas com os pescadores do meio rural: a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (pelo programa de peixamento nos açudes e pelo Serviço da Assistência Técnica e Extensão Rural) este último por meio do IPA, e a Secretaria de Planejamento (PRORURAL).

3.1. Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária - SARA

A Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária tem como missão formular, implementar e monitorar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da

agricultura e da pecuária no Estado de Pernambuco, em sintonia com as instituições governamentais e não governamentais, incentivando o desenvolvimento por meio da interiorização das ações estratégicas implementadas por seus órgãos vinculados: ADAGRO, CEASA-PE, FUNTEPE E IPA (PERNAMBUCO, 200-?)

Na Secretaria de Agricultura existe o Programa de Peixamento de Açude, que atende a todos os municípios que venham solicitar seus serviços. Os alevinos são produzidos nas bases dos municípios de Serra Talhada e Ibimirim. É desses locais que eles saem para o povoamento dos açudes e barragens de Pernambuco.

3.2. Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA

Outro serviço do governo do Estado é o serviço de Assistência Técnica. Está sob a responsabilidade do Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA), que desde 2006 tem em seus quadros de técnicos extensionistas, 12 Engenheiros de Pesca, um número ainda insuficiente para a demanda de pescadores e piscicultores, cujo número vem crescendo no interior de Pernambuco. Os/As técnicos/as extensionistas têm as seguintes atribuições: ações de crédito rural; ações de educação profissional; desenvolvimento local sustentável; divulgação tecnológica em propriedades e comunidades rurais; técnicas de produção, de organização e de comercialização; incentivo ao desenvolvimento de atividades não agrícolas; sistema de extensão rural municipalizado; ações complementares de combate a seca (IPA, 200-?).

Em parceria, portanto, com o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Governo do Estado tem a responsabilidade de garantir a assistência técnica às comunidades rurais, dentre as quais estão as colônias, associações e cooperativas de pescadores e piscicultores.

Os extensionistas estão distribuídos pelos escritórios regionais que vão do litoral ao sertão de Pernambuco, atendendo a pescadores artesanais, aquicultores e piscicultores familiares, mas também a agricultores, quando houver necessidade.

A partir das visitas aos pescadores e aquicultores nas regiões da Zona da Mata Sul, Agreste e Sertão, visitamos e conversamos com alguns extensionistas do IPA nas regiões onde foram encontrados, pois nem sempre coincidiu, no período em que estivemos na

comunidade, o técnico extensionista responsável em assistir determinada comunidade ali estava. Foi o caso dos municípios de Ibimirim,¹¹ Jatobá¹² e Cumaru.¹³

Já nos municípios de Catende e Petrolândia, conseguimos conversar com os engenheiros de pesca responsáveis pelo acompanhamento dos pescadores artesanais e aquicultores familiares, que nos falaram de suas atribuições quanto extensionistas, que são: elaboração de projetos pronaf, acompanhamento das comunidades que desenvolvem atividades de piscicultura, além de outras burocráticas. Reconhecem que a pesca artesanal de modo geral está passando por muitas dificuldades, devido à reduzida presença de políticas públicas que deveriam assistir melhor, até às mudanças ambientais que vêm contribuindo para a diminuição do pescado nos rios e mares. Por outro lado, cada dia mais o governo vem incentivando a criação de peixes em tanque rede ou tanque escavado como uma saída para a geração de renda dos pescadores e pescadoras.

3.3. Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRORURAL

O PRORURAL foi implantado com o objetivo de melhorar a condição de vida de quem mora no meio da rural de Pernambuco. Está ligado à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco (SEPLAG). Trabalha pela redução dos índices de pobreza e desenvolve, com recursos do Banco Mundial, empreendimentos de interesse das comunidades rurais localizadas nas áreas mais pobres do Estado (PRORURAL, 2007).

O PRORURAL¹⁴ é responsável pelos seguintes programas: Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), que financia projetos produtivos, de infraestrutura e sociais. O Prorenda Rural, que viabiliza espaços econômicos, por meio de uma cooperação técnica entre os governos do Brasil e da Alemanha. O Prorenda Microempresa, que apóia os microempresários, sobretudo os do setor informal. O Cédula da Terra, que financia a aquisição de terra e de infraestrutura para agricultores sem terra (PRORURAL, 2007).

Além desses quatro programas apresentados, o PCPR vem desenvolvendo projetos produtivos para o setor pesqueiro, tanto na pesca artesanal (aquisição de apetrechos) como na

¹¹ Escritório do IPA de Ibimirim - o Engenheiro de Pesca estava em outra atividade fora do município.

¹² Escritório do IPA de Jatobá - o Engenheiro de Pesca estava em outra atividade fora do município

¹³ Escritório do IPA em Cumaru – no momento da entrevista, segundo informações, o escritório do IPA estava sem técnico para assistir a comunidade.

¹⁴ O Prorural, durante a gestão do governador Jarbas Vasconcelos (1999-2006) foi chamado de RENASCER, sempre teve o mesmo objetivo que é melhorar a condição de vida no meio rural.

piscicultura (criação de peixe em tanque rede), para serem beneficiados, os pescadores artesanais precisam estar organizados em associações e ter seus projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Rural do seu município, a fim de serem encaminhados para o PRORURAL. É este último que libera os recursos. Dentro do período da pesquisa, encontramos 7 projetos, sendo 2 em piscicultura e 5 para a aquisição de apetrechos de pesca, em municípios do agreste e sertão.

4. Políticas públicas desenvolvidas pelas organizações não governamental

Foram identificadas duas ONGs, o SERTA e o Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, que realizam ações voltadas para o desenvolvimento da pesca em águas interiores. A primeira atua no sertão, com o trabalho de agentes de desenvolvimento local e piscicultura, enquanto a segunda, na zona da mata, promove a aquicultura de base familiar.

4.1. Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA

A história do SERTA em Ibimirim, teve início no final de 2003, início de 2004. Essa ONG tem como objetivo mobilizar a capacidade empreendedora da juventude na busca de melhoria das condições de vida de suas famílias e comunidades (SERTA, 2005).

Em 2004, terminou sua formação a primeira turma de ADL em Ibimirim, e o curso teve a duração de dois meses (dezembro e janeiro), com três especialidades: Arte educação (o produto final era uma peça teatral); Piscicultura (devolução das informações técnicas); Informática (banco de dados com o perfil dos colonos do DNOCS), segundo informações da ONG.

Para o caso da piscicultura, as aulas teóricas eram ministradas na cidade e a prática realizada no açude Poço da Cruz. No final do curso, foram feitas quatro experiências em tanque rede, duas em Poço da Cruz e duas em Poço do Boi.

Em 2006, foi garantido mediante convênio com o MDA um ano de Assistência Técnica Pesqueira por 25 Agentes de Desenvolvimento Local (ADL), formados no SERTA, a quatro comunidades do entorno do açude: Poço da Cruz, Poço do Boi, Bandeira e Boa Vista.

O nome do projeto era Assistência Técnica através de Agentes de Desenvolvimento Local (ADL) para comunidades de pescadores e piscicultores de Ibimirim/PE. E segundo informações do SERTA, a organização tem pretensão em trabalhar com tanque escavado (viveiro de criação de peixe dentro do lote familiar).

4.2. Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro

O Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo contribuir para a construção e o fortalecimento da democracia e da cidadania na perspectiva do acesso aos direitos humanos, por meio da pesquisa e da intervenção social (CJC, 2008).¹⁵

Na sua trajetória, combinam conhecimento e intervenção na realidade. Alguns projetos significativos projetaram o Centro como instituição de referência na denúncia social e em propostas de inovação em políticas públicas, dentre as quais está o Apoio à Pesca Artesanal. Desde a sua criação, o CJC mantém um grupo de apoio para a melhoria da gestão da tecnologia da pesca no litoral de Pernambuco e do Nordeste brasileiro.

Desde 2000, o Centro Josué de Castro vem desenvolvendo o Projeto Aquicultura Sustentável – “Peixe para Comer”, um trabalho que desde então vem promovendo e difundindo a aquicultura de base familiar nas áreas da Usina Catende (CJC, 2005).

Ao longo desse capítulo, apresentamos as organizações governamentais e não governamentais ao longo de 2003 a 2007, suas principais ações em específicos municípios do estado de Pernambuco. Trouxemos aqui a aplicação das políticas públicas antes apresentadas e sua realidade atual.

¹⁵ CJC – Centro Josué de Castro.

CAPITULO V

REALIDADE DAS COMUNIDADES PESQUEIRA EM ÁGUAS INTERIORES

1. Descrição das comunidades pesqueiras existentes no interior de Pernambuco

Para a realização desta pesquisa, além de investigar a execução das políticas públicas, visitamos alguns municípios para conhecer mais de perto a realidade dos pescadores e seu perfil produtivo. Foram visitados cinco municípios em três regiões geográficas distintas: Catende, na zona da mata sul; Cumaru, na região do agreste, e Ibimirim, Petrolândia e Jatobá no sertão.

1.1. Catende

Deve-se ao Imperador D. Pedro II a doação de terras da região ao Senador Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti, que as vendeu com o passar dos anos. Vem daí o aparecimento dos primeiros sítios e engenhos e o início da cultura da cana-de-açúcar, com a formação de um núcleo populacional que viria a transformar-se no atual município de Catende, que foi elevado à categoria de cidade pela lei estadual nº 1931, de 11-09-1928. Há duas versões quanto ao significado do nome Catende - corruptela de "Katendi", do africano, ou "Caa tendi", da linguagem indígena, "caa" mato, "tendi" baboso. "Tendi", na linguagem indígena, ainda pode significar pulga do mato, ou o que resplandece, que reluz, que tem brilho, quando teria a significação de "mato brilhante" (IBGE, 2000a).

O município de Catende está localizado na zona da mata sul de Pernambuco e fica aproximadamente a 142 km do Recife. Sua forma secular de exploração canavieira gerou um modelo de desenvolvimento responsável por impactos sociais e ambientais, decorrentes de suas características em épocas passadas, que estão presentes até os dias de hoje: a exploração da cana em regime de monocultura, propriedades com grandes extensões de terra (latifúndios), mão de obra escrava e negra, mantidos até o século XIX. Foram exatamente esses atributos que definiram formas de expansão indiscriminada e sem planejamento, com a consequente destruição da Mata Atlântica no litoral de Pernambuco (MELO NETO, 2006).

É nesse ambiente que se situa a Usina Catende. O Projeto harmonia/Catende surge na própria usina, a partir das lutas dos trabalhadores rurais, no início da década de 1990. Especificamente, teve origem em 1993, com a demissão sem direito às indenizações trabalhistas de 2.300 famílias. Essas lutas foram coordenadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de Catende, Palmares, Água Preta, Xexéu e Jaqueira, pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE), além dos operários da própria usina. Houve vários momentos distintos nessa luta, que passou por reivindicações até a criação da Cooperativa Harmonia.

Esse projeto é uma confluência de forças políticas que envolvem a organização sindical, a qualidade técnica e política de colaboradores que participam da administração da massa falida,¹⁶ as políticas institucionais do Estado de Pernambuco e do Governo Federal (Governo Lula), identificadas, naquele momento, com a busca de alternativas para a sobrevivência da zona da mata.

É com os incentivos governamentais e não governamentais que Catende vem desenvolvendo a aquicultura¹⁷ no complexo da Usina Catende. As primeiras iniciativas surgiram em 1999, com intervenções da ONG Centro Josué de Castro, inicialmente em três engenhos. Essa intervenção objetivou principalmente abastecer a própria comunidade com peixe, atendendo assim à necessidade de proteína de boa qualidade, bem como introduzir a aquicultura no rol das atividades de diversificação econômica da usina. Esse primeiro processo foi denominado de “Peixe para Comer” (CJC, 2005).

Essa fase do processo proporcionou as condições iniciais para que as populações dos engenhos da Usina interessadas no cultivo de peixes, se familiarizassem com o manejo do cultivo de peixes e camarões. As dimensões dos tanques escavados podem ser 7 x 3m ou 4 x 10m, dependendo das condições do acompanhamento. O primeiro pode ser individual, e o segundo é para o coletivo. Esse processo, que teve início em três engenhos, está hoje ampliado para mais outros engenhos da Usina Catende, promovendo assim a diversidade produtiva e garantindo da segurança alimentar com a criação do peixe numa escala de consumo familiar.

Tanto os aquicultores de Catende como os pescadores e piscicultores encontrados no agreste e sertão, são os mesmos agricultores familiares que cultivam alimentos para o consumo da família ou vendem sua força de trabalho em projetos de irrigação na região. Por

¹⁶ massa falida de uma empresa é formada no momento da decretação de sua falência, e consiste no acervo do ativo e passivo de bens e interesses do falido, que passam a ser administrados e representados pelo síndico.

¹⁷ Cultivos de diversas espécies em água doce ou do mar. Nesse caso, é o cultivo conjunto de peixe com camarão.

conta disso, podemos afirmar que são pescadores agricultores, como já foram definidos por Maldonado (1986), quando afirma a existência de sujeitos que vivem da exploração da terra e das águas.

Essa também é uma característica da definição do campesinato que tem como estratégia de sobrevivência diversas atividades produtivas agrícolas, mas também as não agrícolas, como se encontra em Wanderley (1996), Lima & Figueiredo (2006).

Também na PNATER (BRASIL, 2004) são reconhecidos tanto os pescadores artesanais, aquicultores, ribeirinhos e agricultores, como público alvo da política da agricultura familiar.

1.2. Cumaru

Outro município visitado foi Cumaru. Está localizado na mesoregião do agreste e na microregião do Médio Capibaribe. Situado a 132 Km do Recife, faz divisa ao norte com o município de Surubim e ao sul com o município de Bezerros, a leste com Passira e Salgadinho, e a oeste com Riacho das Almas.

A cidade foi emancipada em 1964, tendo origem em um antigo distrito de Limoeiro. Seu nome se originou de uma árvore comum na região, cuja casca tem uso medicinal e a madeira pode ser multiutilizada. O clima é semiárido, caracterizado por uma estação chuvosa mais curta do que na zona da mata, embora mais definida do que no sertão (PERNAMBUCO, 2003).

Segundo Soares (2004), o município ganha destaque por fazer parte da área abastecida pelo Reservatório de Jucazinho. A rede hidrográfica conta com os rios Capibaribe, Babatão, Caçatuba, Jaguçu, e os riachos das Éguas, Mulungu, Marimbondo, do Boi, Umarí, Jenipapo, Pororoca, em sua maior parte temporários. A barragem de Jucazinho tem uma capacidade de 327.000.000m³ e banha os municípios de Surubim, Cumaru, Riacho das Almas e Frei Miguelinho.

Dentre as comunidades rurais ribeirinhas desse município, a comunidade de Campos Novos, localizada a 12 km da cidade, chama a atenção por apresentar atividades agrícolas e pesqueiras, sendo a primeira apenas para o autoconsumo familiar, enquanto a segunda é tida como a principal fonte de renda. Possui uma população de aproximadamente 100 famílias,

que estão organizadas na Associação dos Pescadores e Produtores Rurais do Sítio Campos Novos, fundada em 2000, com aproximadamente 70 sócios participantes.

Segundo Nadjane Peixoto, Secretária de Agricultura do município e Presidente do Sindicato Rural, os Pescadores Agricultores foram beneficiados com algumas políticas públicas, dentre as quais estão: por meio do PRORURAL, em 2004, foi feito um projeto para a construção de um galpão para beneficiamento, dois *freezer*, 40 coletes salva-vidas. Tal projeto ainda não foi totalmente concluído. Quanto ao serviço de assistência técnica e extensão rural desenvolvida pelo IPA, no escritório local conta-se com um técnico (nível médio) para acompanhar os pescadores-agricultores. Pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é liberado o Pronaf Pesca e o Pronaf B para a aquisição de barcos e outros apetrechos da atividade pesqueira. A Prefeitura de Cumaru vem ajudando, em parceria com Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP), no cadastramento dos pescadores, para a confecção das carteiras profissionais dos pescadores. Em parceria com a FUNASA, a Prefeitura desenvolve um projeto para a substituição das casas de taipa, por casas de tijolos.

Outro fato importante é que o município de Cumaru e mais outras seis cidades do Agreste Pernambucano, Belo Jardim, Bonito, Frei Miguelinho, Riacho das Almas e São Joaquim do Monte se organizaram e formaram o Conselho do Polo Pesqueiro do Agreste (COPESCA). Segundo Alcântara e Aguiar (2005, p. 6), a COPESCA têm como objetivo geral “a melhoria da qualidade de vida das comunidades integrantes do pólo, através da exploração racional da pesca artesanal e da aquicultura na região”.

A COPESCA é composta por um representante da Associação ou Colônia de Pescadores, um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento e um representante da Prefeitura, por município, totalizando vinte e um membros.

1.3. Ibimirim

Chegando ao sertão do Estado, às margens do açude Poço da Cruz, conhecemos a história de Ibimirim, antes denominada Mirim. Com a Lei estadual nº 4.956, de 20 de dezembro de 1963, Ibimirim foi elevado à condição de município autônomo, desmembrado de Inajá. A mesma lei elevou a sua sede à categoria de cidade. Seu clima é semiárido, e está localizado a 333 km da Capital. Na região de Ibimirim, existem duas reservas indígenas (*Kapinawá e Kambiwá*) que contribuem bastante para o turismo, o artesanato e o folclore da

localidade (IBIMIRIM, 2009). Ibimirim significa "terra pequena". (Isi=terra e Mirim pequena), vem da língua indígena cariris.

Os pescadores artesanais estão organizados na colônia Z-16, que tem aproximadamente 800 pescadores e pescadoras. São beneficiados pelo açude Poço da Cruz que possui uma extensão de 420,00m² em cujas margens, encontramos muitas habitações de pescadores ou o perímetro irrigado com projetos de irrigação. O açude tem capacidade para acumular 504 milhões de m³ (DNOCS, 2007).

A comunidade ribeirinha mais famosa da cidade é a comunidade de Poço da Cruz. É uma comunidade de pescadores e pescadoras artesanais, que sobrevive da pesca e da agricultura para autoconsumo, ou também nas diárias dos projetos de irrigação nos períodos ruins da pesca ou piracema.

A piscicultura em tanque rede foi estimulada pela ONG SERTA, que atua na região, mas segundo pescadores, “não vale a pena, pois tem um custo muito alto, sobretudo com a ração balanceada que tem seu preço cotado em dólar”. Acrescentam, ainda, que sem o licenciamento ambiental fica ainda mais difícil o financiamento de projetos pelos bancos oficiais. A iniciativa ao projeto da piscicultura chegou à comunidade a partir dos cursos de Agentes de Desenvolvimento Local (ADL).

Dentre os projetos governamentais acessados estão o Pescando Letras, Pronaf B, *Kit* feira do peixe. Com relação ao serviço de assistência técnica, a própria ONG SERTA, em convênio com a SEAP, conseguiu a concessão de ofertar por um ano (2006) a ATER pesqueira para algumas comunidades em torno do açude. Atualmente, esse serviço está sob a responsabilidade do IPA, mas, segundo os pescadores, nunca apareceu nenhum técnico para se apresentar à comunidade. Ao ser procurado, o técnico não foi encontrado na cidade nos dias em que estava sendo realizado o trabalho de campo.

1.4. Petrolândia

Mais um município pesquisado foi Petrolândia, localizada às margens do lago de Itaparica, no sertão de Pernambuco. A nova sede do município de Petrolândia tem apenas 20 anos de construção. A antiga cidade foi desapropriada pela Chesf para a instalação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga. Está localizada a 429,6 km do Recife e é cortada pelo rio São Francisco. Durante muitos anos, foi região habitada unicamente por índios, atualmente

representados pela tribo Pankararu. Petrolândia significa Terra de Pedro, numa homenagem ao Imperador Dom Pedro II (PETROLÂNDIA, 2007).

Devido à presença do rio, tem como principais fontes econômicas: a agricultura irrigada, a criação de animais de médio porte (cabra e carneiro), o turismo rural, o artesanato, a pesca artesanal e, nos últimos anos, vem tendo destaque a criação de peixes em tanque rede, a piscicultura.

Os pescadores artesanais são organizados pela colônia Z-23, enquanto os piscicultores estão organizados em associações. Segundo informações da Secretaria de Indústria e Comércio do município, atualmente já existem 10 associações de criadores de peixe em Petrolândia, porém em fases diferentes do processo, desde a autorização para a outorga e o licenciamento ambiental até a produção e a comercialização.

Para o desenvolvimento da piscicultura no município, muitos órgãos vêm ajudando, como a Prefeitura local (paga o licenciamento ambiental), o Prorural (financia), o Banco do Nordeste (financia) e o IPA (o técnico é responsável e auxilia no licenciamento da piscicultura; Elaboração de Pronaf e a Assistência Técnica local). Cada um tem sua atribuição específica, mas estão bem concentrados na atividade econômica da piscicultura. Pouco falam da pesca artesanal, ou a relaciona com uma atividade fadada à extinção.

Por outro lado, os pescadores artesanais da colônia sentem a falta de incentivos por parte das ações governamentais. Como organização social representativa dos pescadores artesanais de Petrolândia, a colônia conseguiu para seus sócios alguns *Kits* feira do peixe, convênio SEAP e CONAB, e o Pronaf. Embora assumam a ausência do pescado dia a dia, são resistentes aos projetos impostos da piscicultura em tanque rede e querem ser reconhecidos como pescadores artesanais que desenvolvem a pesca no rio São Francisco como atividade cultural e de identidade de classe. Outro alerta feito sobre o incentivo à piscicultura é que o acesso ao rio está sendo tomado pelos grandes proprietários de terra que estão cercando até dentro da água, o que tanto impossibilita o trânsito como o desembarque em terra desses pescadores e pescadoras artesanais. É comum encontrar em Petrolândia o pescador agricultor, que sempre consorcia as duas atividades como estratégia econômica ou de segurança alimentar.

1.5 Jatobá

O município de Jatobá possui um nome de árvore. Essa foi a forma que a CHESF pensou para homenagear o município de Petrolândia, quando planejou a área de construção de

cidade de Jatobá. Petrolândia, no início da construção das primeiras casas, chamava-se Bebedouro de Jatobá, por ser um local onde existiam frondosos jatobazeiros e, pelo fato de estar à beira do rio São Francisco, servia como bebedouro para os vários rebanhos que cruzavam o Estado rumo à Bahia, Alagoas e Sergipe, e vice-versa. Portanto, o nome Jatobá é uma homenagem ao município do qual foi desmembrado, que hoje corresponde à cidade de Petrolândia. Criado em 28 de setembro de 1995, está localizado na região sertão pernambucano, a 425 km da Capital (IBGE, 2000b).

No município de Jatobá encontramos a Colônia de Pescadores do Lago de Itaparica Z-13, fundada em 2000, “possui 497 associados, destes 235 pescadores e pescadoras do Estado de Pernambuco e 262 de Paulo Afonso na Bahia”, segundo informações do presidente dessa colônia, seu Genival Araújo. Mas também ali existe uma diversidade de associações de piscicultores, que se destinaram a criar peixes em tanque rede.

Quanto aos projetos governamentais, já foram beneficiados com o telecentro maré, os equipamentos – computadores foram entregues há mais de dois anos e ainda estão sem funcionar. O Pescando Letra foi solicitado, porém ainda não foram atendidos. Com relação aos programas Feira do Peixe e o programa Peixe na Merenda Escolar, deles apenas ouviram falar. A assistência técnica ainda deixa muito a desejar, pois, mesmo existindo o escritório do IPA no município, segundo o presidente da colônia Z-13, nunca viu o técnico responsável, inclusive os Pronafs são elaborados por um projetista particular da cidade vizinha, Tacaratu.

Em Jatobá a situação dos pescadores artesanais é bem semelhante à do município de Petrolândia já descrito acima, com o mesmo agravante da piscicultura. Está crescendo cada dia o número de associações para a criação de peixes no rio São Francisco, com os mesmos apoios governamentais.

Enfim, estão aqui um pouco da caracterização dos cinco municípios, Cumaru, Catende, Ibimirim, Petrolândia e Jatobá, visitados e como quais das políticas públicas foram beneficiadas, além das limitações que essas políticas públicas apresentam.

CAPÍTULO VI

PERFIL DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA PESCA NO INTERIOR DE PERNAMBUCO

1. Caracterizando a realidade e os sujeitos que vivem da pesca em águas interiores

Para construção dos perfis dos pescadores e pescadoras no interior de Pernambuco, utilizamos entrevistas e observações durante as visitas feitas a alguns municípios da zona da mata sul: Catende; agreste: Cumaru, e sertão: Petrolândia, Ibimirim e Jatobá. É importante ressaltar que essa pequena amostragem de 18 entrevistados e entrevistadas representa o universo desta pesquisa exploratória.

Encontramos nesse universo os pescadores artesanais e pescadores agricultores dentro do perfil descrito por Maldonado (1986) e Ramalho (2006) em sua atividade produtiva, sofrendo algumas modificações quanto à forma de trabalho para garantir a reprodução familiar. Outros fatores vêm contribuindo para isso, como a ineficiência de políticas públicas governamental, as mudanças no ecossistema natural (rio São Francisco e no açude Poço da Cruz, Barragem do Jucazinho), além das características socio-econômico-ambientais totalmente diferentes dos pescadores artesanais do litoral.

Durante a pesquisa de campo, visitamos as comunidades e encontramos os seguintes sujeitos: os pescadores agricultores, os pescadores artesanais, os aquicultores e piscicultores que vivem às margens dos grandes açudes e às margens do rio São Francisco, que comporta barragens e hidrelétricas construídas pelo governo do Estado, DNOCS e CODEVASF, ou ainda aquicultores de tanque escavado. Estão inseridos em diferentes regiões que vão desde a zona da mata, agreste e sertão, e, por conta disso, é que também se diferenciam nas categorias já apresentadas. A construção das barragens tem exatamente como objetivo tentar diminuir as dificuldades dos habitantes que vivem naquela região ou município, com exceção de Catende que, podemos afirmar, está numa região privilegiada, a zona da mata sul de Pernambuco, região com abundância de água, sobretudo, devido às precipitações pluviométricas anuais.

O público do sertão tem sua história de vida marcada pela migração para as margens dessas lâminas d'água, em busca de melhores oportunidades. Assim é que surgiram as primeiras vilas de moradores (pescadores agricultores e pescadores artesanais). Embora alguns desconheçam a data certa da construção desses grandes reservatórios, outros

declararam que vieram com os pais para participar da construção, mas acabaram ficando e se tornando esses sujeitos diferentes que têm em comum a atividade da pesca.

Não sei a história da construção da barragem. Cheguei na comunidade em 84 através já da minha família que morava aqui na beira do açude, meu avô tinha terreno, depois ele morreu e ficou os terrenos, ele tinha vendido uma parte e ficou outra parte com alguns tios meus, por isso vim trabalhar no começo na agricultura, assim de ano em ano quando chuvia e depois na pesca (PESCADOR ARTESANAL – IBIMIRIM, p. 24).

Eu cheguei aqui em 67, o açude já estava cheio. Meu pai veio trabalhar, era funcionário do DNOCS, guarda noturno. Após o açude encher é que nasce a comunidade de pescadores. Aqui saía toneladas e toneladas de peixe. Os funcionários pescavam só pra si. Não tinha filhos de funcionários, como hoje tem que é pescador, tinha pessoas particulares que eram pescador, que chamava ali, vila do vento que vivia só pescador. Esses pescadores vieram depois da construção da barragem pelo DNOCS. Na época de Fernando Collor que acabou-se tudo, os funcionários foram embora, deixando tudo abandonado (PESCADORA ARTESANAL-IBIMIRIM, p. 38).

Vim de Glória (BA), antes trabalhava de terraplenagem, em 1978 passei só três meses trabalhando e não consegui mais emprego, foi quando a barragem aqui encheu (barragem do Moxotó) tinha muito peixe, e eu comecei pescando, com quatro, cinco redinha e era muito bom, deu pra criar a família. Agora, está mais difícil porque o pescado acabou (PESCADOR ARTESANAL – JATOBÁ, p. 31).

São homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras do meio rural, que sobrevivem ao mesmo tempo da atividade de pesca, da atividade agrícola e da pecuária. Alguns têm como fonte principal de renda a pesca, outros não. Fato compreensível como aspecto da multifuncionalidade da agricultura familiar e das comunidades tradicionais e suas mudanças culturais, como descreveram Diegues (1998) e Canclini (1996), respectivamente. São várias fontes que vêm complementar a renda total da família, inclusive atividades não agrícolas, como os serviços de mototaxi, pedreiro, marceneiro, trabalhos domésticos, artesanato e outros.

Para Anjos (2003) a pluriatividade, são fenômenos associados fundamentalmente com a agricultura familiar, os quais formam parte do elenco de estratégias de resistência adotadas pelos grupos domésticos para garantir a reprodução social de seus membros, e vai além da produção primária de alimentos e fora do meio rural, mas amplia os serviços prestados pelos agricultores pescadores dentro das dinâmicas urbana e rural.

Nas diferentes regiões geográficas, a zona da mata sul, agreste e sertão, podemos classificá-los como pescadores agricultores, embora haja divergência entre eles quando lhe é perguntado quais das duas atividades é a sua principal fonte de renda. Sobre esse aspecto, assim contam os entrevistados:

Vem mais da pesca, a agricultura vem um pouco. Mas, a maior parte é da pesca. A pesca é pra comercializar, pra comer é pouco e a agricultura é pra se alimentar e dá aos animais. A criação é mais para vender (PESCADOR ARTESANAL – IBIMIRIM, p. 25).

Aqui sobrevive de diversas coisas, tem que trabalhar e ganhar dinheiro. Fazemos a agricultura e a pesca. Da agricultura, é apenas na época do inverno. Agora mesmo (novembro de 2008), não tem agricultura, mas tem o corte de lenha, porque o peixe parou e o povo tem que cortar lenha. Quando não tem peixe, tem que buscar outras alternativas de sobreviver, que muitas vezes são trabalhos fora da comunidade (PESCADOR ARTESANAL – CUMARU, p. 22).

Esse é o perfil dos pescadores agricultores que encontramos no interior de Pernambuco. Têm na pesca sua atividade principal e geradora de renda, enquanto a agricultura, é para o autoconsumo, e outras alternativas são consideradas complementares. Considerando-se o período favorável a pesca, caso contrário a atividade geradora de renda pode ser outra. Tal situação evidencia as reflexões de Anjos (2003) que mencionam para a pluriatividade da agricultura familiar: a necessidade de diversificar as atividades, sobretudo para garantir uma renda, o sustento e a reprodução da família. Portanto, são as estratégias de sobrevivência da agricultura familiar.

Para os habitantes da zona da mata que foram entrevistados, sua fonte de renda transita pelo plantio da cana-de-açúcar, embora pratiquem a agricultura para o autoconsumo. Já a criação de peixe em tanque escavado consiste numa atividade exclusiva para o consumo da comunidade envolvida (moradores do antigo engenho Monte Alegre, hoje Assentamento Miguel Arraes). Para esses moradores, a pesca é uma atividade eventual.

A pesca é uma atividade apenas para alimentar. Não se vende, até hoje nunca vendemos. Quando pescamos, é feito a divisão no próprio local entre os membros da comunidade. A despesca é um processo coletivo, onde a comunidade participa e cada um recebe partes iguais da produção total, a exemplo de 4kg de peixe e camarão para cada família envolvida. (...) a divisão é feita todo ano, na época da semana santa (AQUICULTOR – CATENDE, p.8, 10).

Foi durante o projeto de capacitação do governo federal o PRONAGER,¹⁸ no ano de 2000, que se intensificou o interesse por parte da comunidade pela criação de peixes, sobretudo depois de um curso de piscicultura, ao qual também contou com o apoio e, em alguns momentos, com um acompanhamento mais sistemático do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, com o projeto “Aquacultura Sustentável – Peixe para Comer”. Essa experiência vem sendo difundida nas terras da Usina Catende como uma estratégia para garantir a segurança alimentar. Hoje existem diversas comunidades que têm seu tanque

¹⁸ PRONAGER – Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (1994 a 2002).

escavado no fundo do quintal, podendo ser manejado individual/familiar ou coletivamente por toda a comunidade.

Já afirmava Kliksberg (1998) que o sucesso nas políticas públicas está na articulação com diferentes instituições que se comunicam para a realização dos projetos. Assim está acontecendo em Catende: uma parceria da ONG Centro Josué de Castro (2005) com o governo do Estado, por intermédio do PROMATA, do Núcleo da Agricultura Familiar (NAF) e do IPA, o que vem estimulando cada vez mais a diversidade produtiva, não só em Catende mas em toda a zona da mata do Estado.

Já os pescadores de Ibimirim têm na pesca sua principal fonte de renda, e a agricultura apenas para consumir, com uma particularidade: embora morem às margens do açude Poço da Cruz, a agricultura é feita somente quando chove porque não há condições financeiras para adquirirem uma bomba que puxe a água e, assim, haja plantio o ano todo.

Outra característica observada é que muitos pescadores de Ibimirim migram para pescar nas águas do rio São Francisco, nos municípios de Jatobá e Paulo Afonso. Segundo os próprios pescadores, “nos últimos anos a produção baixou e não é mais, como há três, quatro anos atrás”. Viajam até lá e passam dias ou semanas pescando e, mesmo assim, há viagens que não pagam o custo. Esses pescadores precisam de uma alternativa produtiva que lhe garanta emprego e renda, mas para isso é preciso primeiro que se organizem para reivindicar o que consideram justo, sobretudo de um atendimento mais sistemático e eficiente, por parte das políticas públicas aqui posta que o governo disponibiliza aos pescadores e pescadoras. Demo (1996) já afirmou que o “homem que não se organiza e apenas reclama é politicamente pobre”. Consequentemente, não conseguirá forças para reivindicar políticas públicas que venham trazer o desenvolvimento econômico, social e ambiental de que precisa.

Mas, a mesma dificuldade devido a ausência dos recursos naturais (os peixes) os pescadores de Petrolândia e Jatobá, que vivem nas margens do rio São Francisco, compartilham com aqueles vindos de Ibimirim. Para Vital (2006), que desenvolveu um trabalho com pescadores artesanais do Baixo São Francisco, essa situação é a consequência da construção e funcionamento das barragens situadas rio acima. Além do decréscimo das espécies, está se modificando o ecossistema com o desaparecimento de muitas lagoas, berçários naturais, e outras agressões decorrentes de ações antrópicas, como desmatamento das margens, o que provoca os desbarrancamentos e o assoreamento da calha do rio, a descarga de esgotos sanitários das cidades ribeirinhas, a pesca em período da piracema, o despejo de agrotóxicos, a introdução de espécies predatórias, como o tucunaré, dentre outras.

Nos municípios que margeiam o rio São Francisco, encontramos os pescadores agricultores, pescadores artesanais e piscicultores. Esta última categoria vem crescendo bastante nos últimos anos, sobretudo pelo grande incentivo que vem recebendo do governo (BNB, CODEVASF, PRORURAL), enquanto a pesca artesanal vem sofrendo com a pouca atenção. Muitos são pescadores agricultores, ou mesmo desempregados que estão aproveitando a oportunidade e se envolvem nas associações de criadores de peixe que esses programas vêm incentivando como pré-requisito para pleitear o projeto.

Não foi possível detectar a razão pela qual esses órgãos têm estimulado essa fragmentação (Colônia de pescadores *versus* Associação de criadores de peixe), já que os pescadores participam da colônia. Essa ação só vem dividir mais os pescadores, pois sempre há aqueles/as que resistem em criar peixe, e outros aproveitam a oportunidade, o que cria um desconforto entre os pescadores, fragmentando a mobilização dos mesmos.

Essa experiência está muito presente em Petrolândia e Jatobá. Somente em Petrolândia, segundo a Secretaria de Indústria e Comércio do município, em 2008 já existiam 10 associações de criadores de peixes, algumas em funcionamento mesmo sem a licença ambiental¹⁹ e a autorização da outorga.²⁰ Essas autorizações são muito lentas e o que dificulta o desenvolvimento da piscicultura na região. A prefeitura, juntamente com o IPA, vem acompanhando de perto esse processo, inclusive as licenças são pagas pela prefeitura municipal. A função do IPA é acompanhar as associações quanto à orientação técnica e à elaboração do PRONAF, o recurso financeiro do Banco do Nordeste que também está financiando a piscicultura na região.

Segundo informantes da Prefeitura de Petrolândia, tudo começou em 2004, no Fórum de Desenvolvimento Econômico Sustentável, quando se estabeleceram parcerias entre a Prefeitura local, a empresa de pescado Netuno e a Diocese de Jatobá. A última já tinha uma experiência social com a piscicultura, envolvendo jovens e excluídos daquele município. Seria atribuição da Prefeitura o apoio social e a infraestrutura, a Netuno contribuiria com a sua experiência no mercado, oferecendo três módulos de aprendizagem e comprando a produção final, enquanto a Diocese faria um acompanhamento, ajudando no intercâmbio de experiências com a atividade produtiva. A partir do quarto módulo, o projeto passou a ser financiado pelo PRORURAL, com o apoio financeiro e técnico da prefeitura de Petrolândia.

¹⁹ É o procedimento administrativo por meio do qual o órgão ambiental (CPRH) licencia ou autoriza a implantação e/ou operação de empreendimentos de agricultura, pecuária ou florestais. Cumpridas as formalidades legais, a aquisição da licença ambiental é um direito do produtor rural.

²⁰ É a autorização que o poder público concede ao particular, empresa ou pessoa física, para o uso das águas, que pode variar, dependendo do empreendimento, de 3, 5 ou a 20 anos.

Essa articulação e mobilização de pessoas e instituições possibilita o desenvolvimento local como estratégia de geração de emprego e renda (JESUS, 2007).

Em Jatobá, visitamos um projeto de piscicultura que existe desde 2006. Esse projeto tem como particularidade em sua composição que a maior parte de seus membros são mulheres pescadoras que se tornaram piscicultoras. O projeto inicial veio do CONSAD,²¹ ali conseguiram o material para confeccionar os tanques, depois veio o curso para aprender a criar peixe, inclusive houve intercâmbios com outros criatórios existentes na região. Nesse momento, percebe-se que o Estado vem se comprometendo com o desenvolvimento, quando fortalece o capital humano e social (SANTOS, 2004, KLIKSBERG, 1998). Mas logo após ele se ausentou, deixando o espaço para empresa privada Netuno que veio se oferecer para dar assistência técnica, mas, como compensação, toda a produção deveria ser-lhe entregue, ou seja, ela garantiria a compra da produção, mas o grupo de pescadores e pescadoras não aceitou. Somente em 2008, o Estado voltou a atuar expressamente, com o apoio da CODEVASF, que disponibiliza uma assistente social que faz a assistência técnica. Assim comenta uma participante do projeto.

Nossa associação funciona assim, nós mulheres trabalhamos na parte do dia, enquanto os homens à noite. Temos 6 mulheres e 5 homens. Quando surgiu esse projeto do CONSAD, o presidente da colônia ligou pra mim, eu disse que queria e estou aqui até hoje. Desde que começou há 2 anos, fez agora em outubro 2008. Iniciamos o trabalho aqui com a chegada do material para construção das gaiolas, onde todos participaram desse processo, aprendendo a fazer as gaiolas ou tanque redes. Em 2 de novembro de 2006, participamos do curso teórico de piscicultura. Porém, na verdade estamos de fato aprendendo agora, no dia-dia, porque uma coisa é na prática que é diferente da teoria.

No início, existia um engenheiro de pesca, mas nunca aparecia para nos dá apoio. Era do CONSAD. Então ficamos administrando o projeto praticamente sozinhos, sem um técnico para nos orientar mais de perto. Depois apareceu um técnico (engenheiro de pesca) da NETUNO, quando ele veio, tinha como proposta dá assistência técnica e garantia da compra da produção final pela empresa. Porém, não aceitamos. Depois veio o da CODEVASF, inicialmente era um engenheiro de pesca, mas foi substituído, agora tem uma assistente social, qualquer dúvida ela consulta o engenheiro de pesca que fica no Recife (PESCADORA E PISCICULTORA, JATOBÁ, p. 4)

Mas é a realidade histórico-social, ambiental e econômica que vem definir as mudanças e caminhos que essas comunidades tradicionais vêm trilhando, são nada mais que estratégias para continuar vivendo e resistindo em seus territórios.

Embora desde 2006 envolvidas com o projeto de piscicultura, também foi sendo estimulada a criação de uma associação de criadores de peixe para gerir o projeto. Até o

²¹ CONSAD – Consórcio Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo federal do Brasil.

momento da visita (novembro de 2008), nenhum dos membros havia tirado renda dessa atividade. Tudo que se conseguia com a venda dos peixes era para reinvestir.

Em outro projeto também de piscicultura, algumas mulheres chegaram a afirmar que são elas quem, atualmente, trazem a remuneração para dentro de casa. Muitas vezes o marido e os filhos estão sem trabalho, e é com o pouco que conseguem (tanto em dinheiro como em peixe) que vive a família. Esses depoimentos só vêm legitimar a atuação da mulher. Cada dia está crescendo o reconhecimento do trabalho da mulher, sobretudo como a principal fonte de renda no espaço familiar.

A atividade da piscicultura gerida em escala de trabalho, para muitos piscicultores e pisciculturas facilita, disponibiliza tempo para desenvolver outras atividades nas horas “vagas”, na busca de uma renda extra para a família.

Contudo, em Jatobá, o projeto que teve seu início no ano de 2006 ainda passa por dificuldades financeiras, segundo o depoimento de uma pescadora e piscicultura.

No momento, não estamos lucrando nada, não. Só estamos reinvestindo. No começo, no primeiro módulo veio do governo a ração. Agora a CODESVASF está nos fornecendo ração, que já é uma ajuda. Porque estávamos vendendo para repor de novo, vendia um para dá comida a outro ciclo. Entendeu. E agora, com essa ajuda na ração, estamos querendo fazer uma poupança, porque a ração é muito cara, não temos condições de comprar a carga fechada, comprando em pouca quantidade a ração fica muito cara. E quando é comprada em grande quantidade, “uma carga fechada”, cai totalmente, o preço da ração. (PESCADORA E PISCICULTORA, JATOBÁ, p. 5).

Segundo Vital (2006), neste tipo de investimento é relativamente demorado o retorno, o que justifica a dificuldade relatada pela entrevistada. Em tese, cada gaiola tem uma rentabilidade de R\$ 120,00/mês, pagando-se o investimento em 34 meses (2 anos e 10 meses), é claro que, considerando-se que o manejo tenha sido tecnicamente perfeito, sem nenhum contratempo que venha a comprometer o planejamento. Mas, pelo que foi declarado, houve muitos contratempos, desde a falta de acompanhamento técnico até a aquisição da ração.

Em todas as experiências com a criação de peixe – a piscicultura, os pescadores ou criadores sentem dificuldade em continuar a proposta do projeto, porque, como ele é pensando e implantado, está completamente dentro dos moldes de um grande empreendimento, do ponto de vista do capital, em que deve haver grande quantidade de peixes para haver lucro, sem contar que 70% do investimento fica na compra da ração. De certa forma, só têm benefícios as empresas de pescado que desenvolvem a linha comercial dos alevinos e a ração que favorece a melhor reconversão de alimentos em kg de carne produzido.

A atividade da pesca em águas interiores tem nas mudanças climáticas e na super-exploração dos recursos pesqueiros um aspecto negativo que está contribuindo para a escassez do pescado nos rios e em grandes barragens. Tal situação é polêmica e divide as opiniões, continuar sendo pescador artesanal, mesmo sem grandes resultados nas tentativas de pescaria, ou se tornar criador de peixe, piscicultor/a?

Alguns pescadores vêem essa nova oportunidade (a piscicultura) como uma boa saída, “já que o peixe está ficando escasso”, mas, por outro lado, reconhecem que há um custo muito alto com a compra da ração e dos alevinos, ou seja, essa atividade é mais um pacote pronto do modelo de produção em grande escala. Ouvimos de muitos piscicultores que, “apesar do custo alto, a criação de peixe só compensa com muitos tanques”, ou seja, dentro da monocultura do peixe produzido em alta escala. Reconhecem, porém que não tem experiência na criação e, como o projeto muitas vezes não contempla uma assistência técnica adequada e contínua, ficam totalmente à mercê das grandes empresas de pescados (como a NETUNO), que oferecem apoio técnico, mas em troca os piscicultores lhes “vendem” sua produção pelo preço que ela ditar. Assim, ficam no ciclo vicioso. No final do ciclo produtivo, o dinheiro que conseguem não lhes dá condição de retomar o custo para o novo ciclo, conseqüentemente a atividade está fadada ao fracasso.

Vale a pena ressaltar que as políticas públicas no contexto nacional, é fruto de uma correlação de forças políticas aliadas (BONETI, 2007), por isso a piscicultura está sendo tão difundida e apoiada por todos os setores do governo, como a grande alternativa para elevar a produção de pescado no Estado, e também no Brasil.

Mas para se chegar ao desenvolvimento local, como já foi afirmado por inúmeros autores, é necessário um processo de participação e compreensão dos sujeitos como atores principais para que haja desenvolvimento, sobretudo dentro dos princípios da sustentabilidade. Ainda de acordo com essa concepção, deve-se considerar o homem e sua relação com a natureza, “sua evolução se dá através de um processo de observação, experimentação, descobertas e práticas que resolvem determinadas dificuldades enfrentadas (LIMA & FIGUEIREDO, 2006. p.79)”.

Com relação à produção dos que ainda persistem na pesca artesanal por não terem condições de levar sua produção ao mercado, ela é toda entregue aos atravessadores que vão buscá-la em suas casas. Poucos são aqueles que vendem direto ao consumidor final. Alguns reconhecem que a venda direta pode trazer-lhes um melhor preço, porém não têm grande quantidade, nem têm condições financeiras de pagar um frete até a feira local.

Entrego a um comprador que vem comprar na porta, vendo por R\$ 2,50Kg. Na feira venderia por mais, mas não tenho condições financeiras de levar para feira, para alugar carro (PESCADOR ARTESANAL, CUMARU, p. 16).

Vendo ao atravessador. (...) alguns anos atrás, isso aqui amanhecia o dia cheio de atravessadores. Eram muitas motos aqui, comprando. Aqui ainda tem um menino que ele leva todo sábado para Camaragibe. Ele pesca e compra, sai comprando dos demais pescadores. Tem dia que alugamos o carro e saia quatro a cinco pessoas para lá, pra vender o peixe. Só está indo um agora, porque a produção baixou e só dá pra um (PESCADOR ARTESANAL, CUMARU, p. 21).

Levo para a rua, vende em grosso, ou vende de todo o jeito. Também tem um rapaz que vem comprar aqui direto (PESCADOR ARTESANAL, IBIMIRIM, p. 27).

Situação semelhante vive os agricultores familiares quando não estão organizados. Acreditamos que, a partir do momento em que se organizam, na forma de participar mais ativamente em busca de encontrar alternativas para seus problemas, conseguem superar a dificuldade de comercialização. Uma pista foi dada no segundo depoimento do pescador de Cumaru: escolher um representante que leve a produção de todos os pescadores e as pescadoras para comercializar e na volta presta contas a cada um.

Com relação às políticas públicas disponíveis para benefício de todos que praticam a pesca artesanal, perguntamos aos pescadores e pescadoras se conheciam ou já tinham tido acesso a algumas dessas políticas: fomento, Pronaf pesca ou B, Pescando Letras, Recadastramento do pescador, Feira do Peixe, Peixe na merenda escolar e assistência técnica. Tivemos uma resposta surpreendente: das 18 entrevistas, apenas 10 responderam ter ouvido falar ou tinham tido acesso a tais políticas públicas. Segundo os entrevistados e as entrevistadas, essas políticas públicas são comentadas em quase todas as reuniões que a SEAP promove, porém elas são muito difíceis de acontecer, de se concretizar de fato.

Essa realidade reflete exatamente a dificuldade para esses sujeitos que vivem da pesca, pescador agricultor, pescadores artesanais e aquicultores, piscicultores. Eles sofrem com a existência, mas não as usam, dessas políticas públicas governamentais. Portanto, entre a divulgação da política pública e a acessibilidade na ponta, há um caminho bastante longe do desenvolvimento real proposto pelo governo.

Sobretudo, quando falamos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) (BRASIL, 2004), sabemos que os pescadores artesanais e os aquicultores familiares foram consolidados como público preferencial das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural, e incluídos na categoria da agricultura familiar, portanto, beneficiários dos serviços de ATER pública e gratuita, de certa forma são duas vezes referendados na extensão rural e na extensão pesqueira. E, para reforçar a compreensão e a importância do serviço de

extensão pesqueira, vale a pena relembrar os princípios do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (BRASIL, 2007) no qual se afirma:

- Assegurar aos pescadores artesanais e aquicultores familiares o acesso o serviço de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, pública e gratuita, especializada e continuada;
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável da aquicultura familiar e da pesca artesanal, da gestão compartilhada e participativa do uso dos recursos naturais, estimulando o desenvolvimento endógeno com respeito e valorização da cultura das comunidades;
- Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, utilizando metodologias participativas;
- Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, para que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das comunidades e populações envolvidas.

Enfim, precisamos de um serviço de assistência técnica que venha apoiar não só a produtividade, mas também a formação e organização dos pescadores e pescadoras, para que se compreendam como sujeitos críticos e responsáveis pelo seu futuro e de seus descendentes, políticas públicas que correspondam na prática ao que está escrito no papel.

Nesse capítulo, apresentamos o perfil dos pescadores e pescadoras identificados nos cinco municípios, identificados como pescadores agricultores, pois desenvolvem a dupla atividade, pesca e agricultura, muito embora em sua maioria, colocam a atividade da pesca como a principal na geração da renda familiar. Também apresentam as dificuldades que vem passando em persistir ser pescador e pescadora.

CONCLUSÃO

A política pública parece ineficiente, sobretudo na pesca. Para este trabalho percorremos diversos campos do conhecimento para compreender a atividade da pesca em águas interiores em Pernambuco, e a incidência das políticas públicas direcionadas para os sujeitos dessa atividade.

Nessa pesquisa buscamos compreender e responder aos seguintes questionamentos, considerando a importância da pesca como uma alternativa à garantir a segurança alimentar, como as políticas públicas são de fato efetivadas para garantir o desenvolvimento da atividade produtiva? Qual a situação das pessoas que habitam no interior do Estado? onde predomina a informalidade, a sazonalidade da atividade agrícola, mesmo morando perto da água. Poderiam produzir mais? Existe assistência técnica adequada?

E respondendo ao primeiro objetivo de pesquisa, identificamos 26 projetos que foram executados ou ainda estão em andamento no período analisado, isto é, entre 2003 a 2007. São cinco instituições governamentais na esfera federal:

- Banco do Nordeste do Brasil; CODEVASF; CONAB; Projeto Dom Helder e SEAP.

Três instituições do governo de Pernambuco:

- Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária; IPA e PRORURAL.

E duas organizações não-governamentais:

- SERTA e Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro.

Realçamos que houve parcerias nas atuações das instituições. A partir das observações diretas e das análises documentais, foi possível verificar essas instituições que desenvolveram projetos nos mais diversos campos de ação e das políticas públicas, tais como: Pescando Letras, Assistência Técnica e Extensão Pesqueira, Cursos e Capacitações, Implantação de Projetos Produtivos (piscicultura), Crédito Investimento e Custeio, *Kit* peixe vivo e *Kit* peixe fresco para a comercialização nas feiras locais, Implantação de Telecentro Maré, Peixamento em barragens e açudes.

Algumas comunidades beneficiadas por tais projetos foram visitadas e, em alguns casos, os projetos ainda continuam em andamento. Em outros lugares eles não tiveram continuidade, talvez por falta, de um envolvimento da população, e mais participação dos beneficiários com a ideia e concepção do projeto. Foram visitados 5 municípios representados de três regiões geográficas de Pernambuco, zona da mata sul (Catende), agreste (Cumarú) e sertão (Ibimirim, Jatobá e Petrolândia).

Atendendo ao segundo objetivo, nesses locais encontramos pescadores que também são agricultores, categoria criada por necessidade da realidade local, como estratégia de sobrevivência. Tais desdobramentos parecem pertinentes em relação ao que se conhece da pluriatividade da agricultura familiar. Essa categoria como atividade dual já foi mencionada por Maldonado (1986), que reconhece duas categorias: pescadores artesanais e pescadores agricultores. Dentro do campo de pesquisa, são esses sujeitos pescadores em águas interiores que encontramos. No desenho do perfil do pescador, obtido segundo a maior parte dos entrevistados e das entrevistadas, a pesca é vista por eles e elas não só como fonte de renda mas também alimentar. A atividade da agricultura foi assim destacada: quando é possível, deverá ser realizada em épocas propícias (período chuvoso), servindo apenas para alimentar a familiar e os animais, sem a produção de excedentes. Ainda acrescentam que mesmo vivendo às margens da barragem ou do rio São Francisco, o que é uma grande oportunidade para o desenvolvimento da agricultura, ainda lhes faltam recursos e incentivos financeiros para obterem um sistema de irrigação que favoreça o desenvolvimento da agricultura durante todo o ano. O potencial da agricultura não é desenvolvido. Por outro lado, essa possibilidade de mudanças (pescadores e/ou agricultores) ou a fusão das duas atividades é o resultado de um processo natural das mudanças sociais, como descreveu Diegues (1998) em o livro, O mito da natureza intocável. A perspectiva híbrida das atividades induzidas pela necessidade conduz a lembrar Canclini (1996), ao dialogar com as reconversões culturais. Em Wanderley (1996), encontramos a justificativa das múltiplas atividades como sendo estratégias do campesinato. Então, a partir dessa fusão de atividades, temos como proposta que o melhor termo seja pescadores agricultores artesanais.

Como já foi comentado, existem implantados 26 modalidades de projetos, o que ocorreu de 2003 a 2007, com destaque em quantidade para a implantação das unidades demonstrativas de piscicultura (11 unidades), em que alguns pescadores agricultores artesanais, por falta de oportunidade e diminuição dos estoques pesqueiros nos rios, são tecnicamente convencidos a se adaptar à criação de peixe em tanque rede, fruto do poder de persuasão da ideia apresentada pela política pública.

Vale ressaltar que, na maioria dos municípios visitados, todos já conhecem a piscicultura, inclusive por terem participado de projetos anteriores, mas não tiveram condições de mantê-los. O motivo é sempre o mesmo: o alto custo de produção. É que os projetos são implantados, os beneficiários recebem os tanques rede, são treinados mas depois as instituições não continuam o acompanhamento, o que seria pertinente ao trabalho de

Assistência Técnica e Extensão Pesqueira, num enfoque educativo para o desenvolvimento local.

A piscicultura, apareceu como o projeto mais difundido durante período da pesquisa. Esse modelo de um único tipo de peixe para criar nos faz lembrar a monocultura trazida pelos colonizadores. Essa situação já é bem conhecida na agricultura. Podemos afirmar que temos resquícios do modelo da revolução verde, em que a base é a monocultura – a criação de uma única espécie, a tilápia; grandes extensões de terra, água, mão de obra barata e trabalho especializado. A ideia de que o desenvolvimento rural depende de soluções de natureza técnico-produtiva está relacionada com o aspecto econômico. De acordo com Fonseca (1985), os moldes a revolução verde, pensava-se que as mudanças na sociedade rural se davam por intervenções técnicas e não por alterações nas estruturas sociopolíticas e econômicas dessas sociedades.

Nos municípios visitados, encontramos uma experiência de atividade produtiva que queremos realçar. Trata-se de um projeto cuja demanda surgiu da comunidade. É o caso de Catende. Essa experiência tem em sua gênese a aquicultura (criação de peixe e camarão) em tanque escavado, porém, em sua concepção teve um caminho diferente. É a partir do desejo e do interesse da comunidade que nasce a atividade. Esse projeto foi iniciado com três engenhos e hoje são mais de quarenta nele envolvido. No início, a aquicultura foi pensada como forma de garantir a segurança alimentar e a diversidade produtiva das famílias. Hoje já existem comunidades que pensam em produzir para vender.

Essa experiência vem legitimar as discussões feitas a respeito do desenvolvimento local, dialogando com Jesus (2003, 2007), Furtado (1996), Franco (200-?) e outros. Mas é importante esclarecer que o desenvolvimento é a junção do econômico, do social e do ambiental. Não existe um único desenvolvimento, mas várias formas de desenvolvimento, que precisam adequar-se à realidade e ao contexto local.

O desenvolvimento não acontece apenas com o interesse dos envolvidos, mas é preciso também compromisso dos governantes. Afinal de contas, é dever do Estado garantir políticas públicas que venham promover o desenvolvimento e a qualidade de vida da população. Por outro lado, essas políticas públicas precisam ser adequadas às comunidades, porque de nada adianta os burocratas pensarem um megaprojeto, se a comunidade não o compreende, não o considera pertinente e não a identifica com sua realidade.

A SEAP, como órgão federal responsável pela aquicultura e pesca, vem desenvolvendo seus programas em parceria com órgãos tanto governamentais como não governamentais, vem realizando seu trabalho de forma ainda ineficiente, sobretudo para os

pescadores e pescadoras em águas interiores. Muita propaganda é feita e pouca exequibilidade. Entre os pescadores e pescadoras com quem conversamos, é grande a insatisfação em relação à SEAP. A distância no relacionamento é tal que só reconhece a instituição para a emissão de carteiras e a solicitação de serviços sociais, como o seguro-defeso e seguro-maternidade. Os demais programas são quase irreconhecíveis.

Quando analisamos o serviço do Serviço da Assistência Técnica e Extensão Pesqueira, sob responsabilidade do MDA em parceria com IPA, parece que a situação é pior. Em sua maioria, os pescadores e pescadoras desconhecem a existência e o direito a esse serviço. A deficiência da política pública reflete-se, inclusive, na pouca presença dos extensionistas nessas comunidades. A partir dessa realidade, questionamos: onde andam os princípios da ATEPA?, em seu primeiro princípio, consta que a política deve: “Assegurar aos pescadores artesanais e aquicultores familiares o acesso a serviço de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, pública e gratuita, especializada e continuada”. Um exemplo do descaso está no pequeno número de extensionistas pesqueiros. Onze é o número, atualmente de extensionistas de pesca para Pernambuco – 11 engenheiros de pesca que existem no IPA. Isso é irrisório para as demandas dos pescadores agricultores artesanais que existem no Estado, cujo o número ultrapassa 12.000, segundo a SEAP.

A instituição responsável pelo serviço de ATEPA, no caso do IPA, deve atentar para o fato de que a materialização das políticas públicas para a pesca precisa ser pensada a partir desses sujeitos, conhecendo suas ideias e histórias. Ficou para nós evidente que as ideias atuais são transplantadas dos escritórios dos técnicos para dentro da comunidade. O modelo produtivo proposto, continua nos moldes das grandes produções, da criação em grande escala. E isso, dentro da realidade desses pescadores agricultores artesanais, ainda é confuso. Sugerimos, então, que os projetos devem adequar-se à realidade social e econômica das comunidades.

Portanto, considerando o período anterior, a ausência das políticas públicas para a pesca entre 1989 até 2003 que culminou com a criação da SEAP, na qual não existia a visibilidade de tais políticas para os pescadores e pescadoras. Com relação ao período de pesquisa, 2003 a 2007, houve um avanço e têm mérito as políticas públicas para o setor e para os sujeitos que vivem da pesca, ainda precisam mudar muito, e muito precisam melhorar, sobretudo quando à atividade da pesca em águas interiores.

Como sugestão para próximas pesquisas, será interessante intensificar e aprofundar o conhecimento sobre esses sujeitos, pescadores agricultores de águas interiores, sobretudo para analisar mais intensamente cada política pública dessas aqui apresentadas. Outro desafio está

em pensar a piscicultura sustentável e adaptada a realidade local, já que está sendo uma realidade presente no interior de Pernambuco, por conta disso, é preciso pensar nessa proposta de desenvolvimento com outras espécies de peixes, diferente da tilápia, que sejam espécies nativas dos rios locais (São Francisco, açude Poço da Cruz e Jucazinho), aliada a uma alimentação alternativa, que garanta bom ganho de peso e seja de baixo custo, isso sim é um grande desafio aos pesquisadores comprometidos com o desenvolvimento das comunidades tradicionais que praticam a atividade da pesca. Outra questão que poderia ajudar na compreensão e reelaboração de políticas públicas nas comunidades de pescadores e pescadoras, é uma pesquisa sobre o desenvolvimento rural e a vulnerabilidade social nessas áreas.

REFERÊNCIAS

- ABDALLAH, P. R.; CASTELO, J. P. **O momento de repensar a economia pesqueira no Brasil**. [s.l.], 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/litoral/lit13.shtml>>. Acesso em: 11 dez. 2007.
- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 1-20, 2000.
- AGÊNCIA BRASIL. Pescado pode entrar no cardápio da merenda escolar a partir de 2009. **O Globo**. Brasília, 20 nov. 2008. Educação. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2008/11/29/pescado_pode_entrar_no_cardapio_da_merenda_escolar_partir_de_2009-586725844.asp> Acesso 19 dez. 2008.
- ALCÂNTARA, S. L. de; AGUIAR, M. M. G. de. **Organização do pólo pesqueiro do agreste de Pernambuco e propostas para a pesca e piscicultura**. Recife. 2005.
- ANJOS, F. S. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003.
- AYUKAWA, M. L. A formação de professores e a concepção de agroecologia no currículo do curso técnico agrícola. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 1-3, fev. 2007. Disponível em: < www6.ufrgs.br/seeragroecologia/files2006/2007/RBA-2007-511.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2009.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. **O crédito na medida certa de seu empreendimento**. Fortaleza, Agricultura familiar, 2008 Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Pronaf/Grupos_e_linhas/gerados/gb_grupos_txt.asp?idTR=pronaf> Acesso 12 Nov. 2008.
- BECK, S. Lavradores e pescadores: uma contribuição à discussão do conceito de pescador artesanal. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR, 3, 1989, **Anais...** São Paulo: PPCAUB/IOUSP/F. FORD/UICN, 1989.
- BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI. Josefa Salette B. (Org.) **Globalização, trabalho,**

meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutíferas para exportação. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

BONANNO, A. **Mobilidade capital e reorganização da relação de tempo/espaço na era global.** Recife: UFPE. 2007, Apostila.

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por dentro.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

BRASIL, [Ministério do Desenvolvimento Agrário]. **Plano de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola Nacional - ATEPA.** Brasília, 2007. Disponível em :<<http://www.faser.org.br/anexos/planoatepa2.doc>>. Acesso 23 dez. 2008.

BRASIL, Medida Provisória nº 437, de 29 de Julho de 2008. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil,** Brasília, DF. 30 de jul. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/437.htm> acesso em: 27 ago. 2008

BRASIL. Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR. **“Mais pesca e aquicultura”:** plano de desenvolvimento sustentável. Brasília, 2008b.

BRASIL, Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR. **Programa Feira do Peixe.** Brasília, 2005a Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/feiradopeixe/html/PROJETOBASICOFeiras.pdf>> acesso em 29 em abril 2008.

BRASIL. Secretária Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR.. **O que é a SEAP?** Brasília, 2005b. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/seap>> Acesso em 29 jan. 2008

BRASIL. Ministério do desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER.** Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Seguro desemprego.** Brasília, [200-?a] Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Temas/SeguroDesemp/Conteudo/AQuem.asp>> Acesso em: 21 nov. 2002.

BRASIL. Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR. **Pescando Letras**. Brasília, [200-?b]. Disponível em:<<http://200.198.202.145/seap/pescando/brasil.htm>>. Acesso em 19 dez. 2008.

BRASIL. Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR. **Programa de crédito para aquicultura e pesca familiar**. Brasília, [200-?c]. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/publicacoes/linhas_creditos acesso em: 19 jul. 2008.

BRASIL. Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR.. **Proposta pedagógica para a alfabetização de pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares**. Brasília, [200-?d] Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/secad_pescandolettras.pdf> Acesso em 19 dez. 2008.

BRASIL. Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR.. **Registro Geral da Pesca – RGP**. Brasília, 2009.

CALLOU, A. B. F. **A voz do mar: Construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela Missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919-1924)**. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo - Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 1994.

CALLOU, A. B. F. O ensino da extensão pesqueira no Brasil: Desafios atuais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônico**: Belo Horizontes: INTERCOM, 2003.

CALLOU, A. B. F.; SANTOS, M. S. T.. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: PRORENDA RURAL (Org.) **Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos**. Recife: PRORENDA RURAL-PE. 2003.

CANCLINI, N. G. Culturas híbridas e estratégias comunicacionais. In: SEMINARIO “FRONTERAS CULTURALES: IDENTIDAD Y COMUNICACIÓN EM AMÉRICA LATINA”. Universidad de Stirling, 1996.

CARNEIRO, M. J. et. al.. **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO, F. E. A. de. **Extensão pesqueira e desenvolvimento local:** a experiência da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República no estado de Pernambuco, 2003-2006. 2007. Dissertação (Mestrado em extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2007.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA JOSUÉ DE CASTRO. **Aquicultura Familiar -** Peixe Catende, Inclusão Social & Mercado: Pólo de Desenvolvimento das Atividades Aquícolas da Região da Mata Sul de Pernambuco. Recife, CJC e PROMATA. 2005.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA JOSUÉ DE CASTRO. **Quem somos.** Recife. 2008. Disponível em:< http://www.josuedecastro.org.br/quem_somos/quem_somos.html> Acesso em 06 Jan. 2009.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF. **História institucional.** Brasília, 2006. Disponível em:<<http://www.codevasf.gov.br>>. Acesso em: 05 Jan. 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Sobre a PAAnet.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paanet_index.html>. Acesso em 12 nov. 2008.

CRUZ, M. S. L. P.- **Caracterização e avaliação da pesca artesanal no Sertão do Estado de Pernambuco.** 2005. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia de Pesca). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife. 2005.

DARDAQUE, C. M. **Recadastramento de Pescadores/as no novo Registro Geral da Pesca.** Brasília, 2006. Disponível:<<http://www.usp.br/nupaub/dardaque.pdf>> Acesso em 19 Dez. 2008.

DELGADO, N. G. Desenvolvimento local e extensão rural e pesqueira: reflexões metodológicas. In: PRORENDA RURAL. **Extensão pesqueira:** desafios contemporâneos. Recife, 2003.

DEMO, P. **Pobreza Política**. 5º Ed. Campinas: Autores Associados, 1996. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.27).

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS. **Açude público eng. Francisco Saboya. Ex-poço da cruz**, Ibimirim. 2007.

DESLANDES, S. F. (Org.) et. al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIEGUES, A. C. A Interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sócias. In: SEMANA DE OCEANOLOGIA, INSTITUTO OCEANOGRÁFICO DA USP, 15., 2003, **Anais...** São Paulo: NUPAUD, 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/interdis.doc>>. Acesso em: 15 fev. 2008.

DIEGUES, A. C. A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, Portugal, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999. Disponível em: <http://www.ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/vol_ui_n2_361-376.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2008.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. **Povos e mares**: leituras em sócio-anthropologia marítima. São Paulo: NUPAUB-USP. 1995.

FON, C. et. al. **História da Sociedade**. São Paulo: CEPIS, 2004.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola. 1985.

FRANCO, A. de. **Pobreza e desenvolvimento local**. [Brasília, DF: AED, 200_?] Disponível em: <<http://www.augustodefranco.org/conteudo.php?cont=textos&id=P22>>. Acesso em: 07 Jan. 2005.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste no Brasil.** São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, C. **O Mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

IBIMIRIM. **História da Cidade.** [s.l.] 2009. Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/informacoes/5271/ibimirim-pe.html>>. Acesso em: 19 fev. 2009.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO - IPA. **Programa de assistência técnica e extensão rural – ATER.** Recife, [200-?.]. Disponível: <http://www.ipa.br/extensao_rural_programas_projetos.php?id=2>. Acesso em: 23 dez. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Histórico de Catende.** Recife, 2000a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 04 fev. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Histórico de Jatobá.** Recife, 2000b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=260805>. Acesso em 19 fev. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS - IBAMA. **A Pesca Desde a Pré-História.** Brasília, [199_?]. Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora – PNDPA. Disponível em <http://www.vaprapesca.com.br/Brasil/Links/hist_pesca.htm>. Acesso em: 11 dez. 2007.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local.** Brasília, DF: IICA, 1998.

JESUS, P de. Desenvolvimento local. In: CATANI, Antonio David. **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003.

JESUS, P. de. Sobre desenvolvimento local sustentável. In: MARCIEL FILHO, Adalberto do Rego; PEDROSA, Ivo Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Luiz Marcio de Oliveira. **Gestão do desenvolvimento local sustentável**. Recife: Edupe, 2007.

JESUS, S. M. S. A. As múltiplas inteligibilidades na produção dos conhecimentos, práticas sociais e estratégias de inclusão e participação dos movimentos sociais e sindicais do campo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, 1., 2005, Brasília, DF: PRONERA, 2005. Apostila.

KLIKSBERG, B. **Repensando o estado para o desenvolvimento social**: superando dogmas e convencionalismos. São Paulo: Cortez, 1998 (Coleção questões da nossa época; v.64).

LIMA, I. de S.; ROUX, B. **As estratégias de comunicação nas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar no Brasil**. Chile: ALAIC, 2008.

LIMA, J. R. T. de; FIGUEIREDO, M. A. B. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: _____. (Org.) **Extensão rural, desafios de novos tempos**: agroecologia e sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006.

LOPES, M. I. V. de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola. 1990.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986, (Princípios).

MAXIMO, W. Plano Safra incluirá R\$ 1 bilhão em financiamentos para pescadores industriais. **Agência Brasil**. Brasília, 24 de jun. 2008. Disponível em: <<http://www.direito2.com.br/abr/2008/jun/24/plano-safra-incluire-r-1-bilhao-em-financiamentos-para-pescadores>> acesso em: 19 jul. 2008.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, R. B. de. **Reforma agrária no papel**: legislação x aplicação. Recife: Editora LivroRápido, 2005.

MELO NETO, J. F. de. **Usina catende**: lutas sociais e educação popular para um desenvolvimento regional. Recife, 2006. Disponível

em:<http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academia/artigos/pa_a_2006_usina_cat_ende_lutas_sociais.pdf> Acesso em: 18 fev. 2009.

MÖLLER, H. D.; IRMÃO, J. F. Perspectivas do desenvolvimento Sustentável. In: IRMÃO, J. F. (Org.) et. al. **Desenvolvimento sustentável: agricultura e meio ambiente**. Recife: Ed. dos Autores, 2006.

OLIVIERE, A. C. **O que é política?** [s.l], 2007. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/political-science/1636126-que-%C3%A9-pol%C3%adtica/>>. Acesso em: 10 Jul. 2008.

PADILHA, R. A Extensão Rural no Brasil. 1981, Santa Maria. Trabalho apresentado ao I SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EXTENSÃO RURAL, Santa Maria. 1981, p. 23.

PEREIRA, M. do R., APPEL, M. Pesca artesanal, política pesqueira e meio ambiente no Brasil. In: **SEMINÁRIO: O Brasil e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. São Paulo. 1996.

PERNAMBUCO. **Agenda 21 do Estado de Pernambuco**. Recife, 2003.

PERNAMBUCO. Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SARA. **Missão da Secretaria**. Recife, [200-?] Disponível em:<<http://www.agricultura.pe.gov.br/interna.php?p=secretaria&s=missao>> Acesso em 06 Jan. 2009.

PETROLÂNDIA. **Juntos podemos mais**. Folder. 2007.

PIRES, M. L. L. e S. A (re)significação da extensão rural a partir da ótica de inclusão: a via cooperativa em debate. In. LIMA, J. R. T. de (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife: Bargaço. 2003.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PROGRAMA DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL - PRORURAL. Unidade técnica do Prorural. Recife. 2007.

PROJETO DOM HELDER - PDH. **O protagonismo por excelência**. Recife, 2005. Disponível em: <<http://www.projetodomhelder.gov.br/>>. Acesso em 05 Jan. 2009.

RAMALHO, C. W. N. **“Ah, esse povo do mar!”**: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas: CERES, 2006.

RIBEIRO, D.. **O povo brasileiro**: a formação e o sentimento do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social, métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SABOURIN, E. Sustentabilidade da agricultura e multifuncionalidade: reflexão sobre alternativas a partir do caso do semi-árido brasileiro. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE, NORDESTE, 11, 2003, **Anais...** Aracaju: XI CISO, 2003.

SACHS, I. Prefácio. In: VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004.

SARETTA, C. B. **A formação de zootecnista e seu viés tecnicista**. São Paulo, 2004. Disponível em: <www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/9581_8.PDF?NrOcoSis=30238&CdLinPrg=pt>. Acesso em: 20 set. 2008.

SERVIÇO DE TECNOLOGIA ALTERNATIVA - SERTA. **Histórico institucional**. Glória do Goitá. 2005. Disponível em: <<http://www.serta.org.br/interno.php?link=objetivo>> Acesso em 06 Jan. 2009.

SILVA, L. G. **Caiçaras e jangadeiros**: cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980). São Paulo: NUPAUB, 2004. (Série Documentos e relatórios de pesquisa nº1)

SILVA, L. G. **Os pescadores na história do Brasil**. Colônia e Império. Recife. Comissão Pastoral dos Pescadores. 1988, v. 1.

SILVEIRA FILHO, J. A sociologia rural e a formação em ciências agrônômicas. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 2006. Quito. **Anais...**, Quito: 2006. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/scholar?q=sociologia+rural+e+forma%C3%A7%C3%A3o+em+ci%C3%A2ncias+agron%C3%B4mica&hl=pt-BR&um=1&ie=UTF-8&oi=scholar>>. Acesso em: 23 set. 2008.

SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**, [s.l.], n. 87, p. 40-49, Dez. – Fev. 2001.

SOARES, T. A. de A. **Contribuições do Projeto Parceiros da Terra à comunidade de pescadores artesanais de Campos Novos – Cumaru-PE**. Monografia (Trabalho de conclusão em Engenharia de Pesca). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2004.

SOUSA, T. R. V.; ABDALLAH, P. R. **Políticas públicas e atividade pesqueira no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, [200-?]. Disponível em: <<http://www2.furg.br/depto/dceac/ceema/tanaraat.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2008.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VITAL, T. Mudanças recentes na atividade pesqueira do Baixo São Francisco. In: IRMÃO, J. F. (Org.) et. al. **Desenvolvimento sustentável: agricultura e meio ambiente**. Recife: Ed. dos Autores, 2006.

VIVAMAR BRASIL. SEAP quer ampliar pesca e consumo de peixe no País. **Agência Brasil e Assessoria de Imprensa da SEAP**. [Brasília], 29 set. [20_ _?]. Disponível: <<http://www.vivamar.com.br/?actA=2¬iciaCategoriaID=2¬iciaID=114>>. Acesso em 19 de dez 2008.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS, 20, 1996, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, 1996. Disponível em: <www.locus.org.br/files/raizes.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2008.

WOLFE, M. **Desenvolvimento:** para que e para quem? Indagações sobre política social e realidade político-social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

1. Qual o seu nome e sua idade?
2. Quanto tempo mora nessa comunidade?
3. Como surgiu essa comunidade de pescadores? Fale um pouco do histórico.
4. Quando foi construída a barragem? Fale como era a vida de vocês antes e depois dessa construção.
5. Qual a profissão de seus pais?
6. Sabem o que é política pública?
7. Quais as políticas públicas foi beneficiado?
 - () Fomento
 - () Pronaf Pesca ou outros
 - () Pescando letras
 - () Recadastramento do pescador/a
 - () Feira do peixe
 - () Capacitação do Programa Peixe na Merenda escolar
 - () Assistência Técnica
 - () Outros..
8. Recebe apoio de quais organizações governamentais (Prefeitura, Governo do Estado, SEAP, Universidade) ou ONG? De que forma.
9. A comunidade sobrevive só da pesca?
10. Participa de algum movimento social, sindicato, associação? Quais?
11. Como é feita a comercialização?
12. E a agricultura, o que plantam? Comercializam também.
13. Sua fonte de renda vem da pesca, agricultura ou ambos?
14. Em que período você desenvolve a atividade agrícola? E por quê?

**APÊNDICE B - Projetos para o Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura em Pernambuco.
2003-2007**

POLÍTICAS PÚBLICAS – GOVERNO FEDERAL							
	PROJETOS/ CARACTERÍSTICAS	Instituição	Objetivos	Público Contemplado/ Local	Metodologias Utilizadas	Formas de Associativismo	Resultados Obtidos
01	Pronaf B – produtor com renda bruta anual de até R\$ 5.000,00 (2002 a 2007)	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	Promover projetos produtivos e geração de renda	Pescadores e aquicultores	Não Declarado	Associações e Colônias de pescadores	2. 669 financiamentos
02	Estrutura de Arranjo Produtivo Local da Aquicultura na Microregião do Lago de Itaparica (2004)	CODEVASF	Capacitação técnica e gerencial de produtores e pescadores.	Pescadores e produtores de Belém S. Francisco, Itacuruba, Petrolândia e Jatobá	Diagrama de fluxos e mapas de desenvolvimento	Associação de criadores de Peixes	Não Declarado
03	Compra da Agricultura para Doação Simultânea (2006 e 2007)	CONAB	Promoção e articulação da agricultura familiar com programas sociais	Pescadores e piscicultores e Público em insegurança alimentar. Em Itacuruba, Igarassu.	Produção com doação simultânea para serviços sociais	Cooperativas ou Associações de pescadores e piscicultores	106.661 Kg de peixes produzidos
04	Feira do Peixe (2006)	SEAP/CONAB	Fortalecer a venda direto ao consumidor	16 Kits em Ibimirim, 28 em Santa Maria da Boa Vista e 16 em Moreno	Utilizar os Kit para comercializar o peixe nas feiras locais	Colônia Z-16, Z-19 e Associação dos pescadores da Barragem de Tapacurá	Não Declarado
05	Telecentro Maré (2006)	SEAP	Inclusão social	Colônia de Pescadores Z-13, Jatobá-PE	Não Declarado	Colônia	Não funciona oficialmente

06	Pescando Letras (ano ?)	SEAP/PREFEITURAS LOCAIS	Alfabetizar pescadores e pescadoras	Pescadores e pescadoras de Ibimirim e outros	Carga horário total de 320 horas, distribuídas de acordo com a realidade local	Colônia de pescadores Z-16	Não Declarado
07	Unidade Demonstrativa para criação de peixes – Piscicultura (2007)	PROJETO DOM HELDER/ONG CHAPADA	Sistema de prod. que viabilize a segurança alimentar e o comercio.	Associação do Brejo St. Antônio. – Bodocó/PE	Participação, Descentralização e Articulação	Associação	Segurança alimentar, geração de emprego e renda.
08	Unidade Demonstrativa de Piscicultura em Tanque rede (2007)	PROJETO DOM HELDER/ ONG CHAPADA	Garantir produção e de consumo de peixes.	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Lagoa do Barro – Araripe/PE.	Participação, Descentralização e Articulação	Associação	Segurança alimentar, geração de emprego e renda.
09	Unidade Demonstrativa de Piscicultura em Tanque rede (2007)	PROJETO DOM HELDER/ ONG CHAPADA	Garantir produção e de consumo de peixes.	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Água Branca – Araripe-PE.	Participação, Descentralização e Articulação	Associação	Segurança alimentar, geração de emprego e renda.
10	Implantação de Unidade Demonstrativa de Piscicultura em Tanque rede (2004)	PROJETO DOM HELDER/ COOPAGEL	Piscicultura como geração de renda.	Assentamento Jorge – Afogados da Ingazeira - PE	Gestão coletiva.	Associação	6 famílias, beneficiadas
11	Implantação de Unidade Demonstrativa de Piscicultura em Tanque rede (2004)	PROJETO DOM HELDER/ COOPAGEL	Piscicultura como geração de renda.	Assentamento Santo Izidro – Tuparetama - PE	Gestão coletiva.	Associação	3 famílias, beneficiadas.

12	Implantação de Unidade Demonstrativa de Piscicultura em Tanque rede (2004)	PROJETO DOM HELDER/ DIACONIA	Piscicultura como geração de renda.	Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Retiro – São José do Egito - PE	Gestão coletiva	Associação	12 famílias beneficiadas.
13	Implantação de Unidade Demonstrativa de Piscicultura em Tanque rede (2004)	PROJETO DOM HELDER/ CASA DA MULHER NO NORDESTE	Piscicultura como geração de renda.	Associação Comunitária Rural Unidos do Curralinho.	Não Declarado	Não Declarado	Não Declarado

POLÍTICAS PÚBLICAS – GOVERNO ESTADUAL							
	PROJETOS/ CARACTERÍSTICAS	Instituição	Objetivos	Público Contemplado/ Local	Metodologias Utilizadas	Formas de Associativismo	Resultados Obtidos
01	Antiprojeto: Peixamento de açudes (2006)	SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	Promover a piscicultura em águas interiores para geração de renda e alimento.	Pescadores e pescadoras que vivem as margens dos açudes de Pernambuco.	Acompanhamento técnico sistemático – SARA, IPA e Prefeitura	Colônia e Associação	5.000 pescadores e pescadoras
02	Projeto Qualificampo – Modalidade de capacitação de caprinocultura, piscicultura e pescadores artesanais da região de Itaparica (2005 e 2006)	SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	Capacitação, visando a melhoria da qualidade dos produtos e a inserção nos mercados.	Municípios de Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Petrolândia e Tacaratu.	Pedagogia construtivista e humanista distribuídas em 12 cursos.	Associação	5 unidades demonstrativas de piscicultura em tanque-rede e viveiros e capacitação de 240 pescadores e pescadoras artesanais.
03	Assistência Técnica e Extensão Pesqueira (a partir de 2006)	IPA/MDA	Promover Assistência Técnica e Extensão Rural	Pescadores Artesanais e aqüicultores de Pernambuco	Acompanhamento sistemático	Associação, Cooperativas e Colônia de pescadores	Não declarado
04	Piscicultura em tanque-rede PCPR-II 1ª (2005)	PRORURAL	Promoção da piscicultura em tanque rede	Cooperativa agro-avícola de Petrolândia	Não declarado	Cooperativa	20 famílias
05	Piscicultura em tanque-rede PCPR-II 1ª (2005)	PRORURAL	Promoção da piscicultura em tanque rede	Associação pescadores barragem de Serrita. Serra Talhada.	Não declarado	Associação	200 famílias
06	Apetrechos de Pesca PCPR-II 1ª (2006)	PRORURAL	Aquisição apetrechos de pesca	Colônia pescadores Z-28. Belo Jardim	Não declarado	Colônia	30 famílias

07	Apetrechos de Pesca PCPR-II 1ª (2006)	PRORURAL	Aquisição apetrechos de pesca	Colônia pescadores Z-18. Lagoa do Carro	Não declarado	Colônia	45 famílias
08	Apetrechos de Pesca PCPR-II 2ª (2007)	PRORURAL	Aquisição apetrechos de pesca	Associação dos pesc. e prod. Rurais do St. Campos novos. Cumarú.	Não declarado	Associação	52 famílias
09	Apetrechos de Pesca PCPR-II 2ª (2007)	PRORURAL	Aquisição apetrechos de pesca	Associação dos pescadores de Couro Dantas. Riacho das Almas	Não declarado	Associação	48 famílias
10	Apetrechos de pesca PCPR-II 2ª (2007)	PRORURAL	Aquisição apetrechos de pesca	Colônia de pescadores Z-24 do município de venturosa	Não declarado	Colônia	51 famílias

POLÍTICAS PÚBLICAS - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAIS							
	PROJETOS/ CARACTERÍSTICAS	Instituição	Objetivos	Público Contemplado/ Local	Metodologias Utilizadas	Formas de Associativismo	Resultados Obtidos
01	ATER Pesqueira (2006)	SERTA/MDA	Assistência técnica através de 25 jovens – ADL.	100 pescadores e pescadoras do entorno do açude Poço da Cruz. Ibimirim	Metodologia do marco zero e gestão coletiva	Colônia	100 famílias beneficiadas
02	Projeto Peixe Catende – Inclusão Social e mercado (2006)	CENTRO JOSUÉ DE CASTRO/PROMATA	Promover Aquicultura no território da Usina Catende	130 famílias do território Catende	Reflect-Ação: compreender as populações e suas relações com a natureza, à produção de bens e seus espaços de troca, relações de poder, de Gênero, sua identidade.	Cooperativa e Associações	130 famílias criando peixes em tanque escavado de forma coletiva.
03	Aquicultura de Base familiar – Segurança Alimentar, Inclusão Social e Mercado (2007)	CENTRO JOSUÉ DE CASTRO/PROMATA	Promover a aquicultura familiar na Zona da Mata	Assentamentos da Mata Norte, Mata Sul, Litoral Sul dos seguintes movimentos sociais – FETAPE, FETRAF, MST, MLST, CPT.	Reflect-Ação	Associações	Em execução

ANEXO A - Propostas de carga horária de 320 horas - 8 meses

Estimativa da carga horária em diferentes casos	Período de defeso de 4 meses	Período de defeso de 3 meses	Período de defeso de 2 meses
Nº de dias de aulas na semana	5	5	6
Nº de horas de cada aula	3 horas/dia	3:30 horas/dia	3:30 horas/dia
Carga horária semanal	15 horas/semana	17:30 horas/semana	18 horas/semana
Carga horária mensal	60 horas/mês	70 horas/mês	72 horas/mês
Carga horária período defeso	240 horas	210 horas	144 horas
Carga horária período "safra"	80 horas/4 meses	110 horas/5 meses	176 horas/6 meses
Carga horária mensal "mês/safra"	20h/mês	22h/mês	29h/mês
TOTAL DE MESES	8 meses	8 meses	8 meses

Fonte: SEAP/MEC - Programa Pescando letras, 2008.

✓ Aulas diárias

Em comunidades onde os pescadores profissionais desembarcam todos os dias é possível realizar aulas entre segunda e sexta - feira. Para o aquicultor, que apresenta vida cotidiana com similaridades ao pequeno agricultor rural, as aulas diárias são consideradas como a melhor opção, em decorrência de sua prolongada permanência em terra firme. No caso de aulas diárias, por causa do tempo atribulado dos atores envolvidos, e também por conta do seu descanso, as aulas podem durar aproximadamente três horas.

✓ Aulas duas vezes por semana: sábado e domingo

No caso de comunidades pesqueiras onde os pescadores profissionais não desembarcam diariamente é preciso pensar em aulas que ocorram nos finais da semana, ou seja, nos dias em que esses trabalhadores não estão na pesca. Realizadas aos sábados e domingos, seria recomendável que essas aulas durassem aproximadamente três horas. Essa é uma alternativa que, embora não seja ideal, é viável como único expediente. Aulas nos finais de semana precisam estar bastante encadeadas entre elas para que algo seja realmente construído, sem depender de um processo de continuidade.

✓ Aulas uma vez por semana: aos domingos e/ou feriados

Em locais onde os pescadores profissionais não desembarcam durante a semana e não conseguem dispor de dois dias para estudar, a alternativa que resta é a de realizar a alfabetização somente aos sábados, domingos e/ou feriados, conforme a escolha e a

necessidade. Se for essa a alternativa, as aulas necessitam ter, pelo menos, de três a três horas e meia de duração. Encontros semanais só deveriam acontecer em locais que possuam uma realidade que não permita outro tipo de escolha.

✓ Aulas de acordo com a lua e o vento

Existem alguns locais onde os pescadores profissionais não saem para pescar por ocasião da lua cheia. Curiosamente, em outros lugares, eles deixam de pescar quando a lua é minguante. E, em quase todas as colônias, não pescam quando o vento está muito forte. Em outras localidades, a pesca só acontece quando o vento está apropriado para a atividade. Esses momentos em que os pescadores precisam ficar em terra podem ser boas ocasiões para que as aulas aconteçam. Para isso, os educadores dessas localidades deveriam consultar os alunos e combinar essas aulas de forma que elas nunca deixem de acontecer, e que o cumprimento deste calendário seja um compromisso de todos.